



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2016**

Brasília – DF
julho de 2017



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa/TCU nº 63/2010, alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72/2013, Decisão Normativa TCU nº 154/2016, e da Portaria TCU nº 59/2017.

Unidade Consolidadora: Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais

Unidades Consolidadas: Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) e Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor)

Brasília, julho de 2017

Lista de Quadros

Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas da SFRI no exercício 2016	11
Quadro 2 – Detalhamento do Macroprocesso Finalístico: Desenvolvimento Regional.....	15
Quadro 3 – Coeficiente GINI	20
Quadro 4 – Desempenho dos Fundos Regionais no período de 2013 a 2016	23
Quadro 5 – Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas.....	26
Quadro 6 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida.....	26
Quadro 7 – Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário	26
Quadro 8 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas	27
Quadro 9 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas.....	27
Quadro 10 – Força de Trabalho da SFRI.....	29
Quadro 11 – Distribuição da Lotação Efetiva na SFRI.....	29
Quadro 12 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas na SFRI.....	30
Quadro 13 – Custos do Pessoal	31
Quadro 14 – Quantitativo de Servidores na SFRI de 2013 a 2016.....	32
Quadro 15 – Quantitativo de Estagiários na SFRI em 2015	32
Quadro 16 – Resultados do Exercício de 2016	34
Quadro 17 – Indicadores	35
Quadro 18 – Carteira de Projetos Ativos do Finam em 01/01/2016	37
Quadro 19 – Quantidade de projetos do Finam acompanhados em 2016	37
Quadro 20 – Carteira de Projetos Ativos do Finor em 1º/01/2016.....	38
Quadro 21 – Quantidade de projetos do Finor acompanhados em 2016.....	39
Quadro 22 – Certificado de Empreendimento Implantado concedidos a projetos do Finam em 2016	40
Quadro 23 – Certificado de Empreendimento Implantado concedidos a projetos do Finor em 2016.....	41
Quadro 24 – Empresas do Finam com processos apuratórios concluídos (cancelamentos).....	42
Quadro 25 – Empresas do Finam com processos apuratórios concluídos (arquivamentos).....	43
Quadro 26 – Empresas do Finor com processos apuratórios concluídos (cancelamentos)	43
Quadro 27 – Empresas do Finor com processos apuratórios concluídos (arquivamentos)	43
Quadro 28 – Deliberações do TCU: Acórdão 3564/2014	55
Quadro 29 – Deliberações do TCU: Acórdão 3931/2014	55
Quadro 30 – Deliberações da CGU: Recomendação 12138.....	56
Quadro 31 – Deliberações da CGU: Recomendação 138018.....	57

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Finam51
Gráfico 2 – Finor51

Lista de Abreviações e Siglas

A

Acordo de Cooperação Técnica – ACT
Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM

B

Banco do Brasil S.A. – BB
Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

C

Condel – Conselho Deliberativo
Conselho Monetário Nacional – CMN
Controladoria-Geral da União – CGU
Coordenação-Geral de Acompanhamento, Avaliação e Análise – CGAC
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP
Coordenação-Geral de Instrução de Processos – CGIP
Coordenação-Geral de Suporte Logístico – CGSL

D

Departamento de Gestão Interna do Ministério da Integração Nacional – DGI
Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos – DFRP
Determinação Normativa – DN
Diário Oficial da União – DOU
Dívida Ativa da União – DAU

E

Escritório de Processos – EP

F

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA
Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE
Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam
Fundo de Investimentos do Nordeste – Finor
Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional – FNDR
Fundos Constitucionais de Financiamento – FCF

G

Gerência Regional de Belém – GRB
Gerência Regional de Recife – GRR
Grupo de Trabalho – GT
Guia de Recolhimento da União – GRU

I

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

M

Medida Provisória – MP
Ministério da Fazenda – MF
Ministério da Integração Nacional –MI
Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG

O

Órgão de Controle Interno – OCI

P

Plano de Trabalho – PT
Plano Plurianual – PPA
Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

Q

Quadro de Pessoal Permanente – QPP

R

Relatório de Acompanhamento Físico-Contábil – REAFC
Relatório de Gestão – RG

S

Sistema de Acompanhamento Financeiro dos Incentivos Fiscais – SAFIN
Secretaria-Executiva – Secex
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB
Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR
Secretaria Federal de Controle Interno – SFC
Sistema de Pessoal Civil da União – SIPEC
Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene

T

Tribunal de Contas da União – TCU

UPC

Unidade Prestadora de Contas

Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	9
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	10
2.1. Finalidade e Competências Institucionais da SFRI	10
2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da SFRI	10
2.3. Organograma	11
2.4. Macroprocessos finalísticos.....	14
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	16
3.1. Planejamento Organizacional	16
3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício	17
3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico	17
3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	17
3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	18
3.3. Desempenho Orçamentário	19
3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual.....	24
3.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	24
3.3.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	24
3.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores	24
3.3.5. Execução descentralizada com transferência de recursos.....	24
3.3.5.1. Situação das obras realizadas em parceria com a Caixa Econômica Federal – CEF	24
3.3.5.2. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	24
3.3.6. Informações sobre a execução das despesas	24
3.4. Desempenho Operacional.....	24
3.5. Renúncia de Receitas Tributárias	25
3.6. Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	27
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	28
4.1. Descrição das estruturas de governança da SFRI.....	28
4.2. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	28
4.3. Gestão de riscos e controles internos.....	28
5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	29
5.1. Gestão do Pessoas.....	29
5.1.1. Estrutura de Pessoal da SFRI.....	29
5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal.....	31
5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	32
5.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	32
5.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	32
5.2. Gestão do Patrimônio e Infraestrutura.....	32
5.3. Gestão da Tecnologia da Informação	32
5.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade	33
5.5. Gestão de Fundos e de Programas	33
5.5.1. Dos Fundos de Investimentos da Amazônia e do Nordeste (Finam e Finor)	33
5.5.1.1. Identificação, natureza, legislação aplicável aos Fundos.	33
5.5.1.2. Objetivo e desempenho dos Fundos.....	33
5.5.1.3. Informações ou relatórios contábeis, financeiros e orçamentários demonstrando a origem dos ingressos dos recursos, sua aplicação no exercício e os saldos acumulados.....	48
5.5.1.4. Relacionamento dos recursos dos Fundos com a atuação da unidade no desempenho de suas funções.....	50
5.5.1.5. Demonstrações contábeis dos Fundos.....	51
5.5.2. Dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FCO, FNO e FNE)	52

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	53
6.1. Canais de acesso ao cidadão	53
6.2. Carta de serviços ao cidadão	53
6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	53
6.4. Mecanismos de transparência das informações.....	53
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	54
7.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	54
7.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	54
7.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas	54
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	55
8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU	55
8.2. Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno	56
8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário	58
8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993	58
8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	58
8.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	58
9. ANEXOS	59
I. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas	59
II. Parecer sobre o Relatório Circunstadas Atividades Desenvolvidas e dos Resultados obtidos pelo FCO, referente ao exercício de 2016.	74
III. Parecer sobre o Relatório Circunstânciado das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados obtidos pelo FNO, referente ao exercício de 2016.	84
IV. Parecer sobre o Relatório Circunstânciado das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados obtidos pelo FNE, referente ao exercício de 2016.....	94
11. RELATÓRIO DO BANCO DA AMAZÔNIA (OPERADOR DE RECURSOS DO FUNDO FINAM)	107
12. RELATÓRIO DO BANCO DO NORDESTE (OPERADOR DE RECURSOS DO FUNDO FINOR)	126
13. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	170
14. DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	171

1. APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Relatório de Gestão da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais – SFRI, referente ao exercício de 2016, como evidência dos princípios da transparência pública e da responsabilidade social que norteiam as ações desta Secretaria.

O presente Relatório foi elaborado com base nas disposições da Instrução Normativa/TCU nº 63/2010, alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72/2013, Decisão Normativa TCU nº 154/2016, e da Portaria TCU nº 59/2017. Contém documentos, informações e demonstrativos de natureza financeira e orçamentária, organizado para permitir a visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão.

Destaca-se que o conteúdo do presente documento está apresentado conforme estrutura definida na Portaria - TCU nº 59/2017, entretanto, alguns itens não se aplicam à realidade desta Secretaria, tais como os descritos abaixo:

- Planejamento Organizacional e Resultados
 - Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual
 - Fatores intervenientes no desempenho orçamentário
 - Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento
 - Restos a pagar de exercícios anteriores
 - Execução descentralizada com transferência de recursos
 - Situação das obras realizadas em parceria com a Caixa Econômica Federal
 - Informações sobre a estrutura de pessoal para análise de prestações de contas

- Áreas Especiais da Gestão
 - Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

- Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle
 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidades por dano ao erário
 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993
 - Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento
 - Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Cabe ressaltar que a Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais ficou isenta do julgamento de contas de 2016, pelo Tribunal de Contas da União, de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 156/2016.

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

Neste capítulo serão apresentados os elementos identificadores da SFRI: finalidades e competências, normas e regulamentos, organograma funcional e a descrição dos macroprocessos finalísticos.

2.1. Finalidade e Competências Institucionais da SFRI

A Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais – SFRI, órgão específico e singular, integrante da estrutura regimental do Ministério da Integração Nacional - MI, tem como responsabilidade institucional uniformizar procedimentos, critérios e prioridades na aplicação dos recursos dos Fundos Regionais e Incentivos Fiscais, atualizar os instrumentos de financiamento existentes, prospectar novas fontes de recursos e oportunidades voltadas para a redução das desigualdades regionais.

Ainda, tem como missão viabilizar novas ferramentas de apoio aos setores produtivos e ao fomento de projetos de interesse do desenvolvimento regional, em sintonia com os objetivos estratégicos do Ministério.

Em 2016 a SFRI desempenhou as competências dispostas no artigo 22 do Decreto nº 8.161, de 18/12/2013, que aprovou a Estrutura Regimental do Ministério da Integração Nacional – MI, conforme segue:

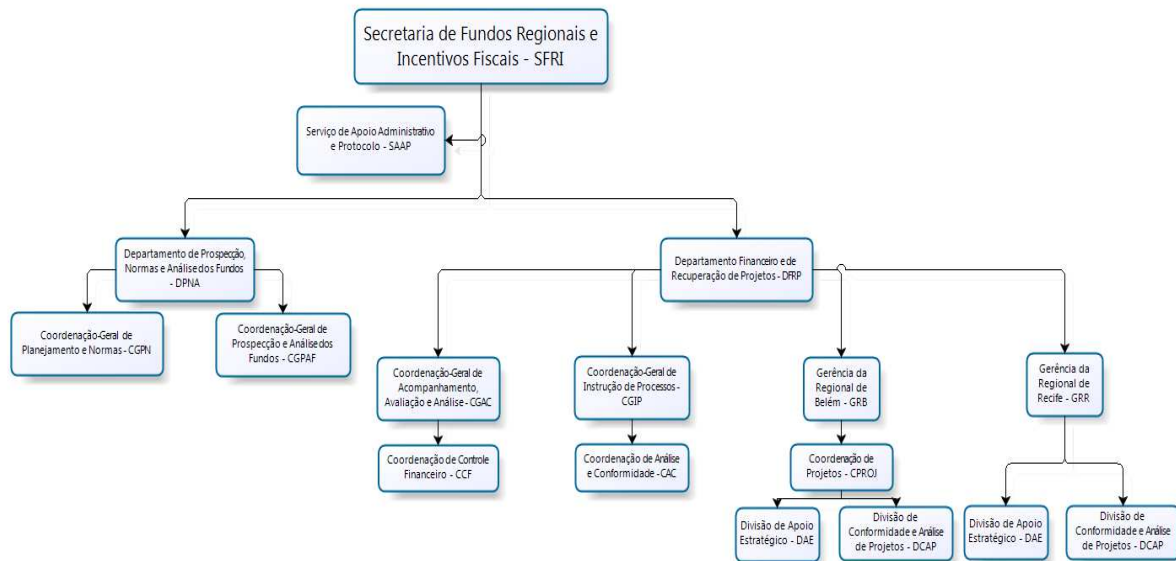
- Realizar prospecções de fontes de recursos e oportunidades com vistas à ampliação dos instrumentos da política de redução das desigualdades regionais e de apoio aos setores produtivos de interesse do desenvolvimento regional;
- Propor diretrizes, estratégias e orientações gerais para aplicação dos recursos dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional, em consonância com a PNDR e planos regionais de desenvolvimento;
- Propor normas para a operacionalização dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional; e
- Acompanhar e controlar a aplicação dos recursos dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional.

2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da SFRI

Conforme mencionado acima, a estrutura regimental da SFRI foi regida pelo Decreto 8.161/2013, entretanto esse Decreto foi revogado, em 2017, pelo Decreto 8.980, de 01/02/2017.

2.3. Organograma

O organograma abaixo representa a estrutura formal da SFRI, em 2016.



Powered by
bizagi
Modeler

Fonte: Decreto nº 8.161/2013

No quadro abaixo, serão demonstradas as competências das áreas que integram a SFRI, bem como os seus titulares responsáveis e os respectivos períodos de atuação.

Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas da SFRI no exercício 2016

Subunidades Estratégicas	Competências das Subunidades Estratégicas	Nome do Titular	Cargo	Período de atuação
Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais	Realizar prospecções de fontes de recursos e oportunidades com vistas à ampliação dos instrumentos da política de redução das desigualdades regionais e de apoio aos setores produtivos de interesse do desenvolvimento regional; Propor diretrizes, estratégias e orientações gerais para aplicação dos recursos dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional, em consonância com a PNDR e planos regionais de desenvolvimento; Propor normas para a operacionalização dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional; e Acompanhar e controlar a aplicação dos recursos dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional.	Raphael Rezende Neto	Secretário	01/01/2016 a 07/06/2016
		José Wanderley Uchoa Barreto	Secretário-Substituto	08/06/2016 a 20/06/2016
		Djalma Bezerra Mello	Secretário	21/06/2016 a 19/12/2016
		José Wanderley Uchoa Barreto	Secretário-Substituto	20/12/2016 a 31/12/2016

Departamento de Prospecção, Normas e Análise dos Fundos	Realizar prospecções de fontes de recursos e oportunidades com vistas à ampliação dos instrumentos de política de redução das desigualdades regionais e de apoio aos setores produtivos de interesse ao desenvolvimento regional e propor normas para a operacionalização dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional.	José Wanderley Uchoa Barreto	Diretor	01/01/2016 a 31/12/2016
Coordenação Geral de Planejamento e Normas	Propor adequação, atualização e uniformização de procedimentos relativos à legislação que trata da regulamentação dos Fundos Regionais e dos benefícios e incentivos fiscais.	Frederico Guilherme Livino	Coordenador-Geral	01/01/2016 a 31/12/2016
Coordenação Geral de Prospecção e Análise dos Fundos	Elaborar estudos e analisar propostas com vistas à prospecção de novas fontes de financiamento ao Desenvolvimento Regional ou alternativas de utilização dos recursos dos Fundos Regionais e Incentivos Fiscais.	Carlos Henrique Rosa	Coordenador-Geral	01/01/2016 a 31/12/2016
Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos	Acompanhar e controlar a aplicação dos recursos dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional.	Joaquim Alfredo da Cruz Filho	Diretor	01/01/2016 a 07/04/2016
		Bernadete Maria Pinheiro Coury	Diretora Substituta	08/04/2016 a 21/06/2016
		José Wellington dos Santos	Diretor Substituto	22/06/2016 a 06/07/2016
		Marina Servato Ferreira	Diretora Substituta	07/07/2016 a 30/08/2016
		Cilene de Jesus Jardim Dórea	Diretora	31/08/2016 a 31/12/2016
Coordenação Geral de Acompanhamento, Avaliação e Análise	Acompanhar e analisar a execução orçamentária e financeira dos Fundos Regionais, dos benefícios e incentivos fiscais, em articulação com os Órgãos de Desenvolvimento Regional.	Bernadete Maria Pinheiro Coury	Coordenadora-Geral	01/01/2016 a 15/06/2016
		Marina Servato Ferreira	Coordenadora-Geral Substituta	16/06/2016 a 19/07/2016
		Victoria Oliveira Dopazo Antônio José	Coordenador-Geral	20/07/2016 a 31/12/2016
Coordenação de Controle Financeiro	Manter banco de dados sobre as informações econômicas anuais dos projetos implantados dos Fundos de Investimento, para fins estatísticos e de avaliação econômica.	Marina Servato Ferreira	Coordenadora	01/01/2016 a 31/12/2016
Coordenação Geral de Instrução de Processos	Emitir parecer sobre a conformidade da instrução dos processos dos	José Wellington dos Santos	Coordenador-Geral	01/01/2016 a 22/06/2016

	Fundos de Investimentos submetidos à deliberação do Diretor.	Ana Paula Gomes Dias Cunha	Coordenadora-Geral Substituta	23/06/2016 a 28/09/2016
		Antonio Luis da Silva	Coordenador-Geral	29/09/2016 a 31/12/2016
Coordenação de Análise e Conformidade	Instruir os processos administrativos apuratórios de indícios de desvio de recursos dos projetos dos Fundos de Investimentos.	Ana Paula Gomes Dias Cunha	Coordenadora	01/01/2016 a 31/12/2016
Gerência Regional de Belém	Planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades relativas à gestão dos Fundos de Investimentos da Amazônia - Finam.	Rita Conceição Lopes de Mato	Gerente Regional Substituta	01/01/2016 a 31/12/2016
Divisão de Acompanhamento de Projetos da GRB	Realizar acompanhamento físico-contábil dos projetos beneficiários dos Fundos de Investimentos para fins de continuidade do apoio financeiro a sua implantação, conclusão ou cancelamento de incentivos.	Maria Feliciano Nery Teixeira	Chefe de Divisão Substituta	01/01/2016 a 31/12/2016
Divisão de Análise de Projetos da GRB	Analisar os pleitos das diversas espécies de alterações ao projeto original aprovado, admitidas pelas normas de regência da matéria, repactuação das debêntures, apuratórios e liberações.	Kaio Sérgio Bonfim Malcher	Chefe de Divisão	01/01/2016 a 31/12/2016
Gerência Regional de Recife	Planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades relativas à gestão dos Fundos de Investimentos do Nordeste – Finor.	Inalda Maria da Silva	Gerente Regional	01/01/2016 a 31/12/2016
Divisão de Acompanhamento de Projetos da GRR	Realizar acompanhamento físico-contábil dos projetos beneficiários dos Fundos de Investimentos para fins de continuidade do apoio financeiro a sua implantação, conclusão ou cancelamento de incentivos.	José Geraldo Barreto Campelo de Melo	Chefe de Divisão	01/01/2016 a 31/12/2016
Divisão de Análise de Projetos da GRR	Analisar os pleitos das diversas espécies de alterações ao projeto original aprovado, admitidas pelas normas de regência da matéria, repactuação das debêntures, apuratórios e liberações.	Maria Isabel Arcoverde C. O. Pessoa	Chefe de Divisão	01/01/2016 a 31/12/2016
Serviço de Apoio Administrativo e Protocolo	Compete coordenar, acompanhar e executar as atividades necessárias ao apoio operacional e administrativo no âmbito da Secretaria.	Elke Rodrigues Brito	Chefe de Serviço	01/01/2016 a 31/12/2016

2.4. Macroprocessos finalísticos

Os processos da SFRI estão inseridos no macroprocesso finalístico: Desenvolvimento Regional, que foi estabelecido de acordo com a evolução dos trabalhos do Escritório de Processos, em 2014, no qual foi realizada uma revisão, resultando em outra cadeia de valor, cujos macroprocessos foram divididos da seguinte forma:

Processos da SFRI



Cadeia de Valor do MI



Quadro 2 – Detalhamento do Macroprocesso Finalístico: Desenvolvimento Regional

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Desenvolvimento Regional	Tem dois objetivos principais: sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intrarregionais valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais, e, criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e serviços públicos no território brasileiro, reduzindo as desigualdades de oportunidades vinculadas ao local de nascimento e moradia. É composto pelos grupos de processos de Desenvolvimento Produtivo, Promoção da Temática e Financiamento.	Desenvolvimento Produtivo: infraestrutura produtiva para arranjos produtivos; ações para aprimoramento da produção e inserção mercadológica; apoio ao associativismo e cooperativismo.	Integrantes das cadeias produtivas.	Secretaria de Desenvolvimento Regional; Secretaria de Fundos e Incentivos Fiscais.
		Promoção da Temática: capacitação, concessão de bolsas de estudo de pós-graduação; publicações.	Entes federados; agentes de desenvolvimento; comunidade acadêmica; cidadãos.	Secretaria de Desenvolvimento Regional.
		Financiamento: aplicação dos recursos dos Fundos Regionais e Incentivos Fiscais voltados para a redução das desigualdades regionais.	Empresas.	Secretaria de Fundos e Incentivos Fiscais.

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentadas as informações sobre o planejamento e a execução orçamentária e operacional.

3.1. Planejamento Organizacional

O planejamento estratégico da SFRI está inserido no âmbito do Planejamento do MI, atualmente materializado no Mapa Estratégico da Pasta, no qual estão definidos a Visão de Futuro, a Missão, os Eixos de Atuação (Prioridades) e os Objetivos Estratégicos do MI.



Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/mapa-estrategico>

3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

Conforme Mapa Estratégico do MI, o plano estratégico da SFRI insere-se no Eixo “Superar desigualdades regionais e erradicar a miséria”.

3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

A implementação do planejamento estratégico da SFRI, explícito no Mapa Estratégico do Ministério, está apoiada em Modelo de Gestão para o monitoramento de suas ações, baseado em reuniões periódicas com os Diretores e Coordenadores-Gerais, para fins de acompanhamento das atividades previamente pactuadas, quando se procede à análise, ao julgamento e à interpretação dos resultados dos projetos e das atividades prioritários.

3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O planejamento dos Departamentos componentes da SFRI vincula-se com as competências específicas estabelecidas no Decreto nº 8.161/2013, quais sejam:

“Art. 23. Ao Departamento de Prospecção, Normas e Análise dos Fundos compete:

I - realizar prospecções de fontes de recursos e oportunidades com vistas à ampliação dos instrumentos de política de redução das desigualdades regionais e de apoio aos setores produtivos de interesse ao desenvolvimento regional;

II - propor diretrizes, estratégias e orientações gerais para aplicação dos recursos dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional, em consonância com a PNDR e planos regionais de desenvolvimento;

III - propor normas para a operacionalização dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional; e

IV - orientar e coordenar a avaliação dos impactos sociais e econômicos decorrentes da aplicação dos recursos dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional.

Art. 24. Ao Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos compete:

I - acompanhar e controlar a aplicação dos recursos dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional;

II - administrar, orientar e fiscalizar a execução dos projetos dos fundos de investimentos;

III - analisar e propor adequação das ações relativas à implantação de projetos apoiados pelos fundos regionais voltados ao desenvolvimento ou contemplados com benefícios e incentivos fiscais à PNDR;

IV - avaliar as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional;

V - analisar os pleitos das empresas titulares dos projetos dos fundos de investimentos, com vistas às necessidades regionais e de mercado;

VI - recomendar liberações de recursos para subscrição de ações e/ou debêntures dos fundos de investimentos de projetos regulares que necessitem de contrapartida;

VII - cancelar os projetos dos fundos de investimentos enquadrados nas condições previstas na legislação de regência; e

VIII - emitir o Certificado de Empreendimento Implantado - CEI aos projetos dos fundos de investimentos considerados concluídos”.

3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Para fins de monitoramento das atividades previamente pactuadas, são realizadas reuniões internas com os gestores da SFRI, quando se procede à análise, ao julgamento e à interpretação dos resultados dos projetos e das atividades prioritários.

3.3. Desempenho Orçamentário

A Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI), participa, no Plano Plurianual - PPA 2016 – 2019, do Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial e deverá responder sobre os seguintes itens:

Indicadores:

- ✓ Coeficiente de Gini da média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos per capita, por município, do Fundo Constitucional do Centro Oeste;
- ✓ Coeficiente de Gini da média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos per capita, por município, do Fundo Constitucional do Nordeste;
- ✓ Coeficiente de Gini da média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos per capita, por município, do Fundo Constitucional do Norte;
- ✓ Coeficiente de Gini da relação entre a média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos, por município, do Fundo Constitucional do Centro-Oeste e o PIB microrregional;
- ✓ Coeficiente de Gini da relação entre a média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos, por município, do Fundo Constitucional do Nordeste e o PIB microrregional e;
- ✓ Coeficiente de Gini da relação entre a média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos, por município, do Fundo Constitucional do Norte e o PIB microrregional.

Objetivo: 0789 - Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial.

Meta: Aprimorar e estabelecer mecanismos institucionais e instrumentos financeiros para o Desenvolvimento Regional e o Ordenamento do território nacional.

Iniciativa 05RN: Aperfeiçoar os mecanismos que conduzem a aplicação de recursos dos programas de financiamento dos Fundos Constitucionais e a estratégia de aplicação dos Fundos de Desenvolvimento Regional.

Sobre os Indicadores

O Coeficiente de Gini consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 (zero) corresponde à completa igualdade e 1 (um) corresponde à completa desigualdade. Os Fundos Constitucionais de Financiamento pretende verificar o nível de concentração da aplicação destes recursos, considerando o valor dos empréstimos per capita e o Produto Interno Bruto (PIB) em escala microrregional. A tabela abaixo apresenta os valores calculados para o ano de 2014 como índice de referência, e tem periodicidade anual de cálculo, uma vez que são utilizados os dados anuais de contratação dos Fundos Constitucionais e os dados anuais do PIB municipal para a elaboração do indicador.

Quadro 3 – Coeficiente GINI

Indicador	Unidade Medida	Valor apurado 2014	Valor apurado 2015		Valor apurado 2016		
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Coeficiente de Gini da média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos per capita, por município, do Fundo Constitucional do Centro-Oeste	Índice numérico	31/12/2014	0,458	31/12/2015	0,463	31/12/2016	0,414
Coeficiente de Gini da média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos per capita, por município, do Fundo Constitucional do Nordeste	Índice numérico	31/12/2014	0,629	31/12/2015	0,619	31/12/2016	0,609
Coeficiente de Gini da média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos per capita, por município, do Fundo Constitucional do Norte	Índice numérico	31/12/2014	0,613	31/12/2015	0,590	31/12/2016	0,577
Coeficiente de Gini da relação entre a média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos, por município, do Fundo Constitucional do Centro-Oeste e o PIB microrregional	Índice numérico	31/12/2014	0,496	31/12/2015	0,500	31/12/2016	0,455
Coeficiente de Gini da relação entre a média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos, por município, do Fundo Constitucional do Nordeste e o PIB microrregional	Índice numérico	31/12/2014	0,547	31/12/2015	0,534	31/12/2016	0,522
Coeficiente de Gini da relação entre a média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos, por município, do Fundo Constitucional do Norte e o PIB microrregional	Índice numérico	31/12/2014	0,425	31/12/2015	0,391	31/12/2016	0,372

Fonte: Coordenação-Geral de Prospeção e Análise dos Fundos/CGPA/DPNA/SFRI/MI

Obs.: Por Média Móvel Simples (MMS) ou aritmética, entende-se o somatório de um conjunto de valores numéricos divididos pela quantidade de elementos somados. A média é móvel porque ao entrar um novo valor na série, o primeiro valor da série anterior é retirado da soma.

Os coeficientes de Gini calculados para as operações contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentam valores entre 0 e 1, que podem estar próximos a 0 (zero), correspondendo a uma menor desigualdade na aplicação dos recursos, ou seja, uma distribuição mais equilibrada dos financiamentos entre as microrregiões, ou próximos de 1 correspondendo a maior desigualdade, isto é, neste caso a aplicação dos recursos fica concentrada nas microrregiões, teoricamente, de maior nível de desenvolvimento (ou seja, de maiores PIB).

Sobre os valores apresentados na tabela, podemos inferir que houve, no período em análise, para os três Fundos Constitucionais de Financiamento, Centro-Oeste (FCO), Nordeste (FNE) e Norte (FNO), desconcentração na aplicação dos recursos. Os coeficientes de Gini calculados sobre os valores dos empréstimos per capita, por microrregiões, para os três fundos apresentam o FNE e o FNO com maiores índices de concentração dos recursos, mas também demonstram uma redução nestes valores referentes ao ano de 2016. O FCO apresentou uma elevação de 2014 para 2015 e uma redução de mais de 10% do índice de 2015 para 2016, seguindo a tendência dos outros dois fundos de desconcentração na aplicação dos recursos.

Para os índices calculados levando em consideração os financiamentos desses Fundos, por microrregião, e o Produto Interno Bruto (PIB), por microrregião, o FNE e o FCO apresentam-se mais concentrados que o FNO, sendo que para as três fontes de financiamento houve, no período em análise, evolução no indicador apontando para uma desconcentração na aplicação dos recursos. Também para este indicador o FCO apresentou uma leve elevação entre 2014 e 2015 e depois seguiu a tendência dos outros dois fundos de desconcentração na aplicação dos recursos.

Dessa forma, os índices apresentados, em geral, indicam uma tendência de desconcentração na aplicação desses recursos e uma das razões dessa propensão é a obrigatoriedade de aplicação prioritária, pelos bancos administradores, junto ao segmento de menor porte (empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores), devendo os bancos aplicarem anualmente no mínimo 51% dos recursos junto a este perfil de tomador, contribuindo, assim, para uma maior pulverização do crédito, uma vez que financiamentos destinados a pequenos tomadores são mais frequentes em pequenas cidades (interiorização do crédito), onde existe forte presença de agricultores familiares beneficiários do PRONAF.

Sobre o objetivo

Buscou-se no exercício de 2016, que os programas de financiamento e de investimento, em consonância com a missão dos Fundos Constitucionais de Financiamento e dos Fundos de Desenvolvimento Regional e com as diretrizes e metas estabelecidas para o desenvolvimento das regiões beneficiárias, atraiam e incentivem o setor produtivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, contribuindo para a manutenção dos empregos e a geração de novos postos de trabalho, para o incremento das produções regionais, a arrecadação de tributos e a redução do êxodo rural.

Sobre a Meta

No âmbito dos instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), os esforços ao longo de 2016 foram no sentido de desburocratizar e simplificar o processo de concessão de crédito com recursos dos Fundos Regionais.

No que se refere ao FDA, FDNE e FDCO, encontra-se em tramitação a revisão dos decretos vigentes que aprovam os regulamentos desses Fundos, resultando em propostas de atos regulamentares mais objetivos e apropriados às diversas instâncias decisórias envolvidas, ficando cada instância com competência para dispor das regras que lhes são peculiares. Na proposta de decreto foram tratadas apenas as regras de caráter geral, aos Conselhos Deliberativos das Superintendências do Desenvolvimento Regional (Sudam, Sudene e Sudeco) foram atribuídas as normas operacionais, que serão estabelecidas em regulamento editado pelos Conselhos Deliberativos e o regramento das atividades tipicamente bancárias ficou a cargo de cada agente operador, em normativo próprio.

Em relação aos Fundos de Investimentos da Amazônia e do Nordeste (Finam e Finor), destaca-se a tramitação de proposta de norma que propiciará a desburocratização do sistema e a recuperação dos projetos. A expectativa é a de que, no ano de 2017, os Fundos de Investimentos incrementem ao máximo seus resultados, visando alcançar os objetivos da política dos incentivos fiscais, que é a redução das desigualdades sociais e regionais.

Devido às restrições orçamentárias e financeiras, decorrentes da grave crise fiscal do país, não foram alocados recursos no programa 2029 – Ação 20WQ – Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, Plano Orçamentário (PO) - 000B – Gerenciamento e Avaliação das Aplicações dos Fundos Regionais e Incentivos Fiscais que está sob a responsabilidade desta Secretaria.

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Quadro 4 – Desempenho dos Fundos Regionais no período de 2013 a 2016

Fundos Regionais	2013			2014			2015			2016			2013 a 2016		
	Previsto	Realizado	% Realizado	Previsto	Realizado	% Realizado	Previsto	Realizado	% Realizado	Previsto	Realizado	% Realizado	Previsto	Realizado	% Realizado
FNE	11,5	12,7	110%	13,1	13,4	102%	12,9	11,5	89%	14,1	11,2	80%	51,6	48,8	95%
FCO	5,3	6,0	113%	5,6	5,7	102%	6,0	5,3	88%	5,8	4,4	75%	22,7	21,4	95%
FNO	4,6	4,7	102%	5,4	5,3	98%	4,2	4,0	95%	3,4	2,3	69%	17,6	16,3	93%
Total dos Fundos Constitucionais	21,4	23,4	109%	24,1	24,4	101%	23,1	20,8	90%	23,3	17,9	77%	91,9	86,6	94%
FDCO	1,4	1,4	100%	1,1	1,1	100%	1,1	1,1	100%	1,1	0,5	45%	4,7	4,1	87%
FDNE	2,0	2,0	100%	2,0	1,9	93%	2,0	2,0	100%	2,0	1,9	93%	8	7,8	97%
FDA	1,3	1,3	100%	1,3	1,3	100%	1,3	0,00	0	1,3	0,2	19%	5,2	2,8	55%
Total dos Fundos de Desenvolvimento	4,7	4,7	100%	4,4	4,2	95%	4,4	3,1	70%	4,4	2,6	59%	17,9	14,7	82%
Total dos Fundos Regionais	26,1	28,1	107%	28,5	28,6	100%	27,5	25,9	87%	27,7	20,5	74%	109,8	101,3	92%

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual

Este item não se aplica a SFRI, tendo em vista que esta Secretaria não tem ações sob sua responsabilidade.

3.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Este item não se aplica a SFRI, tendo em vista que esta Secretaria não tem ações sob sua responsabilidade.

3.3.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Este item não se aplica a SFRI, tendo em vista que esta Secretaria não tem ações sob sua responsabilidade.

3.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Este item não se aplica a SFRI, tendo em vista que esta Secretaria não tem ações sob sua responsabilidade.

3.3.5. Execução descentralizada com transferência de recursos

Este item não se aplica a SFRI, tendo em vista que esta Secretaria não realiza execução descentralizada com transferência de recursos.

3.3.5.1. Situação das obras realizadas em parceria com a Caixa Econômica Federal – CEF

Este item não se aplica a SFRI, tendo em vista que esta Secretaria não possui parceria firmada com a CEF.

3.3.5.2. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Este item não se aplica a SFRI, tendo em vista que esta Secretaria não possui no seu rol de competências atividade referente a celebração de convênios.

3.3.6. Informações sobre a execução das despesas

As informações solicitadas nesse item serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva deste Ministério.

3.4. Desempenho Operacional

No exercício de 2016, a SFRI adotou medidas importantes com o objetivo de aperfeiçoar a operacionalização dos fundos regionais e dos incentivos fiscais, inclusive por meio do estabelecimento de diretrizes, estratégias e orientações gerais para aplicação dos recursos desses fundos.

Dentre as medidas adotadas no exercício, podemos destacar as seguintes:

- ✓ Edição da Portaria nº 14, de 18/02/2016, que estabeleceu prazo para a solicitação, pela SUDAM, de oitiva ao Ministério da Integração sobre a sua opção de conversão de debêntures subscritas, em favor do FDA, em ações de emissão das empresas titulares dos projetos.
- ✓ Edição da Portaria nº 15, de 16/02/2016, que deu nova redação à Portaria nº 283/2013, que aprova a consolidação do Regulamento dos Incentivos Fiscais, revogando os dispositivos que tratam do benefício da redução escalonada do imposto de renda, que não está mais vigente.
- ✓ Edição das Portarias nº 270, 271 e 272, de 10/08/2016, que estabeleceram as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos do FCO, FNO e FNE no exercício de 2017.
- ✓ Edição das Portarias nº 273, 274 e 275, de 10/08/2016, que estabeleceram as diretrizes e orientações gerais para definição de prioridades e aprovação de projetos de investimentos com recursos dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO).
- ✓ Edição da Portaria MI nº 236, de 03/08/2016, que deu nova redação à Portaria nº 528/2012, estabelecendo, como prioritários, para efeito do Decreto nº 7.603/2011, os setores de saneamento básico associado à infraestrutura hídrica e de irrigação.
- ✓ Edição da Portaria MI nº 456, de 26/12/2016, que prorrogou, até 31/12/2017, o prazo para a aplicação dos recursos de que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 16/01/1991.

3.5. Renúncia de Receitas Tributárias

Os Fundos de Investimentos da Amazônia – Finam, e do Nordeste – Finor, são alimentados por opções de renúncia fiscal realizada por pessoas jurídicas de todo o país, contribuintes do imposto de renda – IR incidente sobre o lucro real (impostos sobre a exploração das atividades produtivas), que podem deduzir parte desse imposto, até o exercício fiscal de 2017, como forma de incentivo fiscal para aplicação em projetos destinados àquelas regiões do Brasil, recebendo, os optantes, em troca, cotas de participação daqueles Fundos.

O Quadro abaixo contempla informações a respeito:

- i) do tributo sobre o qual a renúncia incide;
- ii) da legislação que a disciplina (leis, decretos, portarias etc.);
- iii) da sua natureza, conforme o disposto no art. 14, § 1º, da LRF;
- iv) dos objetivos socioeconômicos da renúncia;
- v) da condição imposta para fruição do benefício tributário (contrapartida), com a discriminação dos critérios estabelecidos para seu cumprimento e da legislação que os define;
- vi) do prazo de vigência da renúncia.

Cabe destacar, que a Legislação pertinente aos referidos Fundos não prevê medidas de compensação para a concessão da renúncia.

Quadro 5 – Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas

Tributo / Contribuição Gasto Tributário	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
IRPJ	Lei 8.167/91, art. 9º; MP 2.199-14/01, art. 4º; MP 2.156-5/01, art. 32, inciso XVIII; MP 2.1575/01, art. 32, inciso IV; Lei 9.532/97, art. 4º, § 1º	Outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.	Redução do IRPJ pela opção de aplicação de percentual do imposto devido, pelas pessoas jurídicas ou grupos de empresas coligadas de que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 1991, alterado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, titulares de empreendimento de setor da economia considerado, em ato do Poder Executivo, prioritário para o desenvolvimento regional.	Ao receber os incentivos fiscais a empresa beneficiária deve em contrapartida aportar recursos próprios ao empreendimento, conforme definido nos normativos do Finam/Finor.	31/12/2017	Não há previsão de medidas de compensação na legislação do Finam e Finor.

Fonte: DFRP/SFRI/MI

Valores Renunciados e Contrapartida

O Quadro abaixo contempla os valores encontrados no Demonstrativo dos Gastos Tributários PLOA 2015 da Secretaria de Receita Federal do Brasil – RFB <<https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-2015>>, identificados nas colunas “Previstos” e os valores de fato acatados pela RFB, identificados nas colunas “Realizados”.

Quadro 6 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Gasto Tributário: Incentivos fiscais concedidos para implantação de empresas no Norte/Nordeste visando o desenvolvimento regional.						
Valores	2015		2014		2013	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Renúncia	282.105.586	-	108.196.563	-	196.508.022	-
Contrapartida	28.941.863,09	-	5.603.573.221	-	-	6.322.862

Fonte: SFRB, GRB e GRR

Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário

Este Quadro demonstra os valores Projetados, quais sejam, os valores declarados pelos optantes, bem como os valores estimados, que são os valores efetivamente acatados pela SFRB.

Vale informar que de acordo com a SFRB, os valores de 2016 serão apurados ao final do ano de 2017.

Quadro 7 – Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário

Tributo Contribuição Gasto Tributário	2015	
	Renúncia	
	Projetado	Estimado
Finam	-	-
Finor	81.028.860	78.859.097

Contribuintes Beneficiados pela Renúncia

O próximo Quadro contempla o quantitativo de contribuintes, pessoas jurídicas, que usufruíram da renúncia, deixando de recolher o valor total do imposto devido aos cofres públicos, distribuídos por Unidade da Federação, no exercício de referência do Relatório de Gestão e nos dois exercícios imediatamente anteriores.

O Quadro abaixo informa a quantidade de pessoas jurídicas que optaram pela renúncia fiscal, distribuídos por unidade federativa.

Quadro 8 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas

Gasto Tributário: Incentivos fiscais concedidos para implantação de empresas no Norte/Nordeste visando o desenvolvimento regional.						
UF	2015		2014		2013	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
CE	7	489.457,75	9	1.315.833,17	12	1.482.063,67
MG	1	14.108,26			1	
PE	1	1.090.068,86	2	878.613,80	4	3.416.852,19
RJ	1	3.212.865,64	2	12.268.710,67		96.653.534,66
RS	1	7.590,91	1	1.286,08	10	
SP	8	24.127.771,67	11	73.119.438,52		88.465.482,57
Σ	19	28.941.863,09	25	87.583.882,24	27	190.017.933,09

Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária

O Quadro a seguir contempla o quantitativo de pessoas jurídicas que receberam os incentivos fiscais, recursos oriundos de contrapartida de natureza financeira da renúncia tributária, na forma prevista na legislação instituidora dos fundos, assim como os valores dos recursos próprios aportados, considerados como contrapartida.

Quadro 9 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas

Gasto Tributário: Incentivos fiscais concedidos para implantação de empresas no Norte/Nordeste visando o desenvolvimento regional.						
UF	2016			2015		
	Empresa Beneficiária	Valor Liberado	Contrapartida	Empresa Beneficiária	Valor Liberado	Contrapartida
CE	Transnordestina Logística S.A.	152.743.832	3.049.168.647	Transnordesti na Logística S.A.	10.605.144	2.195.379.724

Fonte: GRB/GRR/DFRP/SFRI/MI

3.6. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

As informações solicitadas neste item serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva deste Ministério.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1. Descrição das estruturas de governança da SFRI

Cabe destacar que além da estrutura convencional, a SFRI possui em sua estrutura básica de governança a Comissão Consultiva dos Fundos de Investimentos (CCFI), instituída por meio da Portaria/MI nº 123, de 21/03/2014, a qual compete se manifestar sobre processos relativos aos projetos, em implantação, beneficiários dos Fundos de Investimentos da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor).

Trata-se de um colegiado constituído pelo Coordenador-Geral de Instrução de Processos, o Coordenador-Geral de Prospecção e Análise dos Fundos e o Gestor de Projetos da SFRI, além do Diretor do DFRP, que ocupa o cargo de Presidente da Comissão. Em 2016 foram realizadas 11 reuniões, onde foram propostos:

- 20 cancelamentos de incentivos aos projetos beneficiados;
- 16 emissões de Certificados de Empreendimento Implantado (CEI);
- 3 adequações de projetos;
- 2 repactuações de debêntures.

4.2. Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

As informações solicitadas nesse item serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva deste Ministério.

4.3. Gestão de riscos e controles internos

Em 2016 não foram desenvolvidos procedimentos para avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento das atividades desta Secretaria.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1. Gestão do Pessoas

As informações apresentadas neste item foram fornecidas pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Departamento de Gestão Interna da Secretaria Executiva deste Ministério. Outras informações poderão ser encontradas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva deste Ministério.

5.1.1. Estrutura de Pessoal da SFRI

O quadro demonstra a distribuição da força de trabalho da SFRI.

Quadro 10 – Força de Trabalho da SFRI

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		73	2	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos		-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		73	2	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		67	-	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1	1	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		5	1	3
2. Servidores com Contratos Temporários		-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		10	2	1
4. Total de Servidores (1+2+3)		83	4	6

Fonte: Siape e Data Warehouse

Quadro 11 – Distribuição da Lotação Efetiva na SFRI

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	-	73
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	73
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	67
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	5
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	10
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	83

Fonte: Siape e Data Warehouse

Quadro 12 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas na SFRI

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	33	28	4	6
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	28	4	6
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	12	-	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	1	1	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	5	1	3
1.2.4. Sem Vínculo	-	10	2	1
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	14	14	1	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	13	1	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	1	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	47	42	5	6

Fonte: Siape e Data Warehouse

5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 13 – Custos do Pessoal

R\$ mil

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	6.120.994,70	717.010,60	596.601,73	182.223,93	436.653,47	416.178,59	7.917,46	17.780,42	24.837,48	8.520.198,38
	2015	6.539.661,96	658.779,92	623.288,83	223.801,16	384.721,27	438.352,74	48.170,99	1.277,80	31.565,46	8.949.620,13
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	0,00	231.019,89	30.559,12	10.053,09	41.043,79	0,00	19.498,37	0,00	0,00	332.174,26
	2015	0,00	332.832,02	32.709,49	8.144,43	34.941,63	0,00	8.454,86	0,00	0,00	417.082,43
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	0,00	604.082,66	50.955,58	15.525,70	63.745,10	7.109,42	2.668,10	0,00	0,00	738.750,36
	2015	0,00	566.756,00	43.379,67	13.859,19	49.385,04	5.634,07	6.390,18	0,00	0,00	685.404,15
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siape e Data Warehouse

5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O quadro abaixo demonstra a perda aproximada de 25% da força de trabalho da SFRI, de 2013 a 2016, o que requer absorção de uma carga maior de trabalho pelos técnicos remanescentes, propiciando um incremento do risco operacional das atividades desenvolvidas.

Quadro 14 – Quantitativo de Servidores na SFRI de 2013 a 2016

Ano	Quantidade de Servidores
2013	110
2014	97
2015	86
2016	83
Perda registrada	27

Fonte: CGGP/SECEX/MI

5.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

As informações referentes à mão de obra de apoio e de estagiários, por ser comum a todas as unidades do Ministério, serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MI, mas cabe aqui relacionar o quantitativo e o valor das despesas referentes aos contratos de estagiários vigentes na SFRI no ano de 2016.

Quadro 15 – Quantitativo de Estagiários na SFRI em 2016

Trimestre	Estagiários/Trimestre	Despesas/Mês
		R\$ 1,0
1º	13	6.697,33
2º	17	11.780,66
3º	15	8.626,67
4º	19	11.416,00

Fonte: CGGP/DGI/SECEX/MI

5.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Este item não se aplica a SFRI, tendo em vista que não foram realizados contratos de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

5.2. Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

As informações solicitadas neste item serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva deste Ministério.

5.3. Gestão da Tecnologia da Informação

As informações solicitadas neste item serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva deste Ministério.

5.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade

As informações solicitadas neste item serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva deste Ministério.

5.5. Gestão de Fundos e de Programas

5.5.1. Dos Fundos de Investimentos da Amazônia e do Nordeste (Finam e Finor)

5.5.1.1. Identificação, natureza, legislação aplicável aos Fundos.

Os Fundos de Investimentos da Amazônia – Finam e do Nordeste – Finor, criados com o objetivo de efetivar as políticas supramencionadas, são alimentados por opções de renúncia fiscal realizada por pessoas jurídicas de todo o país, contribuintes do imposto de renda – IR incidente sobre o lucro real (impostos sobre a exploração das atividades produtivas), que podem deduzir parte desse imposto, até o exercício fiscal de 2017, conforme art. 2º da Lei nº 12.995, de 18/06/2014, como forma de incentivo fiscal para aplicação em projetos destinados àquelas regiões do Brasil, recebendo, os optantes, em troca, cotas de participação daqueles Fundos.

Cabe destacar que as carteiras do Finam e do Finor, conforme MP nº 2.199-14/2001, não recebem novos projetos desde 2001. O Ministério da Integração Nacional, atual gestor dessas carteiras, tem por missão, portanto, administrá-las e elevar o seu grau de eficiência.

A legislação pertinente ao Finam/Finor encontra-se no sítio do Ministério da Integração Nacional, no link: <http://mi.gov.br/web/guest/fundos-e-incentivos-fiscais/legislacoes>.

Destaca-se que em 2016 houve a edição da Portaria MI nº 456, de 26/12/2016, que prorrogou, até 31/12/2017, o prazo para a aplicação dos recursos que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 16/01/1991, para os casos em que a aplicação dos recursos estiver pendente de decisão judicial ou administrativa, referente às Opções dos exercícios de 1999 a 2015, anos calendário de 1998 a 2014.

5.5.1.2. Objetivo e desempenho dos Fundos.

Os Fundos de Incentivos Fiscais destinam-se, como instrumentos de políticas públicas, a investir em instalações de empreendimentos considerados prioritários ao desenvolvimento socioeconômico das regiões Norte e Nordeste do Brasil, visando a minorar as disparidades existentes entre essas regiões e aquelas mais localizadas ao Sul do país. Buscam, assim, reduzir significativamente as desigualdades inter e intrarregionais, conforme preceituam as normas constitucionais desde então, por intermédio de aumento da diversificação bruta de capital fixo.

O desempenho dos Fundos em 2016 sob a ótica operacional pode ser visualizado no quadro seguinte, que mostra as principais atividades desenvolvidas com os respectivos resultados:

Quadro 16 – Resultados do Exercício de 2016

Atividades Desenvolvidas	Quantidade
Ações de Campo (Acompanhamentos)	30
Instauração de Processo Administrativo Apuratório	03
Reformulação de Projetos	01
Liberação de Recursos	01
Emissões de Certificado de Empreendimento Implantado – CEI	15
Liberação de Recursos	01
Processos Apuratórios Concluídos	27
Cobranças Administrativa	18
Encaminhamentos de Processos às Procuradorias da Fazenda Nacional (PFN's)	22
Repactuações de Dívidas em Debêntures	06
Total	125

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

Dentre as atividades apresentadas no quadro destacamos: **Ações de Campo** que consiste em acompanhamentos, **Emissão de Certificado de Empreendimento Implantado** e **Apuratórios Concluídos**, para as quais o Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos – DFRP estipula metas e mede os resultados alcançados de acordo com indicadores:

Metas e Indicadores

O presente item tem por objetivo avaliar os resultados sob o aspecto operacional das metas e dos indicadores de gestão dos Fundos de Investimentos, desenvolvidos pelo Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos – DFRP, conforme a sua realidade operacional e os seus objetivos institucionais. As metas e os indicadores consistem em parâmetros que medirão a ação do DFRP, permitindo a avaliação de sua gestão no saneamento da carteira dos Fundos.

Nesse contexto, expomos as fórmulas gerais de cálculo/metodologias propostas pelo DFRP para o cálculo das metas do exercício de 2016. Em seguida, apresentamos os resultados das metas em termos numéricos, para depois serem analisadas individualmente perante os resultados alcançados pela gestão. Por fim, mostramos os indicadores preestabelecidos, juntamente com as fórmulas que fornecem os índices de eficácia na condução da operação do DFRP, para depois confrontá-las com os resultados dos indicadores alcançados.

Para cada meta foram fixados valores com base no estoque de projetos ativos nas carteiras dos Fundos, na data de 1º de janeiro de 2016, de acordo com as distintas metodologias. O valor resultante da meta correspondeu a um número puro, que levou em consideração as limitações do DFRP como um todo, fossem elas pela ótica quantitativa da força de trabalho, em especial aquelas existentes nas Gerências Regionais, pelos controles administrativos e pelos ritos processuais inerentes a cada ação desenvolvida para o alcance das respectivas metas.

Assim, as metas elaboradas para avaliar os resultados sob o aspecto operacional do DFRP para o exercício de 2016 foram as seguintes:

- META I - Ações de Campo (acompanhamentos em projetos);
- META II - Emissão de Certificado de Empreendimento Implantado – CEI;
- META III - Apuratórios Concluídos.

Os indicadores a serem utilizados serão os constantes do quadro seguinte:

Quadro 17 – Indicadores

Indicador	Objetivo	Fórmula do Cálculo	Meta Relacionada
Índice de Acompanhamento de Projetos – IAP	Analisar a gestão a partir do número de acompanhamentos realizados no exercício.	$\frac{\text{Nº de acompanhamentos realizados no exercício (NA)}}{\text{Total de projetos em implantação na carteira, passíveis de acompanhamento no início do exercício. (PIF)}}$	Meta I – Ações de campo
Índice de CEI – IC	Analisar a gestão a partir do número de projetos da carteira que receberam o Certificado de Empreendimento Implantado no exercício.	$\frac{\text{CEI emitidos no exercício (CE)}}{\text{Projetos passíveis de emissão de CEI no início do exercício (PC)}}$	Meta II – Emissão de Certificado de Empreendimento Implantado
Índice para Processos Apuratórios Concluídos – IAC	Analisar a gestão a partir do número de processos apuratórios concluídos no exercício.	$\frac{\text{Total de Projetos Concluídos no exercício (AC)}}{\text{Total de apuratórios em curso no início do exercício (TC)}}$	Meta III – Apuratórios Concluídos
Índice de Eficiência da Carteira – IEC	Analisar a gestão pela ótica da redução da carteira de projetos do Fundo, por meio do cancelamento dos incentivos ou por emissão do Certificado de Empreendimento Implantado – CEI.	$\frac{\text{Saldo de Projetos em Implantação no fim do exercício (SF)}}{\text{Saldo de Projetos em Implantação no início do exercício (SI)}}$	Meta II – Emissão de Certificado de Empreendimento Implantado Meta III – Apuratórios Concluídos (por cancelamento)

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

DAS METAS REFERENTES AO FINAM E AO FINOR

META I - Ações de campo (acompanhamentos)

As Ações de Campo (acompanhamentos) consistem em atividades do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos – DFRP, cujo objetivo é avaliar a continuidade ou não de apoio financeiro ao empreendimento, por meio da concessão de recursos oriundos de incentivos fiscais (renúncia fiscal) com a comprovação de aplicação dos recursos anteriormente liberados, visando também à emissão de Certificado de Empreendimento Implantado – CEI, ou ao cancelamento dos incentivos com a devida apuração de irregularidades, conforme o caso.

Quanto à metodologia proposta para o cálculo da meta para o exercício de 2016, tomou-se como prioridade a serem acompanhados os projetos que se enquadrem nos seguintes itens:

- i)** projetos que receberam liberações de recursos dos Fundos no exercício anterior, cuja aplicação esteja pendente de comprovação;
- ii)** projetos que apresentem condições de obtenção de Certificado de Empreendimento Implantado (CEI);
- iii)** projetos que apresentem condições de liberação de recursos;
- iv)** projetos não acompanhados há mais de um ano, ou que estejam sem enviar dois ou mais Relatórios Periódicos de forma consecutiva;
- v)** projetos que respondem a processo administrativo apuratório e que a unidade técnica, justificadamente, considere necessário novo acompanhamento para esclarecer os fatos em apuração;
- vi)** projetos que sofreram modificação físico-financeira, cuja análise técnica do pedido dependa de visita ao local do empreendimento;
- vii)** projetos com notícias de irregularidades oriundas dos órgãos de controle;

Apuração da meta para o Finam

No início do exercício de 2016 existiam 151 (cento e cinquenta e um) projetos ativos¹ na carteira do Finam, distribuídos nos 9 (nove) Estados que compõem a região de atuação do Fundo.

Desse total de projetos ativos, 10 (cem) respondiam a processo administrativo apuratório, os quais foram excluídos da meta de acompanhamento, haja vista que salvo raras exceções esses projetos não acompanhados, restando, portanto, 51 (cinquenta e um) projetos que a princípio poderiam ser acompanhados, conforme pode ser visualizado no quadro abaixo:

¹ Projetos ativos são todos aqueles que se encontram na fase de implantação, que não tenham os seus incentivos cancelados, ou seja, em implantação, independente de estarem em situação regular ou irregular, enquadrados na sistemática da Lei nº 8.167/1991, ou aqueles advindos do Decreto Lei nº 1.376/1974, porém ainda não enquadrados nessa nova sistemática.

Quadro 18 – Carteira de Projetos Ativos do Finam em 01/01/2016

Estados	Projetos em Fase de Implantação	Com Processo Apuratório	Projetos passíveis de serem acompanhados
Acre	3	2	1
Amapá	3	2	1
Amazonas	16	10	6
Maranhão	7	5	2
Mato Grosso	27	18	9
Pará	73	49	24
Rondônia	3	3	0
Roraima	1	1	0
Tocantins	18	10	8
Total	151	100	51

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

Assim, considerando os aspectos relacionados na metodologia para elaboração da meta, bem como as limitações da Secretaria, seja no tocante a escassez de recursos financeiros, seja em relação ao limitado número de servidores qualificados para a realização desses acompanhamentos, estipulou-se como meta para o exercício de 2016 o número de 25 (vinte e cinco) de acompanhamentos em projetos do Finam.

Ao final do exercício de 2016, verificou-se que efetivamente foram realizados 17 (dezesete) acompanhamentos em projetos do Finam, conforme quadro abaixo:

Quadro 19 – Quantidade de projetos do Finam acompanhados em 2016

Nº	Empresas	UF	Município	Data Acompanhamento
1	Xinguara Indústria e Comércio S/A	PA	Xinguara	12/04/2016
2	Sinobras-Siderúrgica Norte Brasil S/A	PA	Marabá	12 e 13/04/2016
3	Fazenda Ouro Verde S/A	PA	Santa Maria das Barreiras	26/04/2016
4	Agropecuária Rio Mudriré S.A.	PA	Cumarú do Norte	27/04/2016
5	Agropecuária da Santa Cruz S.A.	PA	Cumarú do Norte	28/04/2016
6	Silnave Navegação S/A	PA	Belém	29/06/2016
7	Ind. de Pre-Moldados da Amazonia S/A	TO	Palmas	24/06/2016
8	Campasa – Camarões Do Pará	PA	Curuçá	19/09/2016
9	Brasnor Agropecuária S/A	PA	Paragominas	20 e 21/09/2016
10	Fazenda Boi Branco S/A	PA	Paragominas	22/09/2016
11	Agropecuária Carneiro S/A	PA	Cumarú do Norte	28 e 29/09/2016
12	Gtm Artefatos de Madeira S.A.	MT	Sinop	20/09/2016
13	Cia. Agropastoril Mata da Chuva	MT	Alta Floresta	21 e 22/09/2016
14	Queifi Comércio e Agropecuária S/A	MT	Luciara	27 e 28/09/2016
15	Whirlpool Eletrodomésticos AM S/A	AM	Manaus	04/10/2016
16	Camargo Ferraz Metalúrgica Industrial S/A	AM	Manaus	05/10/2016
17	All Fama Industrial S/A	AM	Manaus	06/10/2016

Apuração da meta para o Finor

No tocante ao Finor, no início do exercício de 2016 existiam 29 (vinte e nove) projetos ativos na carteira do Fundo, distribuídos nos 10 (dez) Estados que compõem a região de atuação do Fundo.

Desse total de projetos ativos, 14 (quatorze) respondiam a processo administrativo apuratório, os quais foram excluídos da meta de acompanhamento, haja vista que, salvo raras exceções, esses projetos não são acompanhados, restando, portanto, 15 (quinze) projetos que a princípio poderiam ser acompanhados, conforme pode ser visualizado no quadro abaixo:

Quadro 20 – Carteira de Projetos Ativos do Finor em 1º/01/2016

Estados	Projetos em Fase de Implantação	Com Processo Apuratório	Projetos passíveis de serem acompanhados
Alagoas	2	1	1
Bahia	5	3	2
Ceará	5	3	2
Maranhão	2	0	2
Minas Gerais	1	1	0
Paraíba	3	1	2
Pernambuco	3	1	3
Piauí	2	1	1
Rio Grande do Norte	3	2	1
Sergipe	3	1	2
Total	29	14	15

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

Assim, considerando os aspectos relacionados na metodologia para elaboração da meta, bem como as limitações da Secretaria, seja no tocante a escassez de recursos financeiros, seja em relação ao limitado número de servidores qualificados para a realização desses acompanhamentos, estipulou-se como meta para o exercício de 2016 o número de 15 (quinze) acompanhamentos em projetos do Finor.

Ao final do exercício de 2016 verificou-se que efetivamente foram realizados 13 (treze) acompanhamentos em projetos do Finor, conforme quadro abaixo:

Quadro 21 – Quantidade de projetos do Finor acompanhados em 2016

Nº	Empresas	UF	Município	Data Acompanhamento
1	Indústrias Reunidas de Plástico e Mineração S/A	PE	Petrolina	07/02/2017
2	Suconor S/A	PB	João Pessoa	24/03/2016
3	Votorantim Cimentos N/NE S/A	BA	Laranjeiras	30/03/2016
4	Cia de Papel de Alagoas - CODEPAL	AL	Marechal Deodoro	31/03/2016
5	Cia Sulamericana de Brinquedos	PB	João Pessoa	13/04/2016
6	Telemar Norte Leste S/A - Filial Sergipe	SE	Aracaju	15/06/2016
7	Telemar Norte Leste S/A - Filial Alagoas	AL	Maceió	20/06/2016
8	Telemar Norte Leste S/A - Filial R. G. Norte	RN	Natal	22/06/2016
9	Cia Sulamericana de Brinquedos	PB	João Pessoa	11/08/2016
10	Transnordestina Logística S/A	PE/PI/CE	Diversos	11/08/2016
11	Bahia Produtos de Madeiras S/A	BA	Nova Viçosa	15/09/2016
12	Telemar Norte Leste S/A - Filial Bahia	BA	Salvador	20/09/2016
13	Transnordestina Logística S/A	PE/PI/CE	Diversos	01/12/2016

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

META II - Emissão de Certificado de Empreendimento Implantado – CEI

A emissão do CEI é a demonstração fática e concreta da implantação do empreendimento.

Formaliza-se por meio de uma Portaria emitida pelo Diretor do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos - DFRP, segundo competência estabelecida no Regimento Interno, e a partir de então o projeto é declarado concluído, restando apenas seus Títulos cuja administração dessa Carteira é realizada pelos Bancos Operadores dos fundos (Banco da Amazônia S.A. ou Banco do Nordeste do Brasil S.A.).

Diante do exposto, para determinação dos projetos que apresentam condições de serem contemplados com a emissão de CEI no exercício de 2016, tomou-se por base três requisitos mínimos, a seguir elencados:

- a) estejam em operação e sem registro de indícios ou desvio de recursos;
- b) tenham recebido, integralmente, os recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia ou Fundo de Investimentos do Nordeste aprovados para implantação do empreendimento; e
- c) comprovem a aplicação dos recursos dos Fundos de Investimentos e dos recursos próprios ou de terceiros, em consonância com o cronograma físico-financeiro aprovado, mediante relatório de acompanhamento físico-contábil.

Apuração da meta para o Finam

Nesse contexto, considerando os critérios estabelecidos para aferição da meta, verificou-se que no início do exercício de 2016 existia na carteira do Finam um estoque de **7 (sete) projetos**, em princípio, passíveis de serem contemplados com o CEI naquele ano, os quais foram colocados como meta de CEI em 2016.

Ao término do exercício, constatou-se que foram de fato emitidos 9 (nove) certificados, conforme lista de beneficiárias constante do quadro abaixo:

Quadro 22 – Certificado de Empreendimento Implantado concedidos a projetos do Finam em 2016

Nº	Beneficiárias	UF	Município	Nº e Data da Portaria
1	Fazenda Nova América S.A.	PA	Igarapé-Açu	Portaria nº 2, de 04/04/2016
2	Agropastoril Mirandópolis S/A	PA	Cumarú do Norte	Portaria nº 3, de 19/04/2016
3	Atiaia Pecuaria S/A	MT	São José do Rio Claro	Portaria nº 4, de 19/04/2016
4	Agropecuária N. Senhora do Carmo S/A	MT	Santa Cruz do Xingú	Portaria nº 5, de 19/04/2016
5	Agropecuária Palmital S.A	MT	Tangará da Serra	Portaria nº 6, de 03/06/2016
6	Ciagra Comp. Agropastoril Aruanã S/A	MT	Ribeirão Cascalheira	Portaria nº 8, de 03/06/2016
7	Agropecuária Rio Mudriré S/A	PA	São Félix do Xingu	Portaria nº 9, de 08/12/2016
8	Fazenda Ouro Verde	PA	Santa Maria das Barreiras	Portaria nº 10, de 08/12/2016
9	Sinobrás-Siderúrgica Norte Brasil S/A	PA	Marabá	Portaria nº 16, de 08/12/2016

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

Apuração da meta para o Finor

No âmbito do Finor, considerando, igualmente, os critérios estabelecidos para aferição da meta de emissão de CEI, verificou-se que no início do exercício de 2016 existia na carteira do Fundo um estoque de 5 (cinco) projetos, em princípio, passíveis de serem contemplados com o certificado naquele ano, esse número foi eleito como meta de CEI do Finor para o exercício de 2016.

Ao término do exercício, constatou-se que foram efetivamente emitidos 6 (seis) certificados, conforme lista de beneficiárias constante do quadro abaixo:

Quadro 23 – Certificado de Empreendimento Implantado concedidos a projetos do Finor em 2016

Nº	Beneficiárias	UF	Município	Nº e Data da Portaria
1	Ambev – Filial Rio Grande do Norte	RN	São Gonçalo do Amarante	Portaria nº 01, de 24/03/2016
2	Indústrias Dureino	PI	Teresina	Portaria nº 07, de 03/06/2016
3	Telemar Norte e Leste – Filial Alagoas	BA	Maceió	Portaria nº 11, de 08/12/2016
4	Bahia Produtos de Madeira S.A.	BA	Nova Viçosa	Portaria nº 12, de 08/12/2016
5	Telemar Norte e Leste – Filial Sergipe	SE	Aracajú	Portaria nº 13, de 08/12/2016
6	Telemar Norte e Leste – Filial R.G. Norte	RN	Natal	Portaria nº 14, de 08/12/2016

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

META III - Apuratórios Concluídos

Para o alcance desta meta são contabilizados os processos apuratórios arquivados pelo DFRP e os projetos cancelados com ou sem desvio de recursos.

O arquivamento é um procedimento que resulta de uma análise técnica minuciosa da defesa escrita apresentada pela empresa em relação às irregularidades/impropriedades apontadas quando da instauração do respectivo apuratório e também da análise de potenciais recursos. A efetivação do arquivamento do apuratório ocorre quando as irregularidades/impropriedades não sejam comprovadas ou quando da comprovação que elas foram sanadas.

Já o cancelamento dos incentivos constitui-se em uma fase punitiva e conclusiva do apuratório e ocorre quando as irregularidades/impropriedades apontadas não são sanadas e, também, quando a empresa deixa de interpor sua defesa e (ou) recurso administrativo ou quando essas peças defensivas são julgadas improcedentes. Dessa forma, a equipe técnica recomenda o cancelamento dos incentivos com a declaração de subsistência ou não de desvio de recursos, dependendo do caso concreto.

Para a apuração da meta, considera-se os processos apuratórios que já tiveram a análise técnica da defesa concluída e, em caso de terem apresentado recurso administrativo que esses também estejam analisados, bem como não tenham solicitado qualquer modificação de seus projetos, estando estes, portanto, aptos a serem decididos pela administração por uma das possibilidades de conclusão, quais sejam: pelo arquivamento ou cancelamento dos incentivos.

Apuração da meta para o Finam

Diante do exposto, verificou-se que no início do exercício de 2016 havia na carteira de projetos do Finam 100 (cem) projetos cujas empresas responsáveis respondiam a processos apuratórios. Desse total, havia a expectativa de concluir 21 (vinte e um) processos apuratórios, os quais encontravam-se com análise técnica concluída.

Desse modo, foi estabelecida como meta anual para 2016 a conclusão de **21 (vinte e um)** processos apuratórios. Dentre eles esperava-se que 5 processos fossem arquivados.

Ao final do exercício, verificou-se que efetivamente concluiu-se 18 (dezoito) processos. Desses, 15 (quinze) projetos tiveram seus incentivos cancelados e 03 (três) processos apuratórios foram arquivados, conforme quadros abaixo:

Quadro 24 – Empresas do Finam com processos apuratórios concluídos (cancelamentos)

Nº	Empresas	Forma	Resolução de Cancelamento
1	Canaan S.A. - Cacau e Guaraná do Amazonas S.A.	Com Desvio	Res. nº 01, de 22/01/2016
2	Nova Aliança S.A.	Com Desvio	Res. nº 02, de 18/02/2016
3	Amazomback S.A. Ind. Art. Borracha	Sem Desvio	Res. nº 03, de 18/02/2016
4	Asa - Agroindustrial de Alimentos S.A.	Sem Desvio	Res. nº 04, de 04/03/2016
5	Agropecuária Ilha de Nazaré S.A	Com Desvio	Res. nº 05, de 04/03/2016
6	Agropecuária Vale do Rio Urindeua	Com Desvio	Res. nº 06, de 04/03/2016
7	Atalaia Hotel S.A.	Sem Desvio	Res. nº 09, de 14/03/2016
8	Só Brasil Agroindustrial S/A	Com Desvio	Res. nº 12, de 14/03/2016
9	Agropecuária Flechal S.A.	Com Desvio	Res. nº 07, de 14/03/2016
10	Agropecuária Vitória Régia S.A.	Com Desvio	Res. nº 08, de 14/03/2016
11	Orumasa - Organização Maranhense	Sem Desvio	Res. nº 10, de 14/03/2016
12	Madeiras Compensadas da Amazônia Cia Agroindustrial	Com Desvio	Res. nº 13, de 24/03/2016
13	Enagro Empreendimentos Agrários	Com Desvio	Res. nº 15, de 04/04/2016
14	Fazenda Santa Clara S.A	Com Desvio	Res. nº 17, de 10/05/2016

15	Aparatex Indústria Têxtil do Pará S.A.	Sem Desvio	Res. nº 22, de 11/11/2016
-----------	----------------------------------------	------------	---------------------------

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

Quadro 25 – Empresas do Finam com processos apuratórios concluídos (arquivamentos)

Nº	Empresas	Despacho
16	Amazomback S.A. – Indústria de Artefatos de Borracha	Despacho SEI 179004, de 18/03/2016
17	Agropecuária Pinguim S.A.	Despacho SEI 0070041, de 17/03/2016
18	Agropecuária da Santa Cruz S.A.	Despacho SEI 0269566, de 29/06/2016

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

Apuração da meta para o Finor

No âmbito do Finor, verificou-se que no início do exercício de 2016 havia na carteira de projetos do Fundo 14 (quatorze) projetos cujas empresas responsáveis respondiam a processos apuratórios. Desse total, havia a expectativa de concluir 07 (sete) processos apuratórios, os quais encontravam-se com análise técnica concluída.

Desse modo, foi estabelecida como meta anual para 2016 a conclusão de **07 (sete)** processos apuratórios. Dentre eles, esperava-se que 5 processos fossem arquivados.

Ao final do exercício, verificou-se que efetivamente concluiu-se 09 (nove) processos. Desses, 06 (seis) processos apuratórios foram arquivados e 03 (três) projetos tiveram seus incentivos cancelados, conforme quadros abaixo:

Quadro 26 – Empresas do Finor com processos apuratórios concluídos (cancelamentos)

Nº	Empresas	Forma	Resolução de Cancelamento
1	Açoforte Móveis e Equipamentos S.A.	Sem Desvio	Res. nº 11, de 14/03/2016
2	Aquicultura Atapuz	Sem Desvio	Res. nº 14, de 24/03/2016
3	Agrícola Bebedouro S.A.	Com Desvio	Res. nº 20, de 11/11/2016

Quadro 27 – Empresas do Finor com processos apuratórios concluídos (arquivamentos)

Nº	Empresas	Despacho
4	Telemar Norte e Leste S.A. – Filial Rio Grande do Norte	Despacho SEI 178648, de 21/03/2016
5	Telemar Norte e Leste S.A. – Filial Ceará	Despacho SEI 164480, de 19/03/2016
6	Telemar Norte e Leste S.A. – Filial Sergipe	Despacho SEI 182293, de 28/03/2016
7	Telemar Norte e Leste S.A. – Filial Minas Gerais	Despacho SEI 182396, de 28/03/2016
8	Telemar Norte e Leste S.A. – Filial Bahia	Despacho SEI 200796, de 02/05/2016
9	Telemar Norte e Leste S.A. – Filial Alagoas	Despacho SEI 220753, de 13/05/2016

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

Dos resultados dos Indicadores de desempenho do Finam e Finor

Índice de Acompanhamento de Projetos – IAP

As Ações de Campo (acompanhamentos) consistem em atividades do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos – DFRP, cujo objetivo é avaliar a continuidade ou não de apoio financeiro ao empreendimento, por meio da concessão de recursos oriundos de incentivos fiscais (renúncia fiscal) com a comprovação de aplicação dos recursos anteriormente liberados, visando também à emissão de Certificado de Empreendimento Implantado – CEI, ou ao cancelamento dos incentivos com a devida apuração de irregularidades, conforme o caso.

Índice de acompanhamento de projetos – IAP

Descrição do Índice	Fórmula
Nº de acompanhamentos realizadas no exercício (NA)	$IAP = \frac{NA}{PIF}$
Total de projetos em implantação na carteira passíveis de acompanhamento no início do exercício	

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

Onde:

IAP = Índice de acompanhamento de projetos.

NA = Nº de acompanhamentos realizados no ano de 2016.

PIF = Projetos em implantação passíveis de acompanhamento.

a) Utilidade: O IAP permite avaliar a ação administrativa do DFRP quanto às atividades de monitoramento/acompanhamento e avaliação da regularidade, ou irregularidade, relativamente à implantação dos projetos da carteira do Finam.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: O IAP consiste no número de acompanhamentos realizados no ano em relação ao total de projetos em implantação na carteira do Finam/Finor passíveis de acompanhamento no início do exercício.

d) Método de aferição (conjunto de técnicas utilizadas para mensurar os dados que constituirão a fórmula de cálculo): Os dados utilizados no cálculo foram extraídos dos controles internos do DFRP.

<p>Meta para o Finam</p> $IAP = \frac{25}{151} \times 100 = 16,6\%$

<p>Aferição para o Finam</p> $IAP = \frac{17}{151} \times 100 = 11,3\%$

<p>Meta para o Finor</p> $IAP = \frac{15}{29} \times 100 = 51,7\%$

<p>Aferição para o Finor</p> $IAP = \frac{12}{29} \times 100 = 41,4\%$

e) Área responsável pelo cálculo e (ou) medição: CGAC

f) Resultado do indicador no exercício: Os resultados apresentados tanto para o Finam (11,3%) quanto para o Finor (41,4%) demonstram que as metas de acompanhamento não foram atingidas. O

principal entrave para o não alcance dessa meta pode ser atribuído ao contingenciamento dos recursos financeiros para diárias e passagens realizado pelo governo federal.

g) Descrição das principais medidas implementadas e (ou) a implementar para tratar das causas de insucesso neste indicador e seus respectivos responsáveis: Em busca de uma maior efetividade para o processo de acompanhamento nos empreendimentos do Finam/Finor, o Ministério da Integração Nacional vem articulando com a Sudam e Banco da Amazônia com o objetivo de celebrar acordo de cooperação, com a finalidade de que esses acompanhamentos sejam realizados por esses órgãos ou em conjunto com eles.

Índice de CEI – IC

A emissão de CEI consiste na conclusão do processo de investimento, que retrata a relação entre os recursos liberados pelos Fundos, os próprios e os de terceiros, e sua aplicabilidade direta em termos produtivos, uma vez que o processo de acompanhamento tem que atestar a implantação do empreendimento e o início de sua operação, para que a referida emissão ocorra em conformidade aos aspectos técnicos, econômicos, legais e regulamentares.

Índice de CEI – IC		Fórmula
Descrição do Índice		
CEI emitidos no exercício (CE)		$IC = \frac{CE}{PC}$
Projetos passíveis de emissão de CEI em 01/01/2016(PC)		

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

Onde:

IC = Índice de CEI.

CE = CEI emitidos no ano de 2016.

PC = Projetos passíveis de emissão de CEI 01/01/2016.

a) Utilidade: O presente indicador avalia o grau de eficiência do DFRP, quanto ao saneamento de projetos do Finam e do Finor, por meio de emissão de CEI's.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: O IEC consiste no número de projetos da carteira do Finam/Finor que receberam o Certificado de Empreendimento Implantado no exercício, em relação aos projetos que não têm mais recursos a receber ou abdicaram do saldo a receber do Finam/Finor no início do exercício e não se encontram em processo apuratório e com nenhuma irregularidade em órgão externo.

d) Método de aferição (conjunto de técnicas utilizadas para mensurar os dados que constituirão a fórmula de cálculo): Os dados utilizados no cálculo foram extraídos dos controles internos da CGAC, CGIP e GRB.

<p>Meta para o Finam</p> $IC = \frac{7}{51} \times 100 = 13,7\%$

<p>Aferição para o Finam</p> $IC = \frac{9}{51} \times 100 = 17,6\%$

<p>Meta para o Finor</p> $IC = \frac{5}{15} \times 100 = 33,3\%$

<p>Aferição para o Finor</p> $IC = \frac{6}{15} \times 100 = 40,0\%$

e) **Área responsável pelo cálculo e (ou) medição:** CGAC.

f) **Resultado do indicador no exercício:** Os resultados apresentados tanto para o Finam quanto para o Finor demonstram que as metas estipuladas para emissão de CEI foram superadas. O bom desempenho apresentado pode ser atribuído à gestão mais próxima entre a unidade central do DFRP em Brasília e a unidade técnica em Belém, mediante a realização de videoconferência mensais.

g) **Descrição das principais medidas implementadas e (ou) a implementar para tratar das causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:**

Índice para Processos Apuratórios Concluídos – IAC

O processo administrativo apuratório é instaurado por meio de Despacho, que acata a recomendação de Parecer elaborado pelas Unidades Técnicas das Gerências Regionais, e determina a notificação da beneficiária para apresentar defesa escrita, conforme determina a legislação dos Fundos.

A conclusão desses processos pode se dar pelo arquivamento, quando as impropriedades e ou irregularidades não se sustentam, ou pelo cancelamento dos incentivos ao projeto, quando comprovadas as causas que ensejaram a instauração do processo.

Índice para processos apuratórios concluídos – IAC

Descrição do Índice	Fórmula
$\frac{\text{Total de Projetos Concluídos no exercício (AC)}}{\text{Total de apuratórios em curso no início do exercício (TC)}}$	$IAC = \frac{AC}{TC}$

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

Onde:

IAC = Índice para Processos Apuratórios Concluídos.

AC = Total de apuratórios concluídos no final do exercício de 2016.

TC = Total de apuratórios em andamento no início do exercício de 2016.

a) **Utilidade:** O presente indicador avalia o grau de eficácia do DFRP quanto ao saneamento da carteira de projetos do Finam e do Finor, por meio de apuratórios concluídos.

b) **Tipo:** Eficácia.

c) **Fórmula de cálculo:** O IAC consiste no número de processos apuratórios concluídos no exercício atual em relação a todos os processos apuratórios em curso e instaurados até o final do exercício anterior, englobando a carteira de saldos ativos e as empresas que já tiveram seus incentivos cancelados, porém sem mencionar se houve ou não desvio de recursos.

d) **Método de aferição (conjunto de técnicas utilizadas para mensurar os dados que constituirão a fórmula de cálculo):** Os dados utilizados no cálculo foram extraídos da tabela de apuratórios em andamento da CGAC e dos controles internos da CGIP.

<p>Meta para o Finam</p> $IAC = \frac{21}{100} \times 100 = 21,0\%$

<p>Aferição para o Finam</p> $IAC = \frac{18}{100} \times 100 = 18,0\%$

<p>Meta para o Finor</p> $IAC = \frac{07}{14} \times 100 = 50,0\%$

<p>Aferição para o Finor</p> $IAC = \frac{09}{14} \times 100 = 64,3\%$

e) **Área responsável pelo cálculo e (ou) medição:** CGAC.

f) **Resultado do indicador no exercício:** O resultado apresentado para o Finam indica a necessidade de monitoramento desse indicador, haja vista o volume de processos apuratórios em andamento e o não atingimento da meta para o Finam.

g) **Descrição das principais medidas implementadas e (ou) a implementar para tratar das causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** O DFRP estabeleceu, desde 2015, gestão mais próxima entre a unidade central do DFRP em Brasília e as unidades técnicas em Belém e Recife, mediante a realização de videoconferências mensais, ocasião em que são tratados os assuntos que são gargalhos no andamento dos inúmeros processos que versam sobre variados temas relacionados à gestão desses Fundos, principalmente em relação às análises técnicas em processos apuratórios.

Índice de Eficiência da Carteira – IEC

Sendo este um indicador de eficácia, o que se busca ao final do exercício é um estoque de projetos na carteira dos Fundos que seja o menor possível, quando comparado ao número de projetos no início do exercício.

Índice de Eficiência da Carteira – IEC	
Descrição Do Índice	Fórmula
Saldo de Projetos em Implantação no fim do exercício (SF)	$IEC = 1 - \frac{SF}{SI}$
Saldo de Projetos em Implantação no início do exercício (SI)	

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

Onde:

IEC = Índice de Eficiência da Carteira.

SF = Saldo de Projetos em Implantação em 31/12/2016.

SI = Saldo de Projetos em Implantação em 01/01/2016.

a) **Utilidade:** O presente índice busca medir o grau de eficácia do DFRP na redução da carteira de projetos do Finam e do Finor, seja por meio do cancelamento dos incentivos a projetos ativos ou por emissão do Certificado de Empreendimento Implantado – CEI.

b) **Tipo:** Eficácia.

c) **Fórmula de cálculo:** O IC consiste na diferença entre uma unidade e o resultado da relação do número de projetos em implantação no início do exercício sobre o número de projetos em implantação no final do exercício.

d) **Método de aferição (conjunto de técnicas utilizadas para mensurar os dados que constituirão a fórmula de cálculo):** Os dados utilizados no cálculo foram extraídos dos controles internos da CGAC.

Meta para o Finam

$$IEC = 1 - \frac{129}{151} \times 100 = 15,0\%$$

Meta para o Finor

$$IEC = 1 - \frac{22}{29} \times 100 = 24,1\%$$

Aferição para o Finam

$$IEC = 1 - \frac{128}{151} \times 100 = 15,2\%$$

Aferição para o Finor

$$IEC = 1 - \frac{20}{29} \times 100 = 31,0\%$$

e) **Área responsável pelo cálculo e (ou) medição:** CGAC

f) **Resultado do indicador no exercício:** O resultado demonstra a eficiência do DFRP em concluir os processos apuratórios analisados e em emitir o CEI aos projetos habilitados, tendo em vista que as metas estipuladas foram atingidas para ambos os Fundos.

g) **Descrição das principais medidas implementadas e (ou) a implementar para tratar das causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** O DFRP estabeleceu, desde 2015, gestão mais próxima entre a unidade central do DFRP em Brasília e as unidades técnicas em Belém e Recife, mediante a realização de videoconferências mensais, ocasião em que são tratados os assuntos que são gargalhos no andamento dos inúmeros processos que versam sobre variados temas relacionados à gestão desses Fundos, principalmente em relação às análises técnicas em processos apuratórios visando sua conclusão e análises de pleitos de CEI.

5.5.1.3. Informações ou relatórios contábeis, financeiros e orçamentários demonstrando a origem dos ingressos dos recursos, sua aplicação no exercício e os saldos acumulados

Recursos Recebidos no Período – Finam

Os recursos recebidos pelo FINAM, no período compreendido entre 01.01 e 31.12.2016, alcançaram o montante de 30.574.036,18 representando em relação ao período anterior, uma elevação de 30,5%.

Demonstramos, a seguir, as origens desses recursos:

ORIGEM	Valor (R\$ Mil)	
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Remuneração do Disponível	19.488,1	15.806,3
Amortização de Debêntures	9.023,6	1.931,7
Negociação de Ações (Inst.CVM 265/97)	870,2	4.740,3
Dividendos do Fundo	105,5	11,7
Dividendos de Terceiros (art.9º)	1.086,6	1.526,2
T O T A I S ----- >	30.574,0	24.016,2

Fonte: Banco da Amazônia Finam

Repasses do Tesouro (STN): No ano de 2016, não houve recursos repassados pelo tesouro e conseqüentemente, nem ofícios de liberações do Ministério da Integração Nacional.

Remuneração do Disponível: O Banco da Amazônia vem remunerando os recursos do Fundo, enquanto não aplicados, com base na Taxa Extra Mercado do Banco Central do Brasil, de conformidade com o que dispõe o art. 4º da Lei 9.126, de 10.11.95, com a redação dada pela Lei 10.177, de 12.01.2001. Dos recursos recebidos no exercício, em termos percentuais, representou 63,74 % do total. Desse valor, 17.698,9 (dezessete milhões, seiscentos e noventa e oito mil e novecentos reais), constituem receita apropriada ao Fundo e 1.789,2 (um milhão, setecentos e oitenta e nove mil e duzentos reais), são relativos à atualização monetária dos Dividendos Pertencentes a Terceiros.

Amortização de Debêntures: Neste exercício, a amortização de debêntures totalizou 9.023,6 (nove milhões, vinte e três mil e seiscentos reais), devido ao pagamento de parcelas de debêntures das empresas renegociadas, de acordo com a MP 2.199-14/2001, o que representou um acréscimo de 367,14 % em relação ao período anterior.

Negociação de ações: A venda direta das ações transferidas para a carteira do FINAM, com base nos artigos de 20 a 31 da Instrução CVM Nº 265/97, alcançou o valor de 870,2 (oitocentos e setenta mil e duzentos reais), representando, em relação ao exercício anterior, um decréscimo de 81,64%.

Dividendos do FINAM: o FINAM recebeu, neste exercício, dividendos distribuídos por empresas beneficiárias, constantes da carteira de ações do Fundo, no montante de 105,5 (cento e cinco mil e quinhentos reais), representando, em relação ao exercício anterior, um acréscimo de 799,35%.

Dividendos Pertencentes a Terceiros: O FINAM recebeu, ainda, 1.086,6 (um milhão, oitenta e seis mil e seiscentos reais), referente a “Dividendos Pertencentes a Terceiros”, de empresas vinculadas ao artigo 9º da Lei 8.167/91, os quais, serão repassados aos investidores dessas empresas por ocasião da transferência das ações.

Aplicações de Recursos do Finam – Liberações

No exercício de 2016, não houve liberação de recursos do FINAM, pelo Ministério da Integração Nacional.

Recursos Recebidos no Período – Finor

Os recursos recebidos pelo FINOR, no período compreendido entre 01.01 e 31.12.2016, alcançaram o montante de R\$ 196.429,6 (cento e noventa e seis milhões, quatrocentos e vinte e nove mil e seiscentos reais), representando em relação ao período anterior, um acréscimo de 81%.

Demonstramos, a seguir, as origens desses recursos:

ORIGEM	Valor (R\$ Mil)	
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Repasse do Tesouro (STN)	163.213,1	10.605,1
Remuneração do Disponível	28.054,8	23.881,4
Amortização de Debêntures	2.374,7	738,4
Negociação de Ações (Inst. CVM 265/97)	1.104,3	317,9
Dividendos do Fundo	1.682,5	1.525,4
Dividendos de Terceiros (art.9º)		
T O T A I S ----- >	196.429,6	37.068,2

Fonte: Banco do Nordeste Finor

Repasses do Tesouro (STN): no ano de 2016, houve a transferência no montante de 163.213,1 mil, efetuada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em atendimento ao pleito decorrente de opção realizada por meio de DARF específico para os Incentivos Fiscais do FINOR, o que representou um acréscimo de 1.439,01% em relação ao período anterior.

Remuneração do Disponível: o valor da remuneração das disponibilidades do FINOR no exercício de 2016 importou em 28.054,8 mil. Dos recursos recebidos no exercício, em termos percentuais, houve um acréscimo de 17,5 % do total.

Amortização de Debêntures: no exercício, a amortização de debêntures totalizou 2.374,7 mil, devido ao pagamento de parcelas de debêntures das empresas renegociadas, de acordo com a MP 2.199-14/2001, o que representou um acréscimo de 221,6 % em relação ao período anterior.

Negociação de ações: a venda direta das ações transferidas para a carteira do FINOR, com base nos artigos de 20 a 31 da Instrução CVM Nº 265/97, alcançou o valor de 1.104,3 mil, representando, em relação ao exercício anterior, um acréscimo de 247,4%.

Dividendos do FINOR: o Fundo recebeu, neste exercício, dividendos distribuídos por empresas beneficiárias, constantes da carteira de ações do Fundo, no montante de 1.682,5 mil, o que representou um acréscimo de 10,3 % em relação ao período anterior.

Remuneração do banco operador (valor e fundamento legal)

Para o Finam e Finor, a Taxa de Administração é calculada na base de 3% ao ano, devida mensalmente, sobre 70% do patrimônio líquido do fundo, de acordo com o estabelecido na Portaria Interministerial nº 158, de 30/07/2008.

No exercício de 2016 foram contabilizados para o Finam a importância de R\$ 4.896 mil de taxa de administração, valores pagos dentro do mesmo exercício, não restando mais saldo a pagar em 31/12/2016. Em relação ao Finor, foram pagos o montante de R\$ 7.357 mil.

5.5.1.4. Relacionamento dos recursos dos Fundos com a atuação da unidade no desempenho de suas funções.

No exercício de 2016 foi autorizada pelo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional uma liberação de recursos em favor da Empresa Transnordestina Logística S.A. no montante total de 152.743.832,00 (cento e cinquenta e dois milhões, setecentos e quarenta e três mil e oitocentos e trinta e dois reais), sendo que do Finam não ocorreu autorização para liberação de recursos. Ressalte-se que o valor autorizado à Transnordestina Logística S.A foi efetivamente liberado pelo Banco Operador em 16 de janeiro de 2017.

Cabe destacar que no exercício foram concedidos 9 (nove) Certificados de Empreendimento Implantado – CEI a projetos do Finam e 6 (seis) a projetos do Finor.

No final do exercício, as carteiras de projetos ativos dos Fundos eram compostas por 128 (cento e vinte e oito) projetos do Finam e 20 (vinte) projetos do Finor, conforme pode ser visualizado nos gráficos seguintes, que demonstram, ainda, os investimentos realizados por UF:

Gráfico 1 – Finam

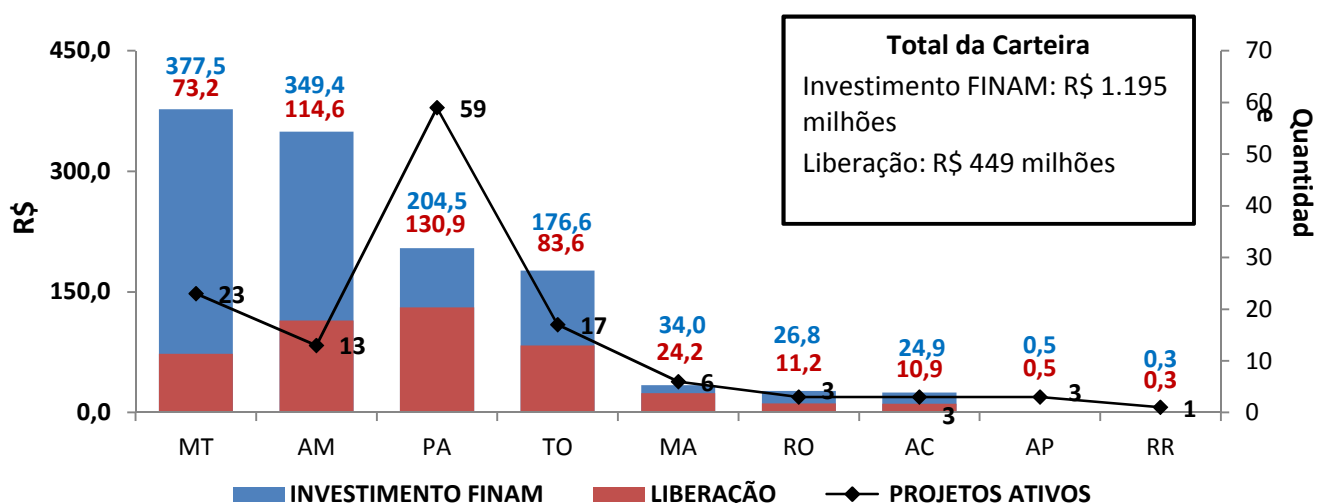
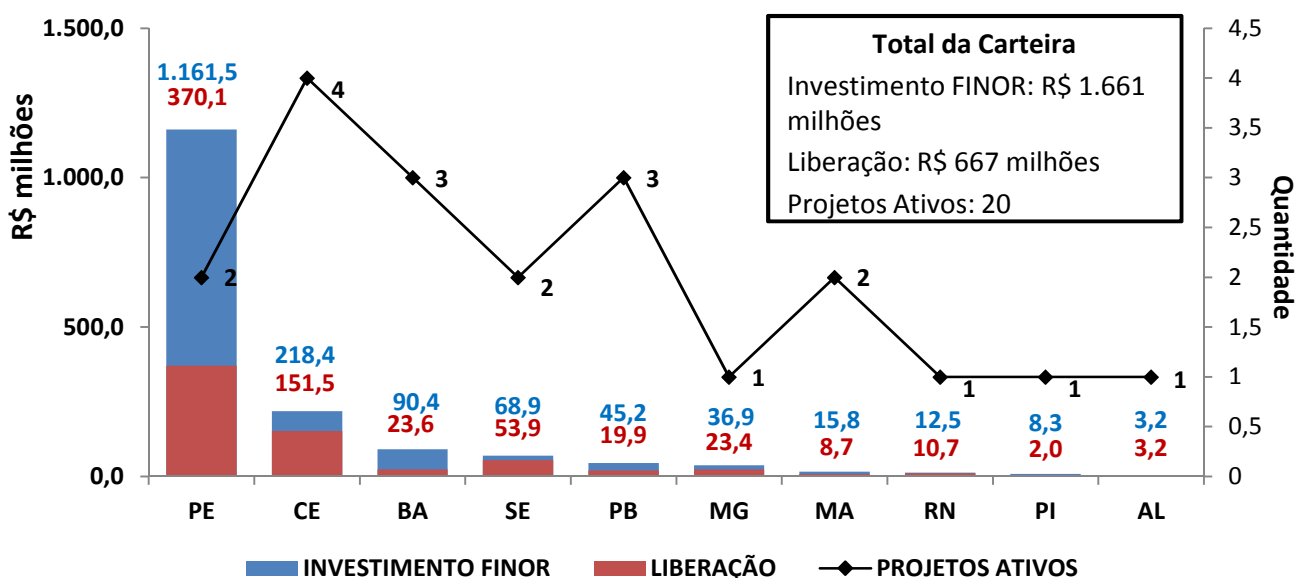


Gráfico 2 – Finor



5.5.1.5. Demonstrações contábeis dos Fundos

As informações relacionadas neste item estão inseridas neste Relatório nos itens 11 e 12 (Relatório do Banco da Amazônia e Relatório do Banco do Nordeste).

5.5.2. Dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FCO, FNO e FNE) .

As informações referentes aos resultados obtidos por meio dos Fundos: FCO, FNO e FNE, no ano de 2016, encontram-se disponibilizadas nos Anexo II, III e IV, respectivamente, por meio dos Pareceres nº 036, 037 e 038/CGAC/DFRP/SFRI/MI.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Neste capítulo, serão fornecidas informações referentes ao relacionamento da SFRI com o público interno e externo, por meio da Ouvidoria. Para o atendimento ao cidadão, o Ministério da Integração, por meio da Ouvidoria, disponibiliza os seguintes canais de acesso: Atendimento telefônico (gratuito), Formulário eletrônico, Correspondência (Carta), Correio Eletrônico (E-mail), Atendimento presencial e Caixa de Comunicação (urnas). Além desses, está sob a coordenação da Ouvidoria o Serviço de Acesso à Informação (SIC), conforme Lei 12.527/2011 e Decreto 7.845/2012.

6.1. Canais de acesso ao cidadão

A SFRI recebe requerimento de informações dos cidadãos de diversas formas, como correio (cartas), e-mail, Internet sendo que o meio mais utilizado é o “Fale com a SFRI”, constante na página do MI.

Todas as manifestações feitas pelos links do Fale Conosco, independentemente do local em que está disponível, são direcionadas à Ouvidoria e esta faz o filtro do assunto e para qual Secretaria encaminhar a demanda. Algumas demandas são encaminhadas a mais de uma Secretaria, dependendo dos assuntos tratados pelo cidadão.

Em 2016 foram registradas 12 manifestações referentes a SFRI, via Ouvidoria, sendo 10 classificadas em “solicitações”, representando 83% das demandas, e duas na tipologia “reclamação”, representando 17%. Observando a dinâmica pelo meio de entrada, verificou-se que aproximadamente 66% das manifestações foram realizadas pelo Fale Conosco (internet). Porém destaca-se o elevado quantitativo feito pelo e-mail, representando cerca de 34%, apesar de ser um canal com menor divulgação, uma vez que o objetivo da Ouvidoria é que o acesso se faça pelo Fale Conosco.

Em relação a Lei de Acesso à Informação que surgiu para atender ao dispositivo constitucional previsto no artigo 5º, inciso XXXIII do Capítulo I - dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – que dispõe que: “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, no ano de 2016 foram registradas 23 solicitações direcionadas para a SFRI.

Por fim, destaca-se que em relação às demandas encaminhadas para a SFRI, esta se preocupa em responder adequadamente o cidadão, não apenas informando o que lhe é perguntado ou reclamado, mas dando outras orientações além do que lhe cabe, dando substâncias às suas respostas, que acontecem sempre de forma tempestiva e dentro dos prazos legais.

6.2. Carta de serviços ao cidadão

As informações solicitadas neste item serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MI.

6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

As informações solicitadas nesse item serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MI.

6.4. Mecanismos de transparência das informações

A SFRI se utiliza do sítio do Ministério, para dar transparência das informações relevantes sobre a atuação da Secretaria.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Neste capítulo, serão apresentadas as informações referentes ao desempenho financeiro e informações contábeis da SFRI.

7.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Não existem itens do patrimônio passíveis de depreciação, amortização, exaustão, avaliação e mensuração, abrangidos pelas diretrizes da NBC T 16.9 e 16.10.

7.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

No MI não há sistemática de apuração dos custos dos programas e das Unidades Administrativas, por não existir estrutura física da Setorial de Custos, nem responsáveis pelo acompanhamento dos custos no sistema de Informação de Custos-SIC. Sendo assim, esta UPC/MI não se enquadrou nas orientações constante na Portaria STN 157, de 09 de março de 2011 e Portaria STN 716, de 24 de outubro de 2011.

7.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas

As informações relacionadas neste item foram fornecidas pela Coordenação de Contabilidade do Departamento de Gestão Estratégica da Secretaria Executiva deste Ministério e estão relacionadas no Anexo I.

Ressalta-se um breve resumo sobre cada demonstração apresentada no citado Anexo:

Balanco Orçamentário – considerações sobre o demonstrativo: não houve movimentação Orçamentária na UPC.

Balanco Patrimonial – considerações sobre o demonstrativo: a UPC não possui Ativo Circulante somente Ativo Não Circulante composto de Imobilizado/ Bens Imóveis. O Resultado Patrimonial do Período a descoberto se deu em virtude da não movimentação de Ativos na Unidade, somente o registro da Depreciação, conforme determina a NBCT 16.9.

Demonstrações da Variações Patrimoniais

– Relevância nas Variações Patrimoniais Aumentativas - não houve VPA e não houve movimentação financeira na UPC.

– Relevância nas Variações Patrimoniais Diminutivas na seguinte conta:

- Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis – variação negativa devido ao registro da Depreciação de Bens Imóveis na UPC, conforme determina a NBCT 16.9 (Valor depreciado, amortizado ou exaurido, apurado mensalmente, deve ser reconhecido nas contas de resultados do exercício).

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Neste capítulo, serão apresentadas as informações referentes a demandas advindas dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal.

8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Quadro 28 – Deliberações do TCU: Acórdão 3564/2014

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da Ciência
TC 033.934/2011-8	3564/2014	9.7	Ofício nº 0588/2014-TCU/SEMAG, de 30/12/2014	05/01/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais – SFRI				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar à Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional que informe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas, em curso e programadas com vistas à melhoria do acompanhamento das diretrizes e prioridades estabelecidas para a aplicação dos recursos dos fundos pelos bancos operadores, assim como os resultados já alcançados pelas providências, com fundamento no art. 21 do Decreto 7.472/2011.				
Medidas adotadas				
Envio do Ofício nº 058/SFRI, de 03/02/2015, por meio do qual informamos ao TCU as medidas adotadas, em curso e programadas, com vistas à melhoria do acompanhamento das diretrizes e prioridades estabelecidas para a aplicação dos recursos dos fundos pelos Bancos Operadores.				

Fonte: CGPA/DFRP/SFRI/MI

Quadro 29 – Deliberações do TCU: Acórdão 3931/2014

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da Ciência
TC 011.585/2003-8	3931/2014	9.7	Ofício nº 2186/2014-TCU/SECEX-PA	23/10/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais – SFRI				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.7 Determinar ao Ministério da Integração Nacional, por intermédio de sua Secretaria Executiva/Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos – DGFI, que, caso ainda não o tenha feito, adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, as medidas necessárias à:</p> <p>9.7.1 conclusão da apuração de possíveis irregularidades com danos ao erário/desvio de recursos nos projetos PEDRA GRANDE S.A., AGROPECUÁRIA PONTAL DO PARANAÍTA S.A., REFRISA – Refrigerantes do Pará S.A., ABACOL – ABATEDOURO COLARES S.A., AVENORTE INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS S.A., MILHOBRAZ – MILHOS DO BRASIL S.A., QUEIFI COMERCIAL E AGROPECUÁRIA S.A.</p> <p>9.7.2 instauração das competentes tomadas de contas especiais, na forma do disposto no art. 8º da Lei nº 8.443/1992, quantificando os danos e identificando os agentes públicos e privados responsáveis, na hipótese de não ser obtido o devido ressarcimento dos eventuais prejuízos causados ao FINAM pelos responsáveis pelos citados projetos.</p>				
Medidas adotadas				
<p>Item 9.7.1: Informações referentes aos Projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ AGROPECUÁRIA PONTAL DO PARANAÍTA S.A: Obtenção do Certificado de Empreendimento Implantado, conforme Portaria nº 5, de 06/06/2014. ✓ ABACOL – ABATEDOURO COLARES S.A: Projeto cancelado por meio da Resolução nº 10, de 27/06/2008. 				

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

- ✓ AVENORTE INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS S.A: Projeto cancelado por meio da Resolução nº 41, de 15/12/2006.
- ✓ MILHOBRAZ – MILHOS DO BRASIL S.A: Projeto cancelado por meio da Resolução nº 93, de 29/12/2009.
- ✓ REFRISA – Refrigerantes do Pará S.A: Projeto cancelado por meio da Resolução nº 16, de 20/05/2015.
- ✓ PEDRA GRANDE S.A: Processo foi concluído e arquivado pelo DFRP, na forma do art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, por inexistência de provas que possibilitem atribuir à Empresa a prática de desvio de recurso
- ✓ QUEIFI COMERCIAL E AGROPECUÁRIA S.A: em fase de análise de Recurso, o empreendimento foi acompanhado em agosto de 2016, e o Relatório do Acompanhamento – REAFC nº 001/2017, atesta a regularidade da aplicação dos recursos, recomendando o arquivamento do apuratório. Processo em análise na SFRI.

Item 9.7.2 : Envio do Ofício nº 17.2015.SECEX-MI, 14/01/2015 à Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará, informando que o Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos não realiza tomada de contas especiais, e sim instaura processo administrativo apuratório, conforme Portaria MI nº 639/2007, de 04 de abril de 2007.

Fonte:CGAC/DFRP/SFRI/MI

8.2. Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro 30 – Deliberações da CGU: Recomendação 12138

Índice	Recomendação	Constatação	Ordem de Serviço	Data de Emissão
1.1.1	12138	2	203608	24/10/2008
Descrição da Constatação				
A CGU solicita informações sobre abandono do empreendimento - Projeto Agroindústria Comércio de Peixe Tocantins S.A.				
Descrição da Recomendação				
Prazo prorrogado para manifestação do Gestor.				
Manifestações da SFRI				
Processo estava em fase de Recurso – insubsistência de Desvio, porém, dos fatos iniciais que deram ensejo ao apuratório, todavia, chegaram aos autos informações da existência de Ação Civil Pública - ACP, processo nº 2008.43.00.005197-2, em trâmite na 2ª Vara Federal da seção judiciária do estado de Tocantins, em desfavor da Beneficiária, nesse sentido, considerando a constatação das irregularidades supracitadas, sobre as quais a Incentivada não teve a oportunidade de se defender, foi recomendado aditamento da Notificação Inicial para apresentação de defesa quanto a este fato novo. Sendo assim, os autos estão para análise técnica.				

Fonte: GRB/DFRP/SFRI/MI

Quadro 31 – Deliberações da CGU: Recomendação 138018

Índice	Recomendação	Constatação	Ordem de Serviço	Data de Emissão
3.1.1.2	138018	14	20147552	28/11/2014
Descrição da Constatação				
Aprovação indevida de readequação de reformulação do projeto Cia. Sul-americana de Brinquedos, beneficiário de recursos do Finor.				
Descrição da Recomendação				
Objeto da recomendação revisado com o intuito de monitorar o desfecho do caso - quanto à promessa de construção de novo galpão com recursos próprios e quanto à fiscalização agendada ao empreendimento para set/2015 para checar a viabilidade.				
Manifestações da SFRI				
Considerando que a empresa protocolou pedido de desistência da implantação do projeto; considerando ainda que havia sido aprovada adequação técnica para regularização do projeto e que na análise de recursos liberados e implantação do projeto a empresa encontra-se com lastreio negativo, a Gerência Regional de Recife recomendou abertura de processo administrativo apuratório. A recomendação está sendo analisada pelo DFRP.				

Fonte: CGIP/DFRP/SFRI/MI

8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário

Este item não se aplica a SFRI, tendo em vista que no ano de 2016, no âmbito da Secretaria não foram adotadas medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário.

8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993

Este item não se aplica a SFRI, tendo em vista que esta Secretaria não executa atividade relacionada a Lei nº 8.666/1993.

8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Este item não se aplica a SFRI, tendo em vista que esta Secretaria não possui contrato firmado com empresas.

8.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Este item não se aplica a SFRI, tendo em vista que a estratégia de comunicação do Ministério da Integração Nacional é definida e executada pela Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro, de acordo com o art. 11 do Anexo I da Portaria MI nº 270/2014.

9. ANEXOS

I. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas

Balanco Financeiro da SFRI


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 530024 - SECRET. DE FUNDOS REG. E INCETIVOS FISCAIS
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 22/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	-	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Despesas Extraorçamentárias	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	Saldo para o Exercício Seguinte	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

Balço Orçamentário da SFRI


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO BALÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 530024 - SECRET. DE FUNDOS REG. E INCETIVOS FISCAIS
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 23/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social	-	-	-	-
Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-

Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPE	DESPESAS LIQUI	DESPESAS PAGAS	SAL

	INICIAL	ATUALIZADA	NHADAS	DADAS			D O D A D O T A Ç Ã O
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO
PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIO S ANTERIORE S	INSCRITO S EM 31 DE DEZEMBR O DO EXERCÍCI O ANTERIOR	PAGOS	CANCEL ADOS	SALD O
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

Balço Patrimonial da SFRI



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 530024 - SECRET. DE FUNDOS REG. E INCETIVOS FISCAIS
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 23/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO CIRCULANTE	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	832.827,56	845.074,61	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-

(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	832.827,56	845.074,61	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	-	-	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	Resultados Acumulados	832.827,56	845.074,61
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	-12.247,05	-2.124,41
Bens Imóveis	832.827,56	845.074,61	Resultados de Exercícios Anteriores	845.074,61	847.199,02
Bens Imóveis	851.030,38	851.030,38	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-18.202,82	-5.955,77	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	832.827,56	845.074,61
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			

Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	832.827,56	845.074,61	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	832.827,56	845.074,61

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	-	-	PASSIVO FINANCEIRO	-	-

ATIVO PERMANENTE	832.827,56	845.074,61	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	832.827,56	845.074,61

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2016	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-

Demonstrações dos Fluxos de Caixa da SFRI



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 530024 - SECRET. DE FUNDOS REG. E INCETIVOS FISCAIS
ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMISSÃO 22/02/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	-	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	-	-
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-

Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	-	-

Demonstrações das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 530024 - SECRET. DE FUNDOS REG. E INCETIVOS FISCAIS
 ORGÃO
 SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 23/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-

Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	12.247,05	2.124,41
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	12.247,05	2.124,41
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	12.247,05	2.124,41
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-

Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-	-
	12.247,05	2.124,41

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL

TITULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO –
 TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 530024 - SECRET. DE FUNDOS REG. E INCETIVOS FISCAIS
 ORGÃO
 SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO DEZ(Encerrado)
 EMISSÃO 20/03/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Valor	Valor do Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	845.074,61	-	845.074,61
Varição Cambial	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Resultado do Exercício	-12.247,05	-	-12.247,05
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	832.827,56	-	832.827,56

II. Parecer sobre o Relatório Circunstadas Atividades Desenvolvidas e dos Resultados obtidos pelo FCO, referente ao exercício de 2016.



Ministério da Integração Nacional
Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais
Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos
Coordenação-Geral de Acompanhamento, Avaliação e Análise

Parecer nº 036/CGAC/DFRP/SFRI/MI

Parecer referente ao Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos pelo FCO, exercício de 2016.

I. APRESENTAÇÃO

1. O presente Parecer é resultado do trabalho realizado pela Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional e tem como objetivo analisar e avaliar o Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2016, encaminhado pelo Banco do Brasil, em cumprimento ao disposto no art. 20 da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, o qual estabelece que “os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos”.

2. Inicialmente, vale lembrar que as diretrizes básicas que orientam a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais estão estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827/89. Por sua vez, cabe ao Ministério da Integração Nacional, na forma do art. 14-A da referida Lei, definir as Diretrizes e Orientações Gerais para as aplicações dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

II. SÍNTESE DO RELATÓRIO EM APRECIÇÃO

3. O Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos, referente ao exercício de 2016, encaminhado pelo Banco do Brasil a esta Secretaria, possui as seguintes perspectivas:

- II.1.** Aspectos Gerais;
- II.2.** PNDR;
- II.3.** Sustentabilidade do Fundo.

II.1. Aspectos Gerais - a título de aspectos gerais, o Relatório destaca o que se segue:

4. As projeções de financiamento, com base nas Diretrizes e Prioridades do FCO para o exercício 2016, foram elaboradas inicialmente considerando o montante de R\$ 5,9 bilhões.
5. No entanto, ao final do primeiro semestre de 2016, tendo em vista a nova previsão de ingresso de recursos no Fundo para o ano 2016, as contratações já realizadas em cada Unidade da Federação (UF), bem como as operações em fase final de contratação, o Banco realizou a reprogramação, elevando o valor previsto para aplicação de 5,9 bilhões para R\$ 6,9 bilhões, com nova distribuição por UF e Setor da Economia.
6. No que respeita à execução do orçamento no exercício de 2016, o Banco informa que efetivamente executou 106,2% do orçado, o equivalente a R\$ 7,3 bilhões.
7. Em relação aos financiamentos com recursos do FCO no ano de 2016, o Banco informa que foram contratados o montante de R\$ 4,4 bilhões, por meio de 29.051 operações de crédito, representando 63,7% do valor previsto para o ano (R\$ 6,9 bilhões), o que demonstra um desempenho inferior quando comparado ao exercício anterior, no qual foram contratados 88,0% do valor previsto para aquele exercício.

II.2. Perspectiva PNDR – no tocante à perspectiva da PNDR, que abrange, ainda, as Diretrizes e Orientações Gerais, as Diretrizes e Prioridades e a Programação do Banco, o Relatório apresenta o seguinte:

8. As contratações nos municípios tipificados pela PNDR como de renda estagnada e dinâmica, os quais são considerados prioritários na alocação de recursos do FCO, totalizaram R\$ 2,7 bilhões, em 20.772 operações de crédito, o que corresponde a 63,1% dos recursos totais aplicados na região em 2016, apresentando um desempenho acima da meta prevista na programação (57%).
9. Destaca, ainda, que os municípios que integram as áreas prioritárias da PNDR para financiamentos do FCO receberam atenção especial, são estes: os municípios da Mesorregião de Águas Emendadas, da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) e os que compõem a Faixa de Fronteira. Os municípios da Mesorregião de Águas Emendadas contrataram o valor de R\$ 509,7 milhões, o que representa 87,3% do montante previsto na Programação do Fundo para o exercício de 2016 (R\$ 584,1 milhões). As contratações na RIDE totalizaram R\$ 162,7 milhões, que equivale a 81,6% do valor programado para o exercício de 2016 (R\$ 199,3 milhões). Já as contratações realizadas por tomadores localizados nos municípios da Faixa de Fronteira somaram 770,0 milhões no exercício de 2016, representando 57,8% do total previsto para o exercício de 2016 (R\$ 1,3 bilhão).
10. Em relação às contratações por Unidades Federativas, o Banco informa que houve contratação com recursos do Fundo em todos os Estados da área de atuação do FCO, nos quais foram atendidos 465 dos 467 municípios que compõem a área de atuação do Fundo, com destaque para as contratações nos Estados de Goiás e Mato Grosso que juntos foram responsáveis por financiamentos equivalentes a R\$ 3,2 bilhões, correspondendo a 74,4% dos recursos aplicados pelo Fundo no período.
11. No que tange ao limite mínimo de 15% para contratação por UF, estabelecido nas Diretrizes e Orientações Gerais para o FCO, o Banco informa que apenas as contratações no Distrito Federal não atingiram o mínimo de aplicação, onde foi aplicado 6,1% em 2016.
12. Com relação às contratações por setor assistido, destaca o Banco que o maior volume de contratação se deu no setor Rural que contratou R\$ 3,7 bilhões, com destaque para a linha de financiamento “Desenvolvimento Rural” – que contratou R\$ 2,6 bilhões, em 12.420 operações contratadas e Pronaf que, em 13.836 operações contratadas, aplicou R\$ 814,5 milhões. Já as menores contratações foram registradas no Setor Empresarial que contratou R\$ 638,9 milhões, 23,1% da meta estabelecida para o exercício de 2016.

13. No tocante às contratações realizadas por linha de financiamento, o Banco destaca que a maior parcela de recursos financiados foi para a linha de Desenvolvimento Rural com R\$ 2.654,2 milhões contratados, o equivalente a 60,9% do total aplicado pelo Fundo no exercício, seguida da linha de Pronaf Demais que contratou o total de 788,8 milhões, equivalente a 18,1% dos recursos totais aplicados, por meio de 12.576 operações, que representa 43,3 do total de operações contratadas pelo Fundo no ano de 2016 (29.051).

14. No que se refere às contratações por porte do tomador, destacam-se os tomadores de Menor Porte (mini/micro, pequeno, pequeno-médio, inclusive empreendedores individuais) que juntos contrataram R\$ 3,5 bilhões, o que representou 79,6% do valor total de recursos do FCO aplicados no exercício de 2016, índice superior à meta para esse seguimento que é de 51%.

15. Em conformidade com art. 9ª da Lei nº 7.827/89, o Banco do Brasil efetuou transferências às instituições operadoras do repasse no montante de R\$ 184,4 milhões, ou seja, apenas 38,6% do valor que o Banco poderia repassar àquelas instituições financeiras (R\$ 481,0 milhões), que representa os 7% do total previsto, conforme dispõe a Programação de Aplicação do FCO para 2016. O que demonstra a necessidade de o Banco do Brasil intensificar ações juntos às instituições que operam esses recursos em busca de uma maior aplicação.

16. Em relação às contratações por faixa de valor, no exercício de 2016, o Banco informa que a maior demanda por crédito do FCO ocorreu para projetos na faixa de valores acima de R\$ 35,0 mil até R\$ 100,0 mil, os quais contrataram no período 14.239 operações, equivalentes a 53,7% das operações contratadas.

17. O Banco destaca que o ticket médio global das contratações do FCO em 2016 foi de R\$ 149,9 mil. Um aumento de 50% em relação ao exercício anterior que foi de 99,7 mil. O que representa uma maior concentração do crédito. Considerando apenas as contratações com os tomadores de menor porte, essa média reduz para R\$ 125,8 mil por operação.

18. Por fim, nesta perspectiva, outro ponto que merece destaque no Relatório do Banco é a informação de que no exercício de 2016 foram realizadas 8.330 operações com novos beneficiários, atingindo o montante de R\$ 1,1 bilhão, o que representa 28,7% do total das contratações, resultado superior à meta de 20% estabelecida pelo Condrel/Sudeco.

II.3. Sustentabilidade do Fundo – nesta perspectiva, que aborda a gestão do Fundo em consonância com a PNDR, aspectos da carteira do Fundo, bem como informações relacionadas aos aspectos econômico-financeiros e o balanço patrimonial, o Relatório traz os seguintes informes:

19. Nas aplicações com recursos do Fundo, o Banco informa que foram consideradas prioritárias as atividades propostas pela SUDECO, com base nas sugestões das UFs e aprovadas pelo Condrel/Sudeco, dentre elas destacou:

- a) projetos de apoio a mini, pequeno e pequeno-médios tomadores, inclusive de apoio aos empreendedores individuais e à agricultura familiar, para os quais o Fundo destinou 79,6% do total contratado;
- b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda, os quais estimaram que, em 2016, o número de empregos gerados e/ou mantidos em decorrência das aplicações com recursos do FCO atingiu o quantitativo de 563,2 mil;
- c) projetos que contribuem para a redução das desigualdades, com destaque para os recursos aplicados nos espaços prioritários da PNDR, retro mencionados;

20. No que se refere à gestão do Fundo pelo Agente Operador, ainda numa visão de sustentabilidade, o Banco sublinha o relacionamento com o Ministério da Integração Nacional, o

Condel/Sudeco, os Governos Estaduais e com o DF, bem como outros parceiros relevantes na divulgação do FCO, com o objetivo de tornar mais efetiva a aplicação dos recursos do Fundo, cujas ações principais destacamos:

- a) para divulgação: assinatura de termos de cooperação, participação em feiras e exposições, articulação junto a entidades de classe, federações e associações;
- b) para estimular o atendimento: disseminação de informações sobre as linhas de financiamentos do FCO junto às entidades de classe, federações e associações; reuniões com empresas de consultoria e assistência técnica para a disseminação de das linhas de financiamento do Fundo; prestação de atendimento especializado às demandas de propostas priorizadas pelos CDEs; etc.

21. Na sequência, a respeito da composição da Carteira do Fundo, o Banco informa que ao final do exercício de 2016, a carteira total apresentava o montante de R\$ 22,5 bilhões, sendo R\$ 15,0 bilhões de contratações com o setor rural. A inadimplência geral das operações atingiu o valor de R\$ 166,2 milhões, representando 0,7%. Esse índice foi superior ao constatado no mesmo período do exercício anterior que foi de 0,4%.

22. Com relação às demonstrações financeiras do Fundo, o FCO, em 2016, fechou com lucro de R\$ 109,4 milhões e no acumulado os lucros do Fundo chegam a R\$ 2,2 bilhões. O Patrimônio Líquido (PL) aumentou 11,3% em relação ao exercício anterior, fechando em R\$ 25,1 bilhões, o que representa 28,8% do PL do Banco (R\$ 87,2 bilhões).

III. ANÁLISE SOBRE OS RESULTADOS OBTIDOS

23. Para se analisar os resultados obtidos pelo Banco do Brasil na operacionalização dos recursos do FCO, se faz necessário observar, principalmente, a Programação Anual do Fundo, elaborada pelo Agente Operador, em observância das Diretrizes e Orientações Gerais elaborados pelo Ministério da Integração Nacional.

24. Assim, as Diretrizes e Orientações Gerais para o exercício de 2016 foram definidas por meio da Portaria MI nº 201, de 28 de agosto de 2015, e alterada pela Portaria MI nº 71, de 20 de abril de 2016.

25. Já a Programação do FCO para 2016, foi aprovada pelo Condel/Sudeco por meio da Resolução nº 039/2015, com alterações realizadas por meio das Resoluções nºs 044, 046 e 048, ambas do ano de 2016.

26. Nesse sentido, para uma melhor compreensão, nossa análise está estruturada conforme abaixo:

- III.1.** Cenário Macroeconômico;
- III.2.** Execução Orçamentária do FCO;
- III.3.** Aderência à PNDR e Gestão Operacional do Fundo;
- III.4.** Estimativa de impacto com as contratações do FCO;
- III.5.** Aspectos Financeiros e Contábeis.

III.1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

27. De acordo com dados do Banco Central (BC), o saldo de todas as operações de crédito concedido pelos bancos caiu 3,5% em 2016, fechando o ano em R\$ 3,1 trilhões, o que correspondeu a 49,3% de todos os bens e serviços que o país produziu – o Produto Interno Bruto (PIB). Em

dezembro de 2015, essa relação ficou em 53,7%.

28. Ainda de acordo com o BC, o saldo do crédito livre, em que os bancos têm autonomia para aplicar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros, chegou a R\$ 1,6 trilhão em dezembro, com queda de 4,9% em 12 meses.

29. No caso do crédito direcionado (empréstimos com regras definidas pelo governo, destinados basicamente aos setores habitacional, rural e de infraestrutura), o saldo chegou a R\$ 1,5 trilhão, com queda de 2% no ano.

30. Segundo análise do BC, "a contração do crédito em 2016 refletiu a retração da atividade econômica e seus impactos na demanda de consumo e investimento e o aumento da percepção de risco do sistema financeiro".

31. Ainda, corroborando com os dados do Banco Central, de acordo com o Indicador Serasa Experian de Demanda das Empresas por Crédito, houve recuo de 2,2% na procura empresarial por crédito em 2016, na comparação com o ano de 2015, atingindo o pior resultado da demanda das empresas por crédito dos últimos quatro anos.

32. Vale lembrar que o Indicador Serasa Experian da Demanda das Empresas por Crédito é construído a partir de uma amostra significativa de cerca de 1,2 milhão de CNPJ consultados mensalmente na base de dados da Serasa Experian. A quantidade de CNPJ consultados, especificamente nas transações que configuram alguma relação creditícia entre as empresas e as instituições do sistema financeiro ou empresas não financeiras, é transformada em número índice.

33. Além disso, no acumulado do ano de 2016, a Serasa Experian registrou que a demanda empresarial por crédito recuou em quatro regiões do país: Norte (-5,6%); Nordeste (-2,4%), Centro-Oeste (-2,3%) e Sudeste (-1,2%).

34. Na análise por porte, em 2016, a pesquisa Serasa apontou queda da demanda por crédito nas médias e grandes empresas foram de 12,0% (médias empresas) e de 10,4% (grandes empresas). Já as micro e pequenas empresas exibiram menor recuo na demanda por crédito no acumulado de janeiro a dezembro de 2016 frente ao mesmo período do ano de 2015 (-1,7%).

35. Ademais, em relação aos setores, a Serasa verificou uma queda na demanda por crédito em todos os setores econômicos pesquisados no acumulado do ano de 2016, na comparação com 2015: indústria (-5,0%), comércio (-3,6%) e serviços (-0,1%).

36. O reduzido patamar da confiança empresarial e as taxas de juros elevadas foram alguns dos motivos que pesaram negativamente sobre a demanda das empresas por crédito no ano de 2016, segundo economistas da Serasa Experian.

37. Nesse sentido, de acordo com todos os dados apresentados acima, que confirma a crise enfrentada pelo País, percebe-se que o ano de 2016 proporcionou enormes desafios aos Bancos na concessão de financiamentos.

III.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FCO

38. Em consonância com o artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, é fonte primária de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste os repasses efetuados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que corresponde a 0,6% dos recursos arrecadados de IPI e IR. Na programação de aplicação do Fundo para o exercício, além da previsão dos repasses da STN, soma-se os valores previstos para retornos dos financiamentos e as previsões de remunerações das disponibilidades do Fundo. Do total apurado, subtrai o saldo de recursos a liberar de contratações de exercícios anteriores e a previsão de despesas do Fundo para o exercício, que basicamente é composta pelo Del Credere, Bônus de Adimplência e Taxa de Administração.

39. Ao final de 2016, do valor orçado para o Fundo aplicar no exercício (R\$ 6,9 bilhões), o Banco informa que efetivamente realizou 106,2%, o equivalente a R\$ 7,3 bilhões.
40. Desse montante, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) repassou ao Banco, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, R\$ 2,4 bilhões para crédito ao FCO, valor 13,5% superior ao previsto para o ano que foi de R\$ 2,1 bilhões.
41. Com relação aos retornos de financiamento, que atualmente representam a maior fonte de recursos do FCO, esses tiveram um expressivo aumento de 46%, quando comparado ao exercício anterior, passando de R\$ 3,7 bilhões em 2015, para R\$ 5,4 bilhões em 2016.
42. No tocante à saída de recursos, que representam as despesas do Fundo, no exercício essas atingiram o montante de R\$ 1,3 bilhão, valor 9% menor do que o apurado em 2015 que foi de R\$ 1,4 bilhão.
43. No que se refere aos financiamentos com recursos do FCO no ano de 2016, foram contratados o montante de R\$ 4,4 bilhões, por meio de 29.051 operações de crédito, representando 63,7% do valor previsto para o ano (R\$ 6,9 bilhões), o que demonstra um desempenho inferior quando comparado ao exercício anterior, no qual foram contratados 88,0% do valor previsto para aquele exercício.
44. Esse baixo desempenho das contratações do Fundo no exercício pode ser atribuído à crise econômica que atingiu a Região e o País, impactando na confiança do empreendedor, fazendo com que a demanda por crédito sofresse queda, o que corrobora os dados apresentados pelo Banco Central e pela Serasa Experian, retro mencionados.
45. De acordo com o Banco do Brasil, “a redução observada nas contratações do FCO segue o movimento de queda na concessão de crédito observado em nível nacional, ocasionado pela redução da demanda devido à desaceleração da economia e da reavaliação e/ou adiamento das intenções de investimento por parte do setor produtivo”.

III.3. ADERÊNCIA À PNDR E GESTÃO OPERACIONAL DO FUNDO

46. Na aplicação dos recursos do FCO, o Banco do Brasil deve levar em consideração as Diretrizes e Orientações Gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, as Diretrizes e Prioridades definidas Condell/Sudeco e a Programação de Aplicação de Recursos do Fundo para o ano de 2016, todos em consonância com a PNDR.
47. Nesse contexto, as principais ocorrências verificadas na aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2016, conforme o Relatório do Banco, estão sintetizadas a seguir:
- Foram contratados no exercício R\$ 4,4 bilhões de um montante previsto de R\$ 6,9 bilhões, resultando em um índice de aplicação de 63,7%.
 - Houve a contratação com recursos do Fundo em todos os Estados da área de atuação do FCO, nos quais foram atendidos 465 dos 467 municípios desses estados que compõem a área de atuação do Fundo.
 - Destacam-se nessas contratações os Estados de Goiás e Mato Grosso que juntos foram responsáveis por financiamentos equivalentes a R\$ 3,2 bilhões, correspondendo a 74,4% dos recursos aplicados pelo Fundo no período.
 - Em relação ao limite mínimo estabelecido nas diretrizes e orientações gerais do FCO de 15% para contratação por UF, o Banco não atingiu a meta no Distrito Federal (6,1%).
 - No que se refere à destinação prioritária dos recursos aos tomadores localizados nos municípios prioritários da PNDR, aqueles classificados como de renda estagnada e

dinâmica, o Banco destinou 63,1% dos recursos aplicados.

- f) No tocante ao setor assistido, o maior volume de contratação se deu no setor Rural que contratou R\$ 3,7 bilhões, com destaque para a linha de financiamento “Desenvolvimento Rural” – que contratou R\$ 2,6 bilhões, em 12.420 operações contratadas e Pronaf, que em 13.836 operações contratadas aplicou R\$ 814,5 milhões.
- g) Destaque negativo fica para o Setor Empresarial que contratou apenas R\$ 638,9 milhões, 23,1% da meta estabelecida para o exercício de 2016, situação que pode ser explicada pelo cenário econômico-político que fez postergar decisões de investimento e impactou negativamente o crédito de longo prazo no sistema bancário nacional, conforme constatado nas pesquisas elaboradas pela Serasa Experian que apontou redução de 5,0% para este Setor no ano de 2016.
- h) Com relação às contratações por porte do tomador, destacam-se positivamente os tomadores de Menor Porte (mini/micro, pequeno, pequeno-médio, inclusive empreendedores individuais) que juntos contrataram R\$ 3,5 bilhões, o que representou 79,6% do valor total de recursos do FCO, aplicados no exercício de 2016, índice superior à meta para esses seguimentos que é de 51%.
- i) O limite máximo de 30% para contratação do FCO com o Setor de Comércio e Serviços vem sendo respeitado pelo Banco.
- j) Em conformidade com art. 9ª da Lei nº 7.827/89, o Banco do Brasil efetuou transferências às instituições operadoras do repasse no montante de R\$ 184,4 milhões, ou seja, apenas 38,6% do valor que o Banco poderia repassar àquelas instituições financeiras (R\$ 481,0 milhões), que representa os 7% do total previsto, conforme dispõe a Programação de Aplicação do FCO para 2016.
- k) No exercício de 2016, a maior demanda por crédito do FCO ocorreu para projetos na faixa de valores acima de R\$ 35,0 mil até R\$ 100,0 mil, os quais contrataram no período 14.239 operações, equivalentes a 53,7% das operações contratadas.
- l) O ticket médio global das contratações do FCO em 2016 foi de R\$ 149,9 mil. Um aumento de 50% em relação ao exercício anterior que foi de 99,7 mil. O que representa uma maior concentração do crédito.
- m) Considerando apenas as contratações com os tomadores de menor porte essa média reduz para R\$ 125,8 mil por operação.
- n) No exercício de 2016, foram realizadas 8.330 operações com novos beneficiários, atingindo o montante de R\$ 1,1 bilhão, o que representa 28,7% do total das contratações, resultado superior à estabelecida pelo Condol/Sudeco que foi de 20%.
- o) As propostas de financiamentos em andamento, no final de 2016, somavam R\$ 2,3 bilhões, referente a 6.770 propostas, sendo 3.308 do setor empresarial e 3.462 do setor rural.

48. O montante contratado pelo Fundo em 2016 sofreu decréscimo de 17,4%, haja vista que em 2015 foram aplicados R\$ 5,3 bilhões e em 2016 R\$ 4,4 bilhões.

49. Essa redução nas contratações pode ser, em boa parte, atribuída ao cenário macroeconômico vivido pelo país em 2016, onde se viu no mercado uma queda na demanda por crédito, justifica o Banco.

50. Em que pese que o FCO tenha aplicado apenas 63,7% dos recursos previstos para o exercício de 2016, percebe-se que o Banco observou as orientações trazidas pela PNDR, principalmente, no diz respeito a direcionar a maior parte dos recursos do Fundo aos tomadores

localizados em áreas prioritárias, bem como aqueles de menor porte.

51. No que respeita às metas trazidas na Programação do Fundo, a grande maioria delas foi atendida, com exceção da aplicação mínima por UF, tendo em vista que o DF aplicou somente 6,1%, cuja meta era aplicar 19% dos recursos contratados pelo Fundo no exercício.

52. Por último, merece destaque as informações trazidas no Relatório, em que o Banco afirma que vem desenvolvendo ações para incrementar as contratações do Fundo, tais como: a articulação junto a entidades de classe, federações e associações para promover a divulgação das linhas do FCO; participação em reuniões ordinárias do CDEs com vista a prestar atendimento especializado às demandas de propostas priorizadas por esses conselhos; treinamento da rede de agências visando o melhor aproveitamento dos recursos e melhor direcionamento das linhas e programas do Fundo.

III.4. ESTIMATIVA DE IMPACTO COM AS CONTRATAÇÕES DO FCO

53. De acordo com o Relatório do Banco do Brasil, se considerado o período de 1989, data de início dos financiamentos do FCO, até junho de 2016, estima-se que o número de empregos gerados e/ou mantidos no Centro-Oeste, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa a 6.624,7 mil.

54. Ainda segundo o Banco, a partir dos dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, no exercício de 2016 estima-se em 563,2 mil o número total de empregos gerados e/ou mantidos na região (236,4 mil diretos e 326,8 mil indiretos).

55. A esse respeito, sugerimos recomendar ao Banco do Brasil a implementação de ferramentas/metodologias capazes de fornecer dados, de forma detalhada, que possibilite realizar simulações sobre os possíveis impactos e variações na estrutura produtiva da região de atuação do Fundo, tais como: incremento no valor bruto da produção regional, no Produto Interno Bruto (PIB), na geração de empregos e salários, e na arrecadação de tributos.

III.5. ASPECTOS FINANCEIROS E CONTÁBEIS

56. De acordo com as Demonstrações Financeiras do FCO do exercício 2016, o Fundo teve um superávit no período de R\$ 109,4 milhões e acumula lucros na ordem de R\$ 2,2 bilhões.

57. As receitas do FCO no exercício, compostas basicamente por rendas de operações de crédito, atingiram o valor R\$ 1,6 bilhão. Já as despesas totalizaram R\$ 1,5 bilhão, sendo que 85,3% desse valor refere-se a despesas com del credere (R\$ 1,3 bilhão).

58. As disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, totalizaram R\$ 3,0 bilhões no fim do exercício de 2016, o que equivale a um aumento de 619,9% em relação ao início do exercício (R\$ 486,7 milhões). Nesse ponto, a partir da constatação da elevação dos recursos em disponibilidade, torna-se imperioso recomendar ao Banco do Brasil que envide esforços no intuito de incrementar as contratações do Fundo a fim de evitar que recursos do Fundo restem sem aplicação.

59. No Balanço do Fundo de 31 de dezembro de 2016, os Ativos totais do FCO atingiram o total de R\$ 25,3 bilhões, representando um aumento de 11,7% quando comparado ao do exercício de 2015.

60. O Patrimônio Líquido (PL) do FCO, que corresponde ao saldo do exercício anterior acrescido das transferências do STN e do resultado do período, aumentou 11,3% em relação ao

exercício anterior, fechando em R\$ 25,1 bilhões, o que representa 28,8% do PL do Banco (R\$ 87,2 bilhões).

61. Ao final do exercício de 2016, a carteira total do Fundo apresentava o montante de R\$ 22,5 bilhões, sendo R\$ 15,0 bilhões de contratações com o setor rural.

62. A inadimplência geral das operações atingiu o valor de R\$ 166,2 milhões, representando 0,7%. Esse índice foi superior ao constatado no mesmo período de exercício anterior que foi de 0,4%.

63. No Balanço, foi lançado como perdas, em de 2016, o valor de R\$ 391,6 milhões, sendo que, por serem de risco do Banco, R\$ 368,7 milhões foram devolvidos ao FCO, totalizando uma perda para o Fundo de R\$ 22,8 milhões.

64. Nesse mesmo período, constava no Balanço do FCO uma provisão para crédito de liquidação duvidosa o valor de R\$ 40,4 milhões.

65. Por fim, consta no Relatório que no exercício de 2016 o Banco do Brasil reprogramou dívidas do Fundo no montante de R\$ 66,6 milhões, sendo R\$ 37,9 milhões no âmbito do FCO Empresarial e R\$ 28,7 milhões do FCO Rural

66. Ressalta-se que as demonstrações financeiras do FCO foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes, que emitiu opinião favorável, em todos os aspectos relevantes, quanto à posição patrimonial e financeira do Fundo em 31 de dezembro de 2016.

IV. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

67. O Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, referente ao exercício de 2016, apresentou o desempenho do Banco do Brasil na aplicação dos recursos do FCO, que conforme se observa mostrou-se alinhado às Diretrizes e Orientações Gerais, às Diretrizes e Prioridades Regionais e à Programação para Aplicação dos Recursos do Fundo, tudo isso em consonância com Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

68. Nesse contexto, ao final do ano de 2016, verifica-se que o Banco cumpriu com a maioria das metas estabelecidas para aplicação dos recursos do Fundo, devendo ser ressaltado, mais uma vez, o bom desempenho do Banco ao direcionar 79,6% dos recursos aplicados no período aos tomadores de menor porte (mini/micro, pequeno, pequeno- médio, inclusive suas associações e cooperativas), superando o mínimo de 51% estabelecido a esses tomadores.

69. Cabe ressaltar, ainda, que o desempenho das contratações do Fundo nas áreas consideradas prioritárias, destacando as contratações nos municípios classificados como de estagnada e dinâmica, que juntos atingiram 63,1% (R\$ 2,7 bilhões) do total contratado pelo FCO no ano de 2016, acima da meta prevista que foi de 57%, o que demonstra que o Banco vem priorizando os municípios mais carentes da Região.

70. No entanto, em 2016, foram contratadas 29.051 operações, quantidade 45,1% menor do que em 2015 (52.900 operações). Igualmente, o montante contratado também sofreu decréscimo de 17,4%, haja vista que em 2015 foram aplicados R\$ 5,3 bilhões e em 2016 R\$ 4,4 bilhões.

71. Com relação às Demonstrações Financeiras, vale destacar o fato de o Fundo ter apresentado lucro no período (R\$ 109,4 milhões), tendo em vista que no exercício de 2015 fechou com prejuízo (R\$ 37,6 milhões).

72. Todavia, o FCO encerrou o exercício de 2016 com um saldo de disponibilidade de R\$ 3,0 bilhões, ou seja, um aumento de 619,9% em relação a 2015, o que demonstra a necessidade de ampliação das contratações, tendo em vista a necessidade de se buscar a aplicação plena dos recursos

do Fundo.

73. Dessa forma, considerando as informações que nos foi dada a conhecer pelo Banco do Brasil, por meio do Relatório Circunstanciado das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo FCO, referente ao exercício de 2016, apresentamos ao Banco as seguintes recomendações:

- Promova ações no sentido de ampliar as contratações no Distrito Federal, com o objetivo de atingir a meta mínima de 15% de aplicação por UF;
- Promova ações, em articulação com a Sudeco, no sentido de ampliar a divulgação do FCO e estimular as contratações do Fundo, de modo que essa atuação possa contribuir para a aplicação plena dos recursos disponíveis;
- Avalie a conveniência e oportunidade, de implementar ferramentas/metodologias capazes de fornecer dados, que possibilite realizar simulações sobre os possíveis impactos e variações no valor bruto da produção da região, no Produto Interno Bruto (PIB), na geração de empregos e salários, e na arrecadação de tributos.

Brasília, 07 de julho de 2017.

IRIS CARLOS PINTO
Analista Técnico Administrativo

Senhora Secretária,

por estar de acordo com os termos do presente Parecer, submeto à apreciação de Vossa Senhoria,

Brasília, 07 de julho de 2017.

VICTORIA OLIVEIRA DOPAZO ANTONIO JOSÉ
Coordenadora-Geral

De acordo.

Brasília, 07 de julho de 2017.

CILENE DE JESUS JARDIM DÓREA
Secretária Substituta

III. Parecer sobre o Relatório Circunstânciado das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados obtidos pelo FNO, referente ao exercício de 2016.



Ministério da Integração Nacional
Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais
Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos
Coordenação-Geral de Acompanhamento, Avaliação e Análise

Parecer nº 037/CGAC/DFRP/SFRI/MI

Parecer referente ao Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos pelo FNO, exercício de 2016.

I. APRESENTAÇÃO

1. O presente Parecer é resultante do trabalho realizado pela Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional e tem como objetivo analisar e avaliar o Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2016, encaminhado pelo Banco da Amazônia, em cumprimento ao disposto no art. 20 da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, o qual estabelece que “os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos”.

2. Inicialmente, vale lembrar que as diretrizes básicas que orientam a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais estão estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827/89. Por sua vez, cabe ao Ministério da Integração Nacional, na forma do art. 14-A da referida Lei, definir as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

II. SÍNTESE DO RELATÓRIO EM APRECIÇÃO

3. O Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos, referente ao exercício de 2016, encaminhado pelo Banco da Amazônia a esta Secretaria, possui as seguintes perspectivas:

- II.1. Aspectos Gerais;
- II.2. PNDR;
- II.3. Sustentabilidade do Fundo.

II.1. Aspectos Gerais - a título de aspectos gerais, o Relatório destaca o que segue:

4. Informa que no exercício de 2016 foram contratadas 19.691 operações de crédito, no valor total de R\$ 2.333,9 milhões. Destaca que o setor rural contratou R\$ 1.714,4 milhões (73,5% das contratações), e que os demais setores R\$ 619,5 milhões (26,5%), com a priorização dos segmentos produtivos de menor porte, os quais absorveram 99,1% do total das operações de crédito contratadas no período (19.511 operações).

5. Destaca que foi dispensada especial atenção aos municípios tipificados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como de baixa renda, dinâmicos de menor renda e estagnados de média renda, que são comprovadamente mais carentes de uma melhor infraestrutura econômica e social. Refere que essas localidades demandaram 80,5% do total contratado no exercício de 2016 (R\$ 1.879,1 milhões) e 89,8% das operações de crédito contratadas (17.673 operações).

6. Finaliza registrando que a ação creditícia do FNO confirma a sua importância como principal instrumento econômico-financeiro indutor do desenvolvimento sustentável da Região Norte, contribuindo para a obtenção de significativos benefícios como o incremento do valor bruto da produção e do PIB regionais, a redução das desigualdades intra e inter-regionais, a melhoria da qualidade de vida da população amazônica, a criação de novas oportunidades de trabalho no campo e nas cidades, a mitigação da pobreza, a inclusão social, a diminuição do êxodo rural, o fortalecimento da agricultura familiar e das micro e pequenas empresas, a expansão do turismo e do agronegócio e a elevação da arrecadação fiscal dos estados.

II.2. Perspectiva PNDR - no tocante à perspectiva da PNDR, que abrange, ainda, as Diretrizes e Orientações Gerais, as Diretrizes e Prioridades e a Programação do Banco, o Relatório apresenta o seguinte:

7. Em relação às unidades federativas, informa que as contratações mais expressivas foram dos estados de Rondônia, com R\$ 692,0 milhões (29,7% do total contratado); Pará, com R\$ 642,9 milhões (27,5%); e Tocantins, com R\$ 563,5 milhões (24,1%). Destacou as contratações no Estado de Roraima (R\$ 70,6 milhões), superior 127,0% em relação às contratações no exercício de 2015 (R\$ 31,1 milhões).

8. Registra que os municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda (BR), dinâmicos de menor renda (DMR) e estagnados de média renda (EMR), os quais são prioritários nos financiamentos do FNO, contrataram no exercício de 2016 o valor de R\$ 1.879,1 milhões (80,5% do total contratado) mediante a contratação de 17.673 operações de crédito (89,8% das operações contratadas).

9. Destaca que os municípios que integram as áreas prioritárias da PNDR para financiamentos do FNO – municípios das mesorregiões diferenciadas e os que compõem a Faixa de Fronteira da Região Norte – receberam atenção especial. Os municípios das mesorregiões diferenciadas contrataram o valor de R\$ 425,8 milhões (superior 17,7% da meta prevista para o exercício, no valor de R\$ 361,8 milhões), sendo contratadas 2.874 operações de crédito. Os municípios da Faixa de Fronteira contrataram R\$ 667,3 milhões (75,6% da meta para o exercício, no valor de R\$ 882,9 milhões), com a contratação de 5.404 operações.

10. Em relação às linhas de financiamento, aborda que o Programa FNO-Amazônia Sustentável, cujas linhas de crédito contemplam a todos os setores e empreendimentos regionais, foi o que apresentou o melhor desempenho nas contratações realizadas no exercício de 2016, com a demanda de R\$ 1.665,9 milhões (71,4% do total contratado), seguido pelo Programa FNO-PRONAF, com a contratação de R\$ 423,6 milhões (18,1%).

11. Ressalta que os empreendimentos rurais demandaram 16.145 operações (82,0% das operações contratadas), no valor de R\$ 1.714,4 milhões (73,5% do total contratado). Os empreendimentos dos demais setores contrataram 3.546 operações (18,0%), no valor de R\$ 619,5

milhões (26,5%).

12. No exercício de 2016 o Banco da Amazônia financiou, em apoio à agricultura familiar, 14.432 operações de crédito do FNO (73,3% das operações contratadas), no valor de R\$ 423,6 milhões (18,1% do total contratado), proporcionando a geração de aproximadamente 58 mil novas oportunidades de trabalho no campo.

13. No que tange o disposto no artigo 9º da Lei 7.827/1989 e artigo 2º da Portaria nº 616/2003, que tratam sobre o repasse de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento pelos bancos administradores a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o Relatório registra que o Banco da Amazônia continua envidando esforços para cumprimento do disposto. Registra ainda, que atualmente vem mantendo contato com as seguintes instituições: Agência de Fomento do Estado do Tocantins (FomenTO), Banco Cooperativo do Brasil (BANCOOB) e Banco do Estado do Pará (BANPARÁ). E que devido às dificuldades de natureza operacional dessas instituições, ainda não foi possível a realização de repasses de recursos do Fundo.

14. Finaliza alegando que no exercício de 2016 o ticket médio das contratações do FNO (valor contratado dividido pelo número de operações de crédito) foi de R\$ 118,5 milhões, inferior 13,4% em relação ao exercício de 2015, cujo ticket médio das contratações foi de R\$ 136,9 milhões. Aduz que a redução no valor do ticket médio das contratações no exercício de 2016 em comparação a 2015 foi decorrente, fundamentalmente, da conjuntura atual de desaceleração da economia brasileira, via retração dos investimentos, que tem atingido praticamente todos os segmentos econômicos.

II.3. Sustentabilidade do Fundo – nessa perspectiva, que aborda a gestão do Fundo em consonância com a PNDR, aspectos da carteira do Fundo, bem como informações relacionadas aos aspectos econômico-financeiros e o balanço patrimonial, o Relatório traz:

15. No exercício de 2016, as contratações do FNO atenderam a todas as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo CONDEL/SUDAM para o período, definidas por meio do Ato nº 27, de 27/10/2015.

16. Registra que o Banco vem tomando diversas ações de forma a fortalecer alianças institucionais mediante planejamento participativo de diversas fontes de recursos sob a gestão do Banco da Amazônia e um trabalho integrado com os governos estaduais e municipais, visando a expansão dos financiamentos do FNO. Destaca ainda o estímulo para as áreas consideradas prioritárias para PNDR, que vem recebendo tratamento e condições diferenciadas da política de crédito.

17. Informa que o Banco tem dado prioridade aos empreendimentos de menor porte, com ênfase para a valorização da pequena produção da base familiar que tem contribuído decisivamente em diversos fatores, dentre eles, o fortalecimento do segmento da economia regional, qualidade de vida no meio rural amazônico e a geração de ocupações de mão de obra e renda para a população rural da região.

18. Ressalta que, devido ao esforço do Banco da Amazônia de levar o crédito às localidades de difícil acesso, 100% dos municípios que integram a base político-institucional da Região Norte já foram contemplados com financiamentos ao longo de mais de duas décadas de operacionalização do FNO, destacando como uma das principais ações para este alcance da cobertura integral dos financiamentos a realização dos seminários do FNO-Itinerante, os quais são organizados pelo Banco da Amazônia e contam com a parceria do Ministério da Integração Nacional e participação do SEBRAE e dos governos estaduais e municipais.

19. Estima que os financiamentos do FNO concedidos no exercício de 2016 apresentam potencial para incrementar em R\$ 23.049,5 milhões o valor bruto da produção regional, aumentar em

R\$ 11.861,6 milhões o PIB da Região Norte, criar 388.827 novas oportunidades de trabalho no campo e nas cidades, gerar salários no valor de R\$ 2.281,2 milhões e elevar a arrecadação de tributos em R\$ 3.287,2 milhões.

20. Aponta o setor rural com as maiores operações e saldo em situação de atraso, 93,2% e 65,3% respectivamente, enquanto que os demais setores apresentaram um atraso de operações na ordem de 6,8% e do saldo de 34,7%. A inadimplência total atingiu 3,3%, tendo os estados de Rondônia e Acre com os menores índices, 1,7% e 2,6% respectivamente, enquanto que os estados do Pará (4,9%) e de Roraima (4,6%) obtiveram os maiores índices de inadimplência. Registra, também, que a inadimplência do exercício de 2016 foi uma das mais baixas do último sete anos.

21. Destaca que as operações com risco compartilhado entre o FNO e o Banco da Amazônia registraram saldo em atraso de até 180 dias na ordem de R\$ 408 milhões, enquanto que os atrasos de 181 a 360 dias apresentaram o valor de R\$ 195,8 milhões. No que se refere ao risco integral do FNO as operações com saldo em atraso de até 180 dias atingiram o valor de R\$ 58,8 milhões e R\$ 37,8 milhões para as operações com atraso de 181 a 360 dias.

22. Ressalta que os melhores desempenhos do Banco na realização da renegociação e recuperação de operações de crédito ocorreram nos Estados do Pará, com 354 operações (R\$ 33,0 milhões), e Tocantins, com 152 operações (R\$ 19,6 milhões), de um total de 743 operações renegociadas no âmbito de atuação do Fundo.

23. Demonstra que as contratações realizadas no ano de 2016, no valor de R\$ 2.333,9 milhões, foram menores 41,1% em relação às contratações realizadas em 2015, que atingiram o valor de R\$ 3.964,9 milhões. Registra que a retração dos financiamentos do Fundo ocorreu por força de fatores exógenos à política de crédito do Banco, pois foi diretamente influenciada pela conjuntura econômica nacional.

24. Informa que as receitas do FNO atingiram o valor de R\$ 6.376,8 milhões, enquanto que as despesas somaram R\$ 2.996,8 milhões. O Patrimônio Líquido do Fundo totalizou R\$ 23.276,98 milhões, valor 11,78% maior em comparação ao exercício anterior. As disponibilidades totalizaram R\$ 3.089,5, aumento de 105,47% em relação a 2015.

25. Evidencia a preocupação do Banco da Amazônia no sentido de atender prioritariamente os beneficiários de menor porte, informando que, em mais de duas décadas de operacionalização do FNO pelo Banco da Amazônia, foram contratadas 479.889 operações em apoio à agricultura familiar, de um total de 675.999 de operações contratadas para todos os setores do Fundo.

26. Por fim, ressalta que, apesar do desempenho satisfatório na gestão dos recursos do FNO, o Banco da Amazônia tem consciência que há espaço para a expansão dos financiamentos do Fundo. No entanto, lembra a necessidade, especialmente de natureza infra estrutural, que precisam ser atendidas para que o crédito do FNO não apenas contemple todos os municípios da base político-institucional da Região Norte, mas também possibilite a redução mais acentuada das desigualdades intra e inter-regionais, do êxodo rural, da pobreza extrema e dos níveis de desemprego, mediante a criação de mais oportunidades de trabalho no campo e nas cidades.

III. ANÁLISE SOBRE OS RESULTADOS OBTIDOS

27. Para se analisar os resultados obtidos pelo Banco da Amazônia na operacionalização dos recursos do FNO, se faz necessário observar, principalmente, a Programação Anual do Fundo, elaborada pelo Agente Operador, em observância das Diretrizes e Orientações Gerais elaborados pelo Ministério da Integração Nacional.

28. Assim, as Diretrizes e Orientações Gerais para o exercício de 2016 foram definidas

por meio da Portaria MI nº 202, de 28 de agosto de 2015 e alterada pela Portaria MI nº 67, de 20 de abril de 2016.

29. Já a Programação do FNO para 2016 foi aprovada pelo Condel/Sudam por meio do ato “ad referendum” nº 27/2015, referendado pela Resolução nº 45, de 21 de julho de 2016, com alterações realizadas por meio do ato “ad referendum” nº 33/2016, de 26 de abril de 2016.

30. Nesse sentido, para uma melhor compreensão, nossa análise está estruturada conforme abaixo:

- III.1.** Cenário Macroeconômico;
- III.2.** Execução Orçamentária do FNO;
- III.3.** Aderência à PNDR e Gestão Operacional do Fundo;
- III.4.** Estimativa de Impacto com as Contratações do FNO;e
- III.5.** Aspectos Financeiros e Contábeis;

III.1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

31. De acordo com dados do Banco Central (BC), o saldo de todas as operações de crédito concedido pelos bancos caiu 3,5% em 2016, fechando o ano em R\$ 3,1 trilhões, o que correspondeu a 49,3% de todos os bens e serviços que o país produziu – o Produto Interno Bruto (PIB). Em dezembro de 2015, essa relação ficou em 53,7%.

32. Ainda de acordo com o BC, o saldo do crédito livre, em que os bancos têm autonomia para aplicar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros, chegou a R\$ 1,6 trilhão em dezembro, com queda de 4,9% em 12 meses.

33. No caso do crédito direcionado (empréstimos com regras definidas pelo governo, destinados basicamente aos setores habitacional, rural e de infraestrutura), o saldo chegou a R\$ 1,5 trilhão com queda de 2% no ano, segundo o Banco Central.

34. Segundo análise do BC, "a contração do crédito em 2016 refletiu a retração da atividade econômica e seus impactos na demanda de consumo e investimento e o aumento da percepção de risco do sistema financeiro".

35. Ainda, corroborando com os dados do Banco Central, de acordo com o Indicador Serasa Experian de Demanda das Empresas por Crédito, houve recuo de 2,2% na procura empresarial por crédito em 2016 na comparação com o ano de 2015, atingindo o pior resultado da demanda das empresas por crédito dos últimos quatro anos.

36. Vale lembrar que o Indicador Serasa Experian da Demanda das Empresas por Crédito é construído a partir de uma amostra significativa de cerca de 1,2 milhão de CNPJ consultados mensalmente na base de dados da Serasa Experian. A quantidade de CNPJ consultados, especificamente nas transações que configuram alguma relação creditícia entre as empresas e as instituições do sistema financeiro ou empresas não financeiras, é transformada em número índice.

37. No acumulado do ano de 2016, a Serasa Experian registrou que a demanda empresarial por crédito recuou em quatro regiões do país: Norte (-5,6%); Centro-Oeste (-2,3%); Nordeste (-2,4%) e Sudeste (-1,2%).

38. Na análise por porte em 2016, a Serasa observou uma redução a demanda por crédito nas médias e grandes empresas, sendo de 12,0% (médias empresas) e de 10,4% (grandes empresas). Já as micro e pequenas empresas exibiram menor recuo na demanda por crédito no acumulado de janeiro a dezembro de 2016 frente ao mesmo período do ano de 2015 (-1,7%).

39. Ademais, em relação aos setores, a Serasa verificou uma queda na demanda por crédito em todos os setores econômicos pesquisados no acumulado do ano de 2016, na comparação com

2015: indústria (-5,0%), comércio (-3,6%) e serviços (-0,1%).

40. O reduzido patamar da confiança empresarial e as taxas de juros elevadas foram alguns dos motivos que pesaram negativamente sobre a demanda das empresas por crédito no ano de 2016, segundo economistas da Serasa Experian.

41. A redução do crédito também afetou um dos setores mais importante da economia do Brasil, o setor rural. De acordo com o Sistema de Operações de Crédito Rural e do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) – SICOR do Banco Central do Brasil, considerando todas as fontes de recursos, nota-se uma queda de 9,7% no volume do crédito rural em 2016 na Região Norte, que passou de R\$ 7,2 bilhões em 2015 para R\$ 6,5 bilhões em 2016. Em relação a quantidade de operações, há uma redução de 17,55%, passando de 97.494 operações em 2015 para 80.384 em 2016.

42. Nesse sentido, de acordo com os indicadores apresentados acima, nota-se que o ano de 2016 proporcionou enormes desafios na concessão de financiamentos, tendo em vista a recessão econômica enfrentado pelo País.

III.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FNO NO EXERCÍCIO DE 2016

43. A execução orçamentária, que trata da execução das origens e aplicações de recursos do FNO ao final do exercício de 2016, superou em 18,3% (R\$ 7.542,4 milhões) das origens previstas para o ano, o que totalizou, nesse período, uma disponibilidade de recurso de R\$ 3,1 bilhões, 91,2% da disponibilidade prevista para 2016 (R\$ 3,4 bilhões).

44. Na Programação Orçamentária do FNO para 2016 foi estimado um repasse de R\$ 1,6 bilhão da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que, ao final do exercício de 2016, repassou ao Fundo o montante de R\$ 2,4 bilhões, superando em 50% o valor do repasse previsto para o ano.

45. Já os reembolsos das aplicações somaram-se ao final do exercício o montante de R\$ 3,1 bilhões, superando em 11,1% os reembolsos previstos para o ano (R\$ 2,8 bilhões) e um aumento de 14,8% em relação ao valor reembolsado no mesmo período do exercício anterior (2,7 bilhões).

46. Os financiamentos com recursos do FNO no exercício de 2016, alcançaram o montante de R\$ 2,3 bilhões, por meio de 19.691 operações de crédito, perfazendo um ticket médio de R\$ 118,5 milhões. O valor aplicado no período representa 69,1% do valor previsto para o ano (R\$ 3,4 bilhões), demonstrando um desempenho inferior ao mesmo período do exercício anterior, no qual foram contratados 93% do valor previsto para aquele ano. O volume de contratações em 2016 apresentou uma redução de 41,14% se comparado a 2015 (R\$ 3.964,9 milhões).

III.3. ADERÊNCIA À PNDR E GESTÃO OPERACIONAL DO FUNDO

47. O FNO é um dos principais instrumentos financeiros da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) na Região Norte, por este motivo e atendendo as Diretrizes e Orientações Gerais do Fundo, o Banco da Amazônia, como Agente Operador do FNO, deve priorizar, na alocação dos recursos desse Fundo, os municípios tipificados como de baixa renda, dinâmicos e estagnados, bem como os espaços prioritários: mesorregiões e municípios da Faixa de Fronteira.

48. Atendendo a essa orientação o Banco da Amazônia programou que 71,1% dos recursos previstos para 2016 (R\$ 3,8 bilhões) fossem aplicados nos municípios classificados como de baixa renda, estagnada e dinâmica.

49. Nesse sentido, ao final do exercício de 2016, as contratações nesses municípios, atingiram o valor de R\$ 1.879,1 milhões, correspondendo a 80,5% dos recursos totais aplicados na

Região (R\$ 2.333,9 milhões), o que mostra que o Banco vem priorizando esses municípios na aplicação dos recursos do Fundo.

50. Com relação às Mesorregiões diferenciadas, o Banco superou em 17,7% (R\$ 425,8 milhões) a meta prevista para o exercício (R\$ 361,8 milhões). As contratações referentes aos Municípios da Faixa de Fronteira atingiram o valor de R\$ 667,3 milhões, ou seja, 75,6% da meta para o exercício, no valor de R\$ 882,9 milhões.

51. O Banco da Amazônia, na aplicação dos recursos do FNO, deve levar em consideração as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (MI), conforme Portaria Nº 202, de 28/08/2015 e as diretrizes e prioridades aprovadas Ad referendum pelo CONDEL/SUDAM, por meio do Ato nº 27, de 27/10/2015, as quais foram consolidadas na programação de aplicação de recursos desse Fundo para o exercício de 2016.

52. Nesse contexto, de acordo com o Relatório do Banco, as principais ocorrências e resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FNO, no exercício de 2016, estão sintetizados a seguir:

- a) As contratações com recursos do Fundo alcançaram todos os estados da área de financiamento do FNO.
- b) Ao final do exercício de 2016, o Banco da Amazônia aplicou recursos do FNO em 420 municípios da Região Norte, o que corresponde a 93,3% do total de 450 municípios.
- c) Em relação ao limite mínimo estabelecido nas diretrizes e orientações gerais do FNO de 5,0% para contratação por UF, o Banco operou abaixo da meta de contratação nos Estados do AP (1,4%) e RR (3,0%), contudo, destaca-se o volume de contratações no Estado de Roraima, superior em 127,0% em relação ao exercício de 2015.
- d) O maior volume de contratação ocorreu no Setor Rural, com R\$ 1.714,4 milhões (73,5%) do total contratado no período.
- e) Foram contratados 18,7% (R\$ 438 milhões) no Setor de Comércio e Serviços, respeitando o limite máximo de 30% para contratação nesse Setor.
- f) O Pronaf contratou o montante de R\$ 423,6 milhões (18,1% do total contratado), com destaque para a linha PRONAF Mais Alimentos Familiar que contratou R\$ 299,9 milhões (70,8% das contratações no PRONAF).
- g) No que tange à finalidade do crédito, 62,4% (R\$ 1.455,2 milhões) das contratações do período foram destinados a operações de Investimento, em 15.313 operações de crédito firmadas.
- h) Os segmentos produtivos de menor porte contrataram recursos do FNO no valor de R\$ 1.798,7 milhões (77,1% do total contratado), mediante a contratação de 19.511 operações de crédito (99,1% das operações contratadas).
- i) Foram contratados, em apoio à agricultura familiar, 14.432 operações de crédito do FNO (73,3% das operações contratadas), no valor de R\$ 423,6 milhões (18,1% do total contratado), proporcionando a geração de aproximadamente 58 mil novas oportunidades de trabalho no campo.
- j) A maior demanda por financiamentos do FNO no exercício de 2016, em termos de operações contratadas, contemplou projetos na faixa entre R\$ 1,0 a R\$ 10,0 mil, com 6.791 operações de crédito para o setor rural (42,1% do total das operações contratadas pelo setor) e 1.168 operações de crédito para os demais setores (32,9% das contratações dos demais setores).
- k) Em termos de valores contratados, os projetos na faixa entre R\$ 1,0 a R\$ 10,0 milhões, foram os que mais demandaram, tanto no setor rural quanto nos demais setores, com R\$ 714,0 milhões no setor rural (41,7% dos financiamentos do setor) e, nos demais setores, R\$ 195,1

milhões (31,4% dos financiamentos dos demais setores).

- l) Foram contratadas 8.776 operações de crédito formalizadas por clientes que operaram pela primeira vez com recursos do FNO (44,6% das operações contratadas), no valor de R\$ 647,4 milhões (27,7% do total contratado), o que é importante para demonstrar a pulverização dos recursos do FNO.
- m) O Banco da Amazônia realizou a renegociação e recuperação de 743 operações de créditos do FNO, no valor total de R\$ 64,4, com base nas resoluções nº 4.314 e 4.315, ambas de 27.03.2014.
- n) Segundo o Banco da Amazônia, com a finalidade de melhorar o processo de desenvolvimento da Região, o Banco tem construído alianças institucionais com atores representativos da esfera pública, privada e da sociedade civil organizada.
- o) Além disso, de acordo com o Banco da Amazônia, anualmente são realizados em todos os estados da Amazônia encontros técnicos de planejamento, os quais são organizados pelo próprio Banco e contam com a efetiva participação de seus parceiros institucionais, cuja finalidade é discutir a aplicação eficiente dos recursos financeiros, com vistas a maximizar os benefícios decorrentes dos financiamentos.

III.4. ESTIMATIVA DE IMPACTO COM AS CONTRATAÇÕES DO FNO

53. Segundo o Banco da Amazônia, estima-se que os financiamentos concedidos através do FNO no período apresentam potencial para incrementar em R\$ 23.049,5 milhões o valor bruto da produção (VPB) regional, aumentar em R\$ 11.861,6 milhões o PIB da Região Norte, criar 388.827 novas oportunidades de trabalho no campo e nas cidades, gerar salários no valor de R\$ 2.281,2 milhões e elevar a arrecadação de tributos em R\$ 3.287,2 milhões.

54. Assim, de acordo com o Banco, os financiamentos concedidos com recursos do FNO no exercício de 2016 deverão impactar de forma positiva na economia local, regional e nacional. Prospecta-se que os créditos do Fundo contribuirão para a elevação do produto, da renda, do emprego, dos salários e da arrecadação tributária nas regiões onde se efetivam os empreendimentos financiados, bem como em outras regiões com as quais são estabelecidos fluxos econômicos, via efeito transbordamento.

55. Outro aspecto relevante, trazido no Relatório do Banco da Amazônia, a ser considerado como efeito dos financiamentos do FNO refere-se à qualidade de vida dos trabalhadores, já que a massa salarial, renda que remunera fator de produção trabalho, deverá apresentar um crescimento de R\$ 2.281,2 milhões, com a geração de mais de 389 mil novos postos de trabalho diretos, indiretos ou induzidos no campo e nas cidades.

III.5. ASPECTOS FINANCEIROS E CONTÁBEIS

56. Ao final do exercício de 2016, o Fundo apresentou um saldo de Carteira de R\$ 20,8 bilhões, 47,1% (R\$ 9,8 bilhões) no setor rural e, nos demais setores, 52,9% (R\$ 11,0 bilhões). Esse saldo total de Carteira representa um crescimento de 4% em relação ao mesmo período do ano anterior, no qual registrava um saldo de R\$ 19,9 bilhões.

57. Ainda, ao final do exercício de 2016, período em análise, o FNO apresentou um saldo de inadimplência de R\$ 696,9 milhões, produzindo um índice de inadimplência 3,3%, representando, de acordo com o Banco, um dos mais baixos índices dos últimos sete anos, conforme registrado no Relatório do Banco.

58. Contudo, apesar de o Fundo atingir um dos menores índices dos últimos sete períodos correlatos, nota-se que o índice de inadimplência do exercício de 2016 representa um aumento quando comparado ao índice de 2,8% registrado ao final do exercício de 2015.

59. Sobre as Demonstrações Financeiras do FNO, observa-se que o Fundo registrou um lucro de R\$ 13,4 milhões no exercício do exercício 2016, havendo uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior, o qual apresentou um prejuízo de R\$ 136,8 milhões.

60. O Patrimônio Líquido do Fundo teve um aumento de 11,78%, quando comparado ao Patrimônio Líquido registrado ao final do exercício de 2015, passando de R\$ 20,8 bilhões para R\$ 23,3 bilhões no exercício de 2016.

61. Nesse contexto, após o encerramento do exercício de 2016, o Patrimônio Líquido do Fundo apresentou a seguinte composição: R\$ 22,8 bilhões de repasses da STN e R\$ 435,5 milhões de Lucro Acumulado.

62. Ademais, é importante observar, nas demonstrações financeiras do exercício de 2016 do FNO, a redução nos valores baixados como prejuízos, que se referem às parcelas de principal e encargos pendentes de pagamento há mais de 360 dias. Nesse exercício, foram baixadas como prejuízo do FNO o montante de R\$ 489,4 milhões (R\$ 582,1 milhões no exercício de 2015), sendo R\$ 186,7 milhões de risco integral do Fundo (R\$ 194,4 em 2015).

63. Ao final desse exercício, o Fundo registrou em Disponibilidades o saldo de R\$ 3,1 bilhões, aumento de 105,5% em relação ao exercício anterior (R\$ 1,5 bilhão), sendo que R\$ 1,7 bilhão (54,8%) registrados em Recursos Alocados, que são os recursos já comprometidos com as operações de crédito contratadas, e R\$ 1,4 bilhão (45,2%) em Recursos a Alocar, referindo-se aos recursos livres para novas operações de crédito.

64. Ressalta-se que as demonstrações financeiras do Fundo, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 20 da Lei 7.827/1989, foram examinadas por auditores independentes, a empresa KPMG Auditores Independentes, e que, em seu Parecer, emitiram a opinião de que as demonstrações financeiras do Fundo foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 2.

IV. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

65. O Relatório Circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, referente ao exercício de 2016, apresenta o desempenho do Banco da Amazônia na aplicação dos recursos do FNO, que deve estar alinhada com as Diretrizes e Orientações Gerais e com a Programação Financeira do Fundo.

66. Nesse contexto, ao final do exercício de 2016, nota-se que o Banco da Amazônia vem cumprindo boa parte das metas estabelecidas para aplicação dos recursos do FNO, ressaltando o bom desempenho das contratações do Fundo nas tipologias prioritárias da PNDR, que absorveram 80,5% dos financiamentos concedidos no período em análise, e 89,8% das operações de crédito contratadas, demonstrando que o Banco atuou acima do percentual de 71,1% previstos para essas tipologias no exercício de 2016.

67. Apesar disso, os financiamentos com os recursos do Fundo no ano de 2016 apresentaram uma redução de 44,14% em relação aos financiamentos contratados no exercício anterior, o que se sugere recomendar ao Banco a implementação de indutores de comportamento para que se intensifique as contratações de financiamento com o Fundo.

68. O Banco da Amazônia enfrentou dificuldades, nos Estados de RR e AP, em atingir o percentual mínimo de 5% de aplicação em cada UF da Região, conforme apresentado na alínea “c” do item 4 deste Parecer, mas destaca-se o volume de contratações no Estado de Roraima, superior em

127,0% em relação ao exercício de 2015.

69. Ademais, sobre os aspectos financeiros do Fundo, vale destacar o crescimento, no intervalo de um ano, de 10% do Saldo da Carteira do Fundo e o índice inadimplência de 3,3%, um dos mais baixos dos últimos sete períodos correlatos.

70. No entanto, apesar de o Fundo registrar o menor índice de inadimplência dos últimos períodos correlatos, há de se observar um aumento desse índice em relação apresentado ao final do exercício anterior, cujo índice era de 2,8%. Dessa forma, levando em consideração a recessão econômica que o País encara atualmente, é oportuno sugerir ao Banco que intensifique seus esforços visando o controle do índice de inadimplência do Fundo.

71. A respeito do resultado apresentado pelo Fundo no exercício de 2016 (lucro de R\$ de 13,4 milhões), destaca-se a evolução em comparação ao ano anterior, no qual apresentou prejuízo de (R\$ 136,8 milhões). O Fundo apresenta um lucro acumulado de R\$ 365 milhões.

72. Dessa forma, considerando as informações que nos foi dado a conhecer pelo Banco da Amazônia por meio do Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos pelo FNO, referente ao ano de 2016, destacamos as seguintes recomendações ao Banco da Amazônia:

- Promova ações capazes de contribuir para que os empréstimos com recursos do FNO alcancem todos os municípios da Região.
- Promova ações, em articulação com a Sudam, no sentido de ampliar a divulgação do FNO e estimular as contratações do Fundo, de modo que essa atuação possa contribuir para a aplicação plena dos recursos disponíveis;
- Envide esforços no sentido de repassar recursos do FNO a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 07 de julho de 2017

PAULO SÉRGIO DOS SANTOS COSTA
Assistente Técnico Administrativo

Senhora Secretária,

Por estar de acordo com os termos do presente Parecer, submeto à apreciação de Vossa Senhoria,

Brasília, 07 de julho de 2017

VICTORIA OLIVEIRA DOPAZO ANTONIO JOSÉ
Coordenadora-Geral

De acordo.

Brasília, 07 de julho de 2017

CILENE DE JESUS JARDIM DÓREA
Secretária Substituta

IV. Parecer sobre o Relatório Circunstânciado das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados obtidos pelo FNE, referente ao exercício de 2016.



Ministério da Integração Nacional
Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais
Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos
Coordenação-Geral de Acompanhamento, Avaliação e Análise

Parecer nº 038/CGAC/DFRP/SFRI/MI

Parecer referente ao Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos pelo FNE, exercício de 2016.

I. APRESENTAÇÃO

1. O presente Parecer é resultante do trabalho realizado pela Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional e tem como objetivo analisar e avaliar o Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referente ao exercício de 2016, encaminhado pelo Banco do Nordeste (BNB), em cumprimento ao disposto no art. 20 da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, o qual estabelece que “os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos”.

2. Inicialmente, vale lembrar que as diretrizes básicas que orientam a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais estão estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827/89. Por sua vez, cabe ao Ministério da Integração Nacional, na forma do art. 14-A da referida Lei, definir as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

II. SÍNTESE DO RELATÓRIO EM APRECIÇÃO

3. O Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos, referente ao exercício de 2016, encaminhado pelo Banco do Nordeste – BNB a esta Secretaria, possui as seguintes perspectivas:

- II.1. Aspectos Gerais;
- II.2. PNDR;
- II.3. Sustentabilidade do Fundo.

II.1. Aspectos Gerais - a título de Aspectos Gerais, o Relatório destaca o que se segue:

4. O volume das contratações em 2016 de, aproximadamente, R\$ 11,2 bilhões, distribuídos em 538.528 operações de crédito, que representam redução nominal de 2,2% no volume contratado, quando comparado com o ano anterior.

5. Quanto à distribuição setorial, os financiamentos foram direcionados aos setores: rural (52,4%), agroindustrial (1,6%), comércio e serviços (26,3%), industrial (13,1%), turismo (3,1%) e de infraestrutura (3,5%), localizados nos onze Estados da área de atuação do FNE.

6. Os empreendimentos classificados como mini, micro, pequeno e pequeno médio porte, prioritários para a contratação do FNE, demandaram 61,0% dos recursos (superando a meta de 51,1% para tal público), enquanto a porção semiárida regional contratou o equivalente a 57,3% dos valores repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional (acima dos 50,0% estabelecidos).

7. Ainda nesses aspectos gerais, o Banco do Nordeste ressalta a recessão econômica do País, desencadeada no segundo trimestre de 2014 e que começou a apresentar efeitos na economia nordestina no primeiro trimestre de 2015, explica fortemente o desempenho das contratações de 2016 à medida que reduz as expectativas dos agentes econômicos e, por consequência, sua demanda por crédito.

8. Além disso, nessa mesma perspectiva, o Banco informa que as projeções de financiamento, com base nas Diretrizes e Prioridades do FNE para o exercício 2016, foram elaboradas inicialmente considerando o montante de R\$ 14,1 bilhões.

9. No entanto, ao final do primeiro semestre de 2016, o Banco apresenta alguns ajustes nos parâmetros e na estimativa global das aplicações do FNE 2016, que passou de R\$ 14,1 bilhões para R\$ 18,9 bilhões, em função de fatores como o fluxo de ingressos, as obrigações, os reembolsos e o desempenho da economia brasileira no período.

10. O Banco ressalta ainda que, obedecendo à Resolução Condel nº 099, de 22/09/2016, R\$ 4,8 bilhões do total disponível para aplicação, deverão destinar-se ao financiamento de projetos de grande porte (infraestrutura, por exemplo), com abrangência para o período 2016-2018. O objetivo é estimular a retomada da atividade econômica regional. Desta forma, o montante previsto para aplicação em programas setoriais e multissetoriais do BNB permanece aquele inicialmente projetado em R\$ 14,1 bilhões, porém com mudança na distribuição entre ambos.

11. Assim, após os ajustes ocasionados pelos fatores relatados acima, o Banco apresentou novas projeções de financiamentos por estado e setor de atividade.

12. Sobre a execução do orçamento no exercício de 2016, o Banco registra que o Tesouro Nacional transferiu para o Banco do Nordeste, aproximadamente, 42,8% acima do total de recursos previstos para todo o ano. O reembolso das operações de crédito, que tinha previsão de R\$ 8,5 bilhões, também foi superior ao valor previsto para o exercício. No caso das disponibilidades que ao final de 2015 eram previstas para R\$ 8,3 bilhões, alcançaram um montante de R\$ 11,3 bilhões, indicando que a disponibilidade real foi superior à programada em 36,4%.

13. Por fim, o Banco acrescenta que a previsão do valor das parcelas a desembolsar de operações contratadas em exercícios anteriores para o final de 2015 foi de R\$ 7,0 bilhões e, ao final do exercício de 2016, esse valor atingiu o volume de R\$ 8,3 bilhões.

II.2. Perspectiva PNDR - no tocante à perspectiva da PNDR, que abrange, ainda, as Diretrizes e Orientações Gerais, as Diretrizes e Prioridades e a Programação do Fundo, o Relatório apresenta o seguinte:

14. O valor total contratado no ano de 2016 corresponde a 79,7% do valor programado para todo o exercício, com nível de proporção um pouco menor do que a identificada no ano de 2015, quando atingiu 89,1%.

15. O total de beneficiários do FNE no ano de 2016 (1.556,0 mil), sendo que 97,2% foram atendidos no âmbito do FNE Setor Rural (1.512,0 mil), mantendo o mesmo grau de importância verificado no ano de 2015. No âmbito do Setor Rural, a quase totalidade dos beneficiários (99,6%)

pertence à categoria de mini/micro (1.505,4 mil). No FNE Setor Industrial, 91,3% dos empreendimentos financiados são também de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes.

16. A distribuição das contratações do FNE nas microrregiões prioritárias da PNDR, que foram responsáveis por 84,6% das contratações do FNE em 2016, destacando os municípios de São Sebastião e Arapiraca, ambos em Alagoas, da tipologia Baixa Renda, com financiamentos acima de R\$ 30 milhões, e os municípios de Mucuri e Feira de Santana da tipologia Estagnada, cujos financiamentos, em cada um desses municípios, ultrapassaram os R\$ 340,0 milhões

17. O volume das contratações no semiárido na ordem de R\$ 4,19 bilhões, atingindo um percentual 14,6% superior ao da programação anual para a região, que foi de R\$ 3,66 bilhões.

18. No intuito de estimular os financiamentos na região semiárida do Nordeste, o BNB informa o apoiou a projetos de obras de infraestrutura de saneamento básico; de financiamento de atividades relacionadas ao comércio varejista; de extração e de fabricação de produtos de minerais não metálicos, de indústria têxtil, de vestuário, de calçados e acessórios, de produção de alimentos e bebidas, e de indústria eletroeletrônica.

19. O Banco apresenta ainda as contratações nas mesorregiões prioritárias, que totalizaram R\$ 2,5 bilhões, 37,4% superior ao programado para o ano de 2016.

20. Quanto às Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE), o Banco informa que foram direcionados recursos da ordem de R\$ 362,1 milhões para as regiões da Grande Teresina – Timon e Polo de Juazeiro – Petrolina, superando em 19,5% a programação anual do Fundo para essas regiões.

21. Ainda nessa perspectiva da PNDR, o Banco apresenta as contratações por programa de financiamento, destacando que quase todos os programas contrataram percentuais acima de 50% da programação anual estabelecida, dos quais o maior destaque ficou para o FNE Inovação, que superou em 188,0% o valor programado.

22. Por outro lado, o Banco informa que o Programa FNE Industrial contratou apenas 24,8% da meta estabelecida para o exercício de 2016.

23. Em relação às contratações por Estado, o Banco observa que todos os Estados aplicaram mais de 50% dos valores programados para o exercício de 2016, destacando o Estado da Bahia, que aplicou 12,3% acima da meta estabelecida, e o de Minas Gerais, que também ultrapassou a meta anual de contratação.

24. O Banco apresenta ainda as contratações por finalidade do crédito, tendo sido o custeio e o investimento rural as principais finalidades, que juntas absorveram recursos da ordem de 5,9 bilhões, ou 52% do volume de contratações do período em análise.

25. Quanto ao porte do mutuário, o mini/micro empreendedores, em conjunto com os de pequeno e pequeno médio portes, foram responsáveis pela absorção de 61,0% dos recursos contratados no exercício de 2016; percentual ligeiramente superior ao desempenho do ano anterior, quando esses mesmos portes absorveram 59,2% do montante dos financiamentos.

26. As contratações realizadas no âmbito do Pronaf em 2016, que somaram aproximadamente R\$ 2,5 bilhões, distribuídas em 501.794 contratos, superando em aproximadamente 6,2% o montante financiado no exercício anterior e em 2,9% a meta estabelecida para 2016.

27. No que concerne à distribuição de recursos por faixa de valor, o Banco observa que 85,5% das operações realizadas encontram-se no intervalo entre R\$ 1 mil e R\$ 10 mil, das quais 98,7% foram contratadas no âmbito do Setor Rural. Em relação relativos, o banco registra que o maior montante foi destinado à faixa acima de R\$ 10 milhões, cujos financiamentos totalizaram, aproximadamente, R\$ 2,8 bilhões, absorvendo cerca de 24,5% do volume total de recursos.

28. Quanto às aplicações realizadas por outras instituições financeiras, o BNB informa que, em 2016, quatro instituições obtiveram recursos do Fundo para repasse, somando, aproximadamente, R\$ 12,0 milhões, contra R\$ 23,1 milhões do ano anterior.

29. Finalmente nessa perspectiva, o Relatório apresenta os beneficiários que realizaram a primeira contratação durante o ano de 2016, que somaram 460.203 e contrataram R\$ 3,6 bilhões, distribuídos em 161.508 operações.

II.3. Sustentabilidade do Fundo - nessa perspectiva, que aborda a gestão do Fundo em consonância com a PNDR, aspectos da carteira do Fundo, bem como as informações relacionadas aos aspectos econômico-financeiros/balanco patrimonial, o Relatório exhibe o seguinte:

30. O detalhamento dos valores programados e realizados, em atendimento às prioridades espaciais e setoriais.

31. Dentro desse detalhamento, observa-se as contratações com as atividades organizadas em Arranjos Produtivos Locais (APLs), por se constituírem prioridade espacial, que contrataram cerca de R\$ 145,9 milhões em financiamentos, superando a meta em 32,6%.

32. As contratações aos projetos que se localizem nos espaços reconhecidos como prioritários pela PNDR, que deve ter tratamento diferenciado e favorecido.

33. O apoio aos agricultores familiares bem como às micro e pequenas empresas, cujo público compõe-se, em grande parte, de empreendimentos de menor porte.

34. O Banco informa sobre a contratação de duas operações de saneamento básico, no Estado da Bahia, o que permitiu a superação da meta anual em 98,8% para o setor de Infraestrutura: transporte (inclusive multimodais), telecomunicações, abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

35. O BNB segue o Relatório registrando que a fabricação de refrigerantes e refrescos, bem como o envasamento de água, e a fabricação de produtos de padaria e confeitaria, foram as atividades mais financiadas no segmento da indústria alimentar e de bebidas.

36. O Banco informa ainda que a forte estiagem, a crise no setor sucroalcooleiro, e as condições de mercado restritivas ao investimento, continuam impactando as contratações nos setores Rural e Agroindustrial.

37. Sobre o setor de Turismo, o Banco justifica o não cumprimento da meta programada em virtude do setor está pouco dinamizado e com considerável risco de financiamento. Não obstante, o BNB comunica que continua articulando junto às representações do setor, no intuito de identificar bons projetos para financiamento.

38. Por fim, nesse detalhamento das contratações em atendimento às prioridades espaciais e setoriais, o Banco traz os financiamentos concedidos aos Projetos que contemplam a exportação de parte ou toda produção para o mercado externo, principalmente de bens manufaturados, em especial aqueles vinculados e/ou articulados a empreendedores de pequeno e médio portes, que ultrapassou a meta programada em 12,2%.

39. Além dessas informações, o Banco exhibe nessa perspectiva as ações empreendidas em 2016 para estimular o financiamento na área de abrangência do FNE; as formações de Alianças Institucionais; as ações desenvolvidas para estimular o atendimento no Semiárido brasileiro; bem como as ações para estimular o atendimento em áreas prioritárias da PNDR.

40. Ainda na perspectiva de Sustentabilidade do Fundo, o Banco apresenta a estimativa de impactos dos financiamentos do FNE em 2016, considerando a Matriz de Insumo-Produto Regional.

41. O Banco informa também os efeitos de transbordamento do FNE, tendo em vista que parte dos impactos econômicos das aplicações do Fundo ocorre fora da Região, em decorrência da importação de insumos e de bens de capital para a produção, ou produtos finais para atender aos acréscimos de demanda considerados.
42. Ademais, o BNB apresenta estudo com as contribuições do FNE para o crescimento econômico, geração de emprego e renda para a Região.
43. No estudo, o Banco mostra a correlação entre as contratações do Fundo e as seguintes variáveis:
- PIB per capita municipal;
 - Postos de trabalho formais no município;
 - Massa salarial no município; e
 - Salário médio no município.
44. O Banco finaliza o estudo destacando que quase todas as correlações encontradas foram positivas, indicando que maiores volumes de contratações possuem relação positiva com taxas de crescimento do PIB per capita, do emprego, do salário médio e da massa salarial no recorte municipal.
45. A exceção à correlação positiva foi identificada apenas para a taxa de crescimento do PIB per capita por tipologia da PNDR, a qual apresentou correlação negativa.
46. Finalmente, o Banco conclui o estudo recomendando uma análise mais aprofundada para identificar as possíveis causas da correlação negativa entre o FNE e a taxa de crescimento do PIB per capita segundo a tipologia da PNDR.
47. O Banco exhibe ainda, nessa perspectiva, a composição da carteira de financiamentos do FNE, cujo total é de R\$ 49,8 bilhões, ao final de 2016, sendo que 43,6% do montante estão financiando empresas de mini, micro, pequeno e pequeno-médio portes, e 41,6% estão financiando os empreendimentos de grande porte do Fundo.
48. O Estado da Bahia detém a maior fatia do saldo de aplicações (21,1%), seguido dos estados do Ceará e Pernambuco, com participação em torno de 16,1% e 15,6%, respectivamente.
49. O Relatório exhibe também a distribuição do volume de recursos da carteira de financiamentos do FNE pelos diversos setores da economia, sendo que, em média, o Setor Rural absorveu cerca de 39,7% do total, seguido pelos setores Industrial/Turismo (27,5%) e Comércio e Serviços (21,1%).
50. Ao final de 2016, a inadimplência das aplicações do FNE registra um índice de 3,8%, chamando a atenção para o Estado do Ceará, que registra índice de 6,6%, sendo o maior entre as unidades da federação.
51. No que concerne ao porte, o Banco informa que segmento de associações e cooperativas, embora detenha o menor volume de aplicações, apenas 0,4%, apresenta o maior índice de inadimplência: 8,9%, e os empreendimentos de grande porte apresentam o menor: 2,2%.
52. O Banco apresenta ainda a provisão para perdas em operações de crédito no exercício de 2016 da ordem de R\$ 951,4 milhões, contra R\$ 784,8 milhões registrados em igual período do exercício anterior. As perdas registradas no exercício de 2016 foram 21,2% superiores às que ocorreram no exercício de 2015.
53. Por fim, na perspectiva de Sustentabilidade do Fundo, o Relatório exhibe as propostas em carteira por setor, por programa, por situação da demanda, por UF e por Região ao final do exercício de 2016, totalizando R\$ 1,76 bilhão, destacando que este valor representa um aumento

nominal de 26,6% em relação ao valor das propostas em carteira ao final do exercício de 2015, resultado que pode ser explicado pela melhoria nas expectativas econômicas iniciadas ao longo do terceiro trimestre de 2016.

III. ANÁLISE SOBRE OS RESULTADOS OBTIDOS

54. Para se analisar os resultados obtidos pelo Banco do Nordeste na operacionalização dos recursos do FNE, se faz necessário observar, principalmente, a Programação Anual do Fundo, elaborada pelo Agente Operador, em observância das Diretrizes e Orientações Gerais elaborados pelo Ministério da Integração Nacional, bem como as diretrizes e prioridades elaboradas pelo Condel/Sudene.

55. Assim, as Diretrizes e Orientações gerais para o exercício de 2016 foram definidas por meio da Portaria MI nº Portaria nº 203/2015, de 25 de junho de 2015 e as Diretrizes e Prioridades foram definidas pela Resolução Condel/Sudene nº 087/2015, de 29 de outubro de 2015.

56. Já a Programação do FNE para 2016 foi aprovada pelo Condel/Sudene por meio da Resolução nº 089/2015, de 14 de dezembro de 2015.

57. Nesse sentido, para uma melhor compreensão, nossa análise está estruturada conforme abaixo:

- III.1. Cenário Macroeconômico;
- III.2. Execução Orçamentária do FNE;
- III.3. Aderência à PNDR e Gestão Operacional do Fundo;
- III.4. Estimativa de impacto com as contratações do FNE;
- III.5. Aspectos Financeiros e Contábeis.

III.1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

58. De acordo com dados do Banco Central (BC), o saldo de todas as operações de crédito concedido pelos bancos caiu 3,5% em 2016, fechando o ano em R\$ 3,1 trilhões, o que correspondeu a 49,3% de todos os bens e serviços que o país produziu – o Produto Interno Bruto (PIB). Em dezembro de 2015, essa relação ficou em 53,7%.

59. Ainda, segundo o BC, o saldo do crédito livre, em que os bancos têm autonomia para aplicar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros, chegou a R\$ 1,6 trilhão em dezembro, com queda de 4,9% em 12 meses.

60. No caso do crédito direcionado (empréstimos com regras definidas pelo governo, destinados basicamente aos setores habitacional, rural e de infraestrutura), o Banco Central registra que o saldo desse crédito chegou a cerca de R\$ 1,6 trilhão, com queda de 2% no ano.

61. Segundo análise do BC, "a contração do crédito em 2016 refletiu a retração da atividade econômica e seus impactos na demanda de consumo e investimento e o aumento da percepção de risco do sistema financeiro".

62. Além disso, de acordo com o Indicador Serasa Experian de Demanda das Empresas por Crédito, houve um recuo de 2,2% na procura empresarial por crédito em 2016 na comparação com o ano de 2015, atingindo o pior resultado da demanda das empresas por crédito dos últimos quatro anos.

63. Vale lembrar que o Indicador Serasa Experian da Demanda das Empresas por Crédito é construído a partir de uma amostra significativa de cerca de 1,2 milhão de CNPJ consultados mensalmente na base de dados da Serasa Experian. A quantidade de CNPJ consultados,

especificamente nas transações que configuram alguma relação creditícia entre as empresas e as instituições do sistema financeiro ou empresas não financeiras, é transformada em número índice.

64. No acumulado do ano de 2016, a Serasa Experian registrou que a demanda empresarial por crédito recuou em quatro regiões do país: Norte (-5,6%); Centro-Oeste (-2,3%); Nordeste (-2,4%) e Sudeste (-1,2%).

65. Já na análise por porte no ano de 2016, a Serasa notou uma redução na demanda por crédito nas médias e grandes empresas, sendo de 12,0% (médias empresas) e de 10,4% (grandes empresas). Já as micro e pequenas empresas exibiram menor recuo na demanda por crédito no acumulado de janeiro a dezembro de 2016 frente ao mesmo período do ano de 2015 (-1,7%).

66. Ademais, em relação aos setores, a Serasa verificou uma queda na demanda por crédito em todos os setores econômicos pesquisados no acumulado do ano de 2016, na comparação com 2015: indústria (-5,0%), comércio (-3,6%) e serviços (-0,1%).

67. O reduzido patamar da confiança empresarial e as taxas de juros elevadas foram alguns dos motivos que pesaram negativamente sobre a demanda das empresas por crédito no ano de 2016, segundo economistas da Serasa Experian.

68. A redução do crédito também afetou um dos setores mais importante da economia do Brasil, o setor rural. De acordo com o Sistema de Operações de Crédito Rural e do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) – SICOR do Banco Central do Brasil, considerando todas as fontes de recursos, nota-se uma redução de 3,3% no volume do crédito rural em 2016 na Região Nordeste, que passou de R\$ 12,2 bilhões em 2015 para R\$ 11,8 bilhões em 2016. Em relação a quantidade de operações, há uma diminuição de 2,0%, passando de 893.101 operações em 2015 para 875.666 em 2016.

69. Nesse sentido, de acordo com os indicadores apresentados acima, nota-se que o ano de 2016 proporcionou enormes desafios na concessão de financiamentos, tendo em vista a recessão econômica enfrentada pelo País no ano de 2016.

III.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FNE

70. A projeção de financiamento do FNE para o exercício 2016 sofreu modificação passando de R\$ 14,1 bilhões para R\$ 18,9 bilhões.

71. De acordo com o Banco, essas modificações foram necessárias em função de fatores como o fluxo de ingressos, as obrigações, os reembolsos e o desempenho da economia brasileira no período.

72. Nesse sentido, percebe-se que no exercício de 2016, foram repassados pela STN, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, o montante de R\$ 7,3 bilhões para crédito ao FNE, 42,8% acima do valor do repasse previsto na programação de aplicação do Fundo para o ano (R\$ 5,1 bilhões) e um aumento nominal de 15% quando comparado aos repasses do exercício de 2015.

73. Os retornos de financiamento tiveram um aumento de 7%, passando de R\$ 9,5 bilhões em 2015, para R\$ 10,2 bilhões em 2016, constituindo a principal fonte de ingressos de recursos do FNE no exercício, o que demonstra a capacidade de retroalimentação deste Fundo, frente aos recursos oriundos de transferências da União.

74. A respeito das disponibilidades do FNE, que ao final de 2015 registrava o montante de R\$ 11,3 bilhões, passou a R\$ 16,3 bilhões ao final do exercício de 2016, o que representa um valor elevado, tendo em vista a premissa do Fundo em aplicar em sua totalidade os recursos disponíveis.

75. Em relação ao desempenho das contratações com recursos do FNE no exercício de 2016, foi contratado o montante de 11,2 bilhões, por meio de 538.523 operações de crédito, representando 79% do valor previsto para o ano (R\$ 14,1 bilhões), desempenho inferior ao do exercício anterior quando foram contratados 11,5 bilhões, decréscimo nominal de 2,2%.

76. De acordo com o Banco, esses resultados são reflexos da conjuntura econômica do País, cujo caráter recessivo vem postergando investimentos de longo prazo, notadamente os de grande porte, por parte dos produtores rurais e empreendedores urbanos, avessos ao risco representado pela instabilidade econômica e política do País.

77. Outros fatores apresentados pelo Banco como o aumento das taxas de juros não rurais do FNE para 2016, a redução do consumo de bens e serviços e a continuidade da seca na Região Nordeste, impactaram na decisão de produtores rurais e empreendedores urbanos, em investir a médio e longo prazos.

78. Desse modo, nota-se que o desempenho das contratações do FNE em 2016 pode ser atribuído à crise econômica que atingiu a Região e o País, o que impactou na confiança do empreendedor fazendo com que a demanda por crédito sofresse uma redução, o que corrobora com os dados apresentados pelo Banco Central e pela Serasa Experian.

III.3. ADERÊNCIA À PNDR E GESTÃO OPERACIONAL DO FUNDO

79. O FNE é um dos principais instrumentos de financiamento da PNDR na Região Nordeste, por isso, o BNB deve priorizar, na alocação dos recursos desse Fundo, os setores produtivos localizados nos municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica, bem como os demais espaços prioritários, a saber: o Semiárido, as Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE), e as Mesorregiões diferenciadas.

80. Sendo assim, cabe destaque as contratações nos municípios classificados como de baixa renda, estagnada e dinâmica, que juntos atingiram no período em análise 84,6% (R\$ 9,5 bilhões) do total contratado pelo Fundo, superando a meta de 70% definido pelo Condel/Sudene, ressaltando ainda que mesmo no cenário de recessão o BNB tem conseguido priorizar esses municípios mais carentes, uma vez que para reduzir a desigualdade da região o foco necessariamente tem que ser nas regiões de menor renda.

81. Além das tipologias de microrregiões da PNDR, o BNB deve priorizar a região do Semiárido, onde foram contratados R\$ 4,2 bilhões, representando 57,3% dos repasses da STN, atendendo o dispositivo legal que estabelece a obrigatoriedade de aplicação mínima de 50% dos recursos ingressados no FNE, e 14,6% acima do valor programado (R\$ 3,7 bilhões) no ano para esse espaço prioritário.

82. Importante destacar, dentre as ações desenvolvidas pelo Banco visando ao incremento das contratações no Semiárido, os 144 eventos do FNE Itinerante, 67% dos 214 eventos do FNE Itinerante realizados em 2016.

83. O FNE Itinerante é um instrumento utilizado pelo BNB para levar o crédito ao Semiárido. Seu objetivo é promover e divulgar, de maneira prática e objetiva, as possibilidades de financiamento com recursos do FNE às micro e pequenas empresas (MPes) e aos microempreendedores individuais (MEIs), especialmente no setor de comércio e serviços. Os municípios prioritários são aqueles que atendem a certos critérios coadunados às prioridades espaciais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), notadamente em relação ao Semiárido.

84. No que tange às Mesorregiões prioritárias, as contratações do exercício de 2016 registraram o montante de R\$ 2,5 bilhões, ultrapassando em 38% a meta programada para o ano que era de R\$ 1,8 bilhões. No geral, o valor contratado foi superior ao valor programado em quase todas

as mesorregiões, com exceção do Seridó e Chapada das Mangabeiras, que contrataram, respectivamente, 96,3% e 91,2% dos valores programados para 2016.

85. Finalmente, as contratações nas duas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE): Grande Teresina-Timon e o Polo de Juazeiro – Petrolina, somaram, no período em análise, o montante de R\$ 362,1 milhões, tendo sido superado em 19,5% o valor programado para essas Regiões. Esse desempenho se deve ao fato das contratações na Grande Teresina – Timon terem sido superadas em 44% do valor programado.

86. Ademais, na aplicação dos recursos do FNE, o BNB deve levar em consideração também as Diretrizes e Orientações Gerais estabelecidas pelo MI e as Diretrizes e Prioridades definidas pelo Condol/Sudene.

87. Nesse contexto, as principais ocorrências verificadas na aplicação dos recursos do FNE, no ano de 2016, estão sintetizadas a seguir:

- p) As contratações com os recursos do Fundo alcançaram a todos os Estados da área de financiamento do FNE, tendo sido atendidos todos os 1.990 municípios da área de atuação do Fundo.
- q) Destacam-se nessas contratações os Estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão que juntos são responsáveis por R\$ 7,4 bilhões, correspondendo a 66% dos recursos contratados no período (R\$ 11,2 bilhões).
- r) Cabe destaque ainda aos Estados da Bahia e Minas Gerais por terem ultrapassado as metas programadas para o ano em 12,3% e 0,6%, respectivamente.
- s) Em relação ao limite mínimo de 4,5% para contratação por UF, exceto no Estado do ES, percebe-se que o Banco não atingiu essa meta nos Estados de AL (3,4%) e SE (3,2%), motivo pelo qual recomenda-se ao Banco a adoção de medidas que visem ao incremento das contratações nesses Estados, uma vez que tem sido frequente o não cumprimento desse limite em AL e SE.
- t) A respeito dos programas de financiamento do Fundo, o maior volume de contratação se deu no FNE Rural – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste – que contratou R\$ 2,9 bilhões, em 6.458 operações contratadas, superando em 16,4% o valor programado para o período;
- u) Logo após vem o PRONAF com R\$ 2,5 bilhões, em 501.794 operações firmadas, perfazendo um ticket médio de R\$ 4,9 mil, o que demonstra a pulverização desse crédito e o comprometimento do Fundo em fomentar essa atividade.
- v) Outro destaque fica no Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas FNE MPE foi responsável por 24.991 contratos, totalizando um montante de R\$ 2,0 bilhões.
- w) Destaque negativo fica para o Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste FNE Industrial que contratou apenas R\$ 560 milhões, 24,8% da meta estabelecida para o exercício de 2016, situação que, de acordo com o Banco, pode ser explicada pelo cenário econômico-político que fez postergar decisões de investimento e impactou negativamente o crédito de longo prazo no sistema bancário nacional, o que ainda corrobora com os estudos da Serasa Experian que apontou redução de 5,0% para este Setor no ano de 2016.
- x) No que diz respeito ao limite máximo de 30% definido na programação para contratação do FNE no setor de comércio e serviços, o Banco atendeu esse limite, tendo aplicado, nesse segmento, 26,5% do total contratado no período em análise.
- y) A principal finalidade do crédito do FNE em 2016 foi o investimento rural que absorveu R\$

3,7 bilhões, 32% do valor contratado, em 497.095 operações (92% das operações contratadas).

- z) As contratações com tomadores de menor porte (mini/micro, pequeno, pequeno- médio, inclusive suas associações e cooperativas) representaram 61,0% (R\$ 6,9 bilhões) do valor total contratado no exercício de 2016, observando, portanto, a meta de aplicar no mínimo 51,1% nos beneficiários de mini, micro e pequeno porte, estando assim em conformidade com as Diretrizes e Orientações Gerais do FNE, em priorizar empreendimentos de menor porte.
- aa) Em conformidade com art. 9ª da Lei nº 7.827/89, que determina que os Banco Administradores dos Fundos Constitucionais poderão repassar recursos desses Fundos a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o BNB repassou R\$ 12 milhões no exercício de 2016, representando 0,1% do valor contratado no período, lembrando ainda que a Programação do Fundo destina até 3% dos recursos do FNE para serem repassados a essas instituições. Portanto, considerando o baixo valor que vem sendo repassado a essas instituições e a necessidade do Banco em melhorar o desempenho das contratações do Fundo, recomenda-se ao Banco que promova ações no sentido de ampliar esses repasses, ampliar a quantidade de instituições parceiras, uma vez que a descentralização desses recursos pode contribuir para alavancar a aplicação dos recursos do FNE.
- bb) O BNB registrou, ao final do ano, uma demanda de R\$ 1,8 bilhão de propostas em carteira.
- cc) O BNB regularizou 27.454 operações de crédito no âmbito do FNE, o que implicou na recuperação de dívidas no total de R\$ 400,5 milhões, propiciando assim o recebimento em espécie de R\$ 54,0 milhões.
- dd) O Fundo apresentou uma Carteira total de R\$ 49,8 bilhões, sendo R\$ 1,9 bilhão em atraso, com um índice de inadimplência de 3,8%, o que representa um aumento quando comparado ao índice registrado ao final do exercício de 2015 (3,3%).
- ee) A maior inadimplência se refere às operações contratadas com risco do FNE cujo índice é de 5,5%, acompanhado das operações contratadas com o risco compartilhado, com índice de 3,5%, e 2,2% para as operações contratadas com risco integral do BNB.
- ff) O Banco do Nordeste apresenta ainda no Relatório um conjunto de ações para estimular o financiamento do Fundos, informa também sobre a formação de Alianças Institucionais, bem como apresenta ações para estimular o atendimento no Semiárido, destacando, entre outras ações, a realização de 214 Eventos do FNE Itinerante pelo Banco do Nordeste, 67% realizados em municípios do Semiárido.

88. Desta forma, com base no exposto acima, verifica-se que as contratações realizadas pelo FNE no exercício de 2016 atenderam parcialmente às Diretrizes e Orientações Gerais estabelecidas pelo MI e às Diretrizes e Prioridades definidas pelo Condel/Sudene.

III.4. ESTIMATIVA DE IMPACTO COM AS CONTRATAÇÕES DO FNE

89. Segundo o Banco do Nordeste - BNB, por meio do Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste (SIIPNE), base 2009, estima-se que os investimentos R\$ 11,2 bilhões contratados no ano de 2016 acarretarão acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) regional de aproximadamente R\$ 23,1 bilhões, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda). O setor que tem a maior participação no valor bruto da produção regional é o rural, com 52,5% desse valor, ficando o setor de comércio e serviços como segundo em participação, 19,8%.

90. Ainda, de acordo com o Banco, o valor agregado (renda) à economia da área de atuação do Banco do Nordeste ou o valor adicionado (uma aproximação da variação do PIB da Região, em função dos financiamentos do FNE) é estimado em R\$ 13,8 bilhões, com expressiva representação

do Setor Rural, com mais de R\$ 7,5 bilhões, acompanhado dos setores de comércio e de serviços, com R\$ 3,8 bilhões e R\$ 1,3 bilhão respectivamente.

91. No que tange ao emprego, o BNB estima que cerca de 878 mil ocupações (formais e informais) deverão ser geradas ou mantidas na área de atuação do Banco do Nordeste, a partir dos investimentos realizados no ano de 2016, pois, à medida que os efeitos de compra e venda são efetivados ao longo das cadeias de produção, essas novas ocupações serão criadas, ou mantidas, a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Cabendo salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores (formais e informais), ou a manutenção do trabalhador em função da contratação do financiamento, não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise.

92. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, para o ano de 2016, indicam uma entrada de 2.240 mil novas ocupações na área de atuação do Banco do Nordeste. A estimativa de empregos gerados pelas contratações do FNE, formais e informais, representam 39,2% dos empregos formais gerados no período, informados pelo CAGED. Do total estimado de novas ocupações a partir dos financiamentos do FNE, cerca de 604 mil ocupações deverão ser geradas ou mantidas no Setor Rural, representando 68,8% dos empregos gerados na área de atuação do Banco do Nordeste. O emprego é calculado pelo conceito de equivalente/homem/ano, utilizado pelo IBGE. A ideia é que os empregos estimados serão mantidos durante um ano.

93. De acordo com o Banco do Nordeste, os impactos sobre o pagamento de salários, na Região atuação do Banco, totalizam R\$ 4,1 bilhões, cabendo ao Setor Rural a importância de R\$ 2,0 bilhões, representando 49,2% dos salários a serem pagos. Em seguida, apresenta-se o Setor Comércio, com 24,7% e a Indústria com 11,4% de participação nos salários.

94. Quanto à geração de impostos (tributação) na área de atuação do BNB, o Banco estima o pagamento de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão, com destaque para os setores Rural, Indústria, Comércio e Serviços.

95. Ainda, de acordo com o BNB, além desses impactos para a Região Nordeste, ressalta-se que o valor contratado com os recursos do FNE não se restringe apenas a área de atuação do BNB. Desse modo, a partir dos resultados apresentados, vale destacar que para impactos totais de R\$ 43,9 bilhões na produção, estimados para o País, R\$ 20,7 bilhões (47,3%) ocorrem fora da área de atuação do Banco do Nordeste. Do mesmo modo, do total estimado de 1.081 mil de novas ocupações ou a manutenção delas, 18,8% devem ser geradas fora da área de atuação do Banco. Com relação à geração de tributos, de um total de R\$ 3,9 bilhões, R\$ 2,2 bilhões (55,6%) são tributos enviados para fora da Região.

96. Portanto, das informações apresentadas no relatório do Banco, conclui-se que o FNE, enquanto instrumento de financiamento da PNDR tem participação importante na promoção das atividades produtivas, na geração de emprego e renda e na promoção do desenvolvimento econômico da Região Nordeste, como também das demais regiões do País, haja vista que as contratações com recursos do FNE têm impactos também fora da área de atuação do Fundo.

III.5. ASPECTOS FINANCEIROS E CONTÁBEIS

97. De acordo as demonstrações financeiras do FNE, exercício 2016, o Fundo teve um lucro de R\$ 219,7 milhões, com receitas totalizando em R\$ 2,9 bilhões e despesas em R\$ 2,76 bilhões, o que representa um aumento significativo quando comparado ao resultado do exercício anterior, cujo valor foi de R\$ 45,1 milhões.

98. Contudo, apesar desse resultado, percebe-se que o Fundo ainda registra um prejuízo acumulado no total de R\$ 1,3 bilhão.

99. Além disso, cabe observar que a principal receita do Fundo em 2016 foi a remuneração de disponibilidade, que alcançou o montante de R\$ 1,7 bilhão, seguido de R\$ 1,3 bilhão em receita de operações de crédito. Nota-se que esse resultado é fruto do elevado saldo de recursos que estão disponíveis no Fundo.

100. Nesse sentido, analisando a Disponibilidade do FNE registrada nas demonstrações financeiras do Fundo ao final do exercício de 2016, nota-se que os recursos disponíveis aumentaram em 47%, passando de R\$ 11,3 bilhões em 2015, para 16,7 bilhões em 2016. Desse total, 11,3 bilhões (67,6%) representam os recursos livres para aplicação em novas operações de crédito e R\$ 5,4 bilhões são de recursos comprometidos com operações de crédito, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas.

101. Desse modo, tendo em vista que a premissa do Fundo é a aplicação plena dos recursos, e por se tratar de uma Região que carece de investimentos, recomenda-se ao Banco do Nordeste que, em articulação com a Sudene e com representantes do Estados, promova ações no sentido de ampliar a divulgação do FNE a fim de estimular as contratações do Fundo, de modo que essa ação possa contribuir para a aplicação dos recursos disponíveis para a Região.

102. Ademais, com resultado do período (lucro de R\$ 219,7 milhões), menos os ajustes de exercícios anteriores (R\$ 541 mil), que se referem a recálculos de encargos com operações de crédito, somados às transferências da STN do período (R\$ 7,3 bilhões), o Patrimônio Líquido do Fundo teve um aumento de 14% no exercício de 2016, passando de R\$ 59,9 bilhões para R\$ 67,4 bilhões.

103. Importante observar ainda a redução na provisão para perdas em operações de crédito referente à provisão extraordinária para fazer face ao risco do fundo em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, que em 2015 registrava o valor de R\$ 50,3 milhões e ao final de 2016 registrou o montante de R\$ 40,1 milhões,

104. Ao final de 2016, o Fundo baixou como perda de operações de créditos o montante de R\$ 928,2 milhões (R\$ 756,9 milhões em 2015) e apresentou um saldo final da provisão para perdas em operações de crédito no total de R\$ 712,9 milhões (R\$ 689,6 milhões em 2015).

105. Ressalta-se que as demonstrações financeiras do Fundo foram examinadas por auditores independentes, a empresa Ernst & Young Auditores Independentes S/A, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 20 da Lei 7.827/1989, e que, em seu Parecer, emitiram a opinião de que as demonstrações financeiras do Fundo apresentavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

IV. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

106. O Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, referente ao exercício de 2016, apresentou o desempenho do Banco do Nordeste na aplicação dos recursos do Fundo, o qual deve estar alinhada às Diretrizes e Orientações Gerais, às diretrizes e prioridades regionais e à Programação para Aplicação dos Recursos do Fundo, que tem como referência a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

107. Nesse contexto, em que pese o cenário macroeconômico indicar no mercado uma queda na demanda por crédito, ao final do exercício de 2016, pode-se observar que o BNB cumpriu boa parte das metas estabelecidas para aplicação dos recursos do FNE, ressaltando o bom desempenho das contratações do Fundo nas áreas consideradas prioritárias, com destaque para as contratações nos municípios classificados como de baixa renda, estagnada e dinâmica, que juntos atingiram 84,6% (R\$ 9,5 bilhões) do total contratado pelo FNE no ano de 2016, priorizando, portanto, os municípios mais carentes da Região.

108. Além disso, outro destaque importante, por se tratar de empreendimentos prioritários, são as contratações com tomadores de menor porte (mini/micro, pequeno, pequeno-médio, inclusive suas associações e cooperativas), que foram responsáveis por 61,0% (R\$ 6,9 bilhões) do valor total contratado no exercício de 2016, superando o mínimo de 51,1% estabelecido a esses tomadores.

109. Contudo, mesmo com as ações desenvolvidas pelo Banco, nota-se que o percentual mínimo de aplicação por Estado não foi atingido nos Estados de AL e SE, os quais já foram objeto de recomendação ao BNB em Pareceres anteriores.

110. Nota-se ainda que o Fundo encerrou o exercício de 2016 com um saldo de disponibilidade de R\$ 16,7 bilhões, ou seja, um aumento de 47% em relação a 2015, o que demonstra a necessidade de ampliação das contratações com os recursos do FNE, visando à aplicação plena dos recursos desse Fundo.

111. Desse modo, diante do exposto, considerando as informações que nos foi dada a conhecer pelo Banco do Nordeste (BNB), por meio Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos pelo FNE, referente ao ano de 2016, apresentamos as seguintes recomendações ao Banco:

- Promova ações no sentido de ampliar as contratações nos Estados de Alagoas e Sergipe, de modo a superar as dificuldades que impedem um volume maior de aplicação nesses Estados (item 87, alínea d);
- Promova ações no sentido de ampliar os repasses às outras instituições, uma vez que a descentralização desses recursos pode contribuir para alavancar a aplicação dos recursos do FNE (item 87, alínea l);
- Promova ações, em articulação com a Sudene, no sentido de ampliar a divulgação do FNE e estimular as contratações do Fundo, de modo que essa atuação possa contribuir para a aplicação plena dos recursos disponíveis no Fundo (itens 99 a 101).

Brasília, 07 de julho de 2017.

CLÉCIO DA SILVA ALMEIDA SANTOS
Assistente Técnico-Administrativo

Senhora Secretaria,

Por estar de acordo com os termos do presente Parecer, submeto à apreciação de Vossa Senhoria,

Brasília, 07 de julho de 2017.

VICTORIA OLIVEIRA DOPAZO ANTONIO JOSÉ
Coordenadora-Geral

De acordo.

Brasília, 07 de julho de 2017.

CILENE DE JESUS JARDIM DÓREA
Secretária Substituta